



tratolixo
gestão de resíduos urbanos
www.tratolixo.pt

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2016

tratolixo

CASCAIS MAFRA OEIRAS SINTRA

4 Municípios 31 Freguesias 848.182 Habitantes 411.697t RU/Ano



CASCAIS



SILVER MEMBER OF
ISWA
International Solid Waste Association



SMART WASTE PORTUGAL
SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN PORTUGAL

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
1. INTRODUÇÃO	14
2. A TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A.	18
3. GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO	30
4. RESULTADOS ORGANIZACIONAIS	64
5. O DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE	79
6. SUMÁRIO DE CONTEÚDO DA GRI DE “ACORDO” COM A OPÇÃO - CORE DE ADESÃO	133
7. DISCLOSURES ADICIONAIS	139





PREOCUPAMO-NOS
COM O PRESENTE.
VAMOS CHEGAR
MAIS CEDO AO
FUTURO.



A TRATOLIXO APRESENTA UM PERFIL TECNOLÓGICO ELEVADO, UMA ESTRUTURA OPERACIONAL SÓLIDA, E ESTÁ FINANCEIRAMENTE EQUILIBRADA, APÓS UM PERÍODO DIFÍCIL, ULTRAPASSADO EM 2014, APRESENTANDO CONTAS POSITIVAS E INVESTINDO NA RENOVAÇÃO.

A TRATOLIXO – UM SISTEMA RENOVADO AO SERVIÇO DAS POPULAÇÕES

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Sustentabilidade é um tema de extrema relevância para a TRATOLIXO

A Sustentabilidade foi sempre um tema de extrema relevância para a TRATOLIXO. O facto de sermos uma empresa de capitais públicos que desenvolve um serviço público essencial ao bem comum, sugere uma maior responsabilidade ambiental e social.

Esta temática está enraizada na nossa cultura empresarial, tendo sido formalmente assumida na nossa Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, o que reflecte o compromisso da TRATOLIXO em promover uma Economia Circular, o Desenvolvimento Sustentável, a prevenção de impactes da actividade e uma boa relação com todos os seus stakeholders.

A gestão da temática da sustentabilidade é efectuada de forma integrada e estruturada na formulação da nossa estratégia de negócio, abarcando todos os níveis organizacionais e processos envolvidos nas actividades de gestão e tratamento de resíduos nas diversas unidades da TRATOLIXO, através de ferramentas internas como o Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança da empresa.

Esta postura permite-nos acompanhar os resultados dos nossos impactes económicos, ambientais e sociais que reportamos neste documento e ter uma atitude visionária e de constante inovação, conducente à melhoria contínua da empresa e ao seu destaque no seio do sector em que operamos.

E no contexto do negócio, fechámos – com trabalho árduo – um ano de 2016 repleto de desafios complexos, consequência também da indefinição estratégica e legislativa que se viveu no sector dos resíduos, que muito tem dificultado a gestão dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU). A ausência de licenças atribuídas às Entidades Gestoras (EG) dos Resíduos de Embalagem (RE), bem como as incertezas relativamente à forma como o Sistema Integrado de Embalagens e Resíduos de Embalagens (SIGRE) iria ser operacionalizado a nível nacional, causaram forte impacte na actividade da TRATOLIXO.

Como se sabe, a TRATOLIXO delineou a sua estratégia, posteriormente assumida no seu Plano de Acção do PERSU 2020

GRI 102-14

(PAPERSU), de acordo com um conjunto de pressupostos que pretendiam dar cumprimento aos objectivos definidos no PERSU 2020 e assumindo premissas com base no enquadramento legal existente à data da elaboração do PAPERSU da empresa, ou seja, em Abril de 2015.

Com a suspensão, por parte da SPV, do pagamento dos valores de informação (VI) relativos aos materiais recicláveis de embalagem provenientes de Tratamento Mecânico (TM) de resíduos indiferenciados a partir de Fevereiro de 2016, a empresa viu diminuir as eficiências do processo e sofreu desvios significativos nas vendas destes materiais face ao previsto.

Outra consequência desta suspensão de pagamento foi a impossibilidade de realizar uma previsão de receitas associadas ao processo do TM e, assim, de determinar a viabilidade de realização do investimento que estava previsto no PAPERSU relativo à Construção da nova Central de Tratamento Mecânico de Trajouce para tratamento integral dos resíduos indiferenciados do Sistema AMTRES.

Face a esta realidade, a empresa suspendeu a realização da candidatura desta operação a financiamento do POSEUR – a qual já tinha merecido, por parte da APA, de um parecer de conformidade com a estratégia de gestão de resíduos do PAPERSU da TRATOLIXO e de integração com os princípios e medidas do PERSU 2020 – uma vez que a realização e apresentação de um Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) comprovativo da sustentabilidade da operação era condição obrigatória para a submissão da referida candidatura.

A TRATOLIXO ficou ainda condicionada com a ausência de Especificações Técnicas para os RE, sobretudo para os RE provenientes de recolha indiferenciada processados no seu TM, facto que se reflectiu na impossibilidade de, nas peças concursais da nova Central de TM de Trajouce, colocar as ET dos materiais a triar.

O desfecho provocado por estas circunstâncias foi o atraso no lançamento do concurso para a construção desta infra-estrutura, fundamental para o avanço da estratégia da empresa e cumprimento das metas de preparação para reutilização e reciclagem e de-

posição de RUB em aterro definidas para o ano de 2020 no PERSU 2020.

Apesar das expectativas lançadas durante o ano de 2016, a proposta de Especificações Técnicas para os RE provenientes de recolha indiferenciada e de recolha selectiva só seria divulgada pela APA em Fevereiro de 2017, apresentando, no entendimento da TRATOLIXO e partilhado por vários SGRU, a grave lacuna de não considerar Especificações Técnicas para os plásticos mistos, um material com uma representatividade muito significativa na composição dos Resíduos de Embalagem de plástico.

Mas o ano de 2016 não teve somente momentos conturbados, devendo ser aqui destacadas e enaltecidas as realizações mais relevantes da empresa.

A submissão da candidatura da nova Central de Triagem de RE de Trajouce a financiamento do POSEUR, efectuada em Janeiro de 2016, viria a ter parecer favorável em Junho desse ano, com a taxa máxima de co-financiamento de 85% e um montante total financiado de 8.925.000 € para a empresa.

As candidaturas submetidas em Setembro de 2016 ao Fundo de Eficiência Energética (FEE) para a implementação de projectos e medidas que promovam a eficiência energética no seu Ecoparque da Abrunheira foram igualmente aprovadas, no montante global total financiado de 77.471,75 €.

Superadas as inúmeras dificuldades que foram surgindo ao longo do tempo, foi feita, no final de 2016, a recepção provisória da empreitada das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira, encontrando-se as mesmas, à data de publicação deste relatório, em exploração – após um longuissimo período (14 anos) de inexistência de infra-estrutura própria para destino final adequado para os rejeitados dos processos operacionais da empresa.

Nota positiva também para a eliminação da dívida antiga a fornecedores – desde final de Fevereiro de 2014 até Dezembro de 2016 em cerca de 21 M€, encontrando-se numa situação de cumprimento – e para a apresentação de saldo positivo no “Fundo de Maneio” – cerca de 9 M€ face aos cerca de -55 M € em 2013 – resultado do bom planeamento da empresa, redução de custos e internalização de diversos serviços que



Presidente e vogais
do Conselho de Administração da Tratolixo
João Dias Coelho | Ana Duarte | Ricardo Barros



conduziram ao equilíbrio da sua estrutura financeira. No domínio social, promovemos um reajustamento organizacional para reforçar a estrutura face à expansão das infra-estruturas da empresa mas também para promover a valorização do nosso capital humano. A aposta numa Direcção de Planeamento Estratégico e Inovação é disso exemplo.

Ainda nesta vertente, continuámo-nos a dedicar às preocupações que temos com a comunidade, através do desenvolvimento de campanhas solidárias e acções de esclarecimento sobre a temática dos resíduos.

A médio prazo temos como prioridade a construção de infra-estruturas que são essenciais quer para o cumprimento de metas do PERSU 2020, quer para a independência da empresa face ao exterior para a prestação do serviço de tratamento de resíduos, tais como a nova Cen-

A sustentabilidade está enraizada na nossa cultura empresarial, tendo sido formalmente assumida na nossa Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, o que reflecte o compromisso da TRATOLIXO em promover uma Economia Circular, o Desenvolvimento Sustentável, a prevenção de impactes da actividade e uma boa relação com todos os seus “stakeholders”

tral de Triagem de RE e a nova Central de TM de resíduos indiferenciados, ambas no Ecoparque de Trajouce.

Esta situação da suspensão dos pagamentos por parte do POSEUR está a afectar gravemente os SGRU públicos (como é o nosso caso) – obrigando a recorrer a serviços externos – quando tal poderia ser resolvido em prazo útil, conforme o PAPERSU e metas aprovadas para o nosso Sistema e para Portugal.

Aguardamos, portanto, o desbloqueamento dos financiamentos atribuídos pelo POSEUR e a abertura de novos concursos, que na área dos resíduos relativos a operações ligadas a infra-estruturas estão suspensos desde o último aviso lançado a 31 de Julho de 2015.

Entendemos também ser fundamental a clarificação e tomada de posição por parte da Tutela APA relativamente à Estratégia Nacional para os Resíduos – nomeadamente no que concerne à revisão do PERSU 2020 – uma vez que os investimentos realizados e a realizar pelos SGRU tiveram por base pressupostos estratégicos que poderão vir a ser substancialmente afectados com a elaboração de um novo Plano Estratégico para os resíduos urbanos.

Conforme a TRATOLIXO promoveu, com a criação do grupo de trabalho na Smart Waste Portugal (SWP), a “fracção resto” (assunto que não foi desenvolvido no âmbito do PERSU II) resultante das actividades de TMB's tem de ter uma resolução urgente que integre sistemas com a dimensão e volume de resíduos a nível nacional como a TRATOLIXO é responsável, para uma solução de forma

dedicada na sua valorização energética.

O futuro que aguarda a empresa está, por isso, dependente de resoluções estratégicas governamentais.

Contudo, acreditamos ser capazes de fazer face aos desafios que surgirem e ser bem sucedidos nesse empreendimento.

Contamos, como até à data, com o capital humano da empresa, o nosso accionista, os municípios e a colaboração de fornecedores, entidade reguladora e entidade licenciadora e fiscalizadora da nossa actividade.

O Presidente do Conselho de Administração



João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho

Directores da TRATOLIXO

Rossana Zolezzi, Teresa Mateus, Cristiana Santos





Directores da TRATOLIXO

Ricardo Castro, Nuno Simões e Rui Silva

1. INTRODUÇÃO



1. Introdução

Apresentamos neste documento o Relatório de Sustentabilidade da TRATOLIXO referente ao ano civil de 2016 (**GRI 102-50**), o qual tem uma periodicidade de publicação anual desde o ano de 2009 (**GRI 102-51; GRI 102-52**).

O objectivo deste documento é reportar aos nossos *stakeholders* os tópicos materiais da sustentabilidade segundo as *GRI Standards*, “de acordo” com a opção Core de adesão (**GRI 102-54**), facto que constituiu um enorme desafio por ser o primeiro ano em que adoptamos esta versão das *GRI Standards*.

O Relatório de Sustentabilidade de 2016 abrange toda a empresa e as suas infra-estruturas, incidindo exclusivamente na actividade de tratamento de resíduos realizada operacionalmente nas instalações da TRATOLIXO (**GRI 102-46 a**), bem como nos impactes ambientais, económicos e sociais resultantes da mesma considerados materiais e que emergiram do processo de envolvimento de *stakeholders* (**GRI 102-46 a**).

Ao seguir os “Sustainability Reporting Standards” da GRI foram considerados os Princípios de Reporte para definir o conteúdo do presente relatório relativos à Inclusão de *Stakeholders*, ao Contexto da Sustentabilidade, da Materialidade e da Abrangência (**GRI 102-46 b**).

A forma como o Princípio da Inclusão de *Stakeholders* foi implementado consta no capítulo 3.4. deste relatório sobre as Partes Interessadas (**GRI 102-46 b**).

O Princípio do Contexto da Sustentabilidade foi assegurado na medida em que o “core business” da empresa é acompanhar as tendências nacionais e internacionais em matérias ambientais mas também sociais e económicas, estabelecendo objectivos concretos e adoptando medidas conducentes à promoção da Economia Circular e do Desenvolvimento Sustentável (**GRI 102-46 b**).

O Princípio da Materialidade foi aplicado conforme descrito no capítulo 3.5. Análise de Materialidade deste relatório (**GRI 102-46 b**) e o Princípio da Abrangência foi garantido na medida em que o relatório divulga os resultados atingidos durante o ano de reporte para todos os tópicos considerados materiais pelos nossos *stakeholders* (**GRI 102-46 b**).

Foram ainda considerados na elaboração deste Relatório de Sustentabilidade os Princípios da Precisão, do Equilíbrio, da Clareza, da Comparabilidade, da Confiabilidade e da Pontualidade, para proporcionar aos *stakeholders* da TRATOLIXO um documento mais credível e minucioso.

Apesar deste facto, o nosso relatório e a informação nele constante não foi submetida a qualquer verificação externa (**GRI 102-56**).

Fora a revisão e relocalização da informação associada à lista de tópicos materiais decorrente da transição de reporte segundo as Normas GRI G4 para as Normas *GRI Standards*, não se efectuaram, em 2016, alterações na lis-

ta de tópicos materiais nem nos limites desses mesmos tópicos face ao que foi reportado em anos anteriores (**GRI 102-49**).

Todas as situações em que se verificou a correcção de informação anteriormente relatada – quer em termos de resultados, metodologias de medição ou estratégias de compilação de informação – foram devidamente identificadas e justificadas no decorrer do relatório (**GRI 102-48**).

Em 2016 não ocorreram alterações na natureza do negócio, fusões ou aquisições, sendo que a empresa manteve inalterada a sua dimensão, estrutura accionista, localização geográfica, operações, estrutura do capital social, cadeia de fornecedores, bem como o seu relacionamento com esta última (**GRI 102-10**).

Temos, obviamente, vindo a melhorar a forma de reportar o nosso desempenho de sustentabilidade, clarificando e simplificando a informação reportada para melhor chegar aos nossos *stakeholders*.

No entanto, deixamos sempre os nossos canais de comunicação abertos para que os nossos stakeholders possam contribuir positivamente para a evolução deste documento ou até para colocarem as dúvidas que surgirem da leitura do mesmo.

Assim sendo, os pedidos de esclarecimento e sugestões devem ser encaminhados para: (**GRI 102-53**)





2. A TRATOLIXO



2. A TRATOLIXO, Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., S.A.

2.1. Apresentação

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, SA (**GRI 102-1**) é uma empresa intermunicipal de capitais integralmente públicos (**GRI 102-5**), detida em 100% pela AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos. A origem da TRATOLIXO remonta ao início dos anos 80, quando os representantes dos municípios de Cascais, Oeiras e Sintra iniciaram um conjunto de reuniões de trabalho para dar resolução aos problemas associados ao tratamento de resíduos urbanos.

Dessas reuniões resultou a decisão de construir uma central de tratamento mecânico e biológico (TMB) por compostagem, cujo concurso público foi então lançado a 1 de Julho de 1985.

Foi igualmente definido em caderno de encargos que a gestão e exploração dessa unidade deveria ficar a cargo duma empresa, a criar para o efeito, detida maioritariamente pela AMTRES (51%) e pela empresa adjudicatária da obra ou por quem esta indicasse (49%).

A TRATOLIXO foi constituída em Julho de 1989, iniciou actividade em 1990 e passou a assegurar a gestão e exploração da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce em 1992. Em 2000, o município de Mafra aderiu à AMTRES, tendo o Sistema alcançado a configuração que mantém até hoje. (**GRI 102-6**)





A TRATOLIXO abrange actualmente uma área geográfica de 753 Km², presta serviço a estes quatro municípios e a uma população de mais de 840.000 habitantes (**GRI 102-6**), o que constitui cerca de 8% do total de Portugal. (**GRI 102-4**)

	População*	Capitação (kg/hab. dia)**	Produção RU 2016***
Cascais	210.361	1,736	133.676
Mafra	81.961	1,332	39.955
Oeiras	173.339	1,196	75.870
Sintra	382.521	1,159	162.197
Sistema AMTRES	848.182	1,326	411.697

*Estimativa Intercensitária do INE referente ao ano de 2015

**Dados de produção relativos a 2016

***Corresponde à totalidade dos resíduos recolhidos no Sistema

O objecto social da TRATOLIXO é gerir e explorar o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos. Isto envolve o tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos, a comercialização dos materiais transformados e outras prestações de serviços no domínio dos resíduos. (**GRI 102-6**) Toda esta actividade é desenvolvida no respeito pelos princípios da Sustentabilidade e a aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o sector.

Com cerca de três décadas de experiência, a empresa aprendeu a valorizar cada vez mais e melhor os resíduos recebidos dos seus municípios, dispondo de várias infra-estruturas especializadas e dedicadas ao seu tratamento.

Estas infra-estruturas distribuem-se pela sua sede no Ecoparque de Trajouce (Concelho de Cascais) (**GRI 102-3**), Ecoparque da Abrunheira (Concelho de Mafra) e Ecocentro da Ericeira (Concelho de Mafra).

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança.

O âmbito proposto contempla todos os processos da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU e todas as unidades da empresa.

A empresa encontra-se certificada segundo a norma NP EN ISO 9001:2008 – Sistema de Gestão da Qualidade – pela OHSAS 18001 / NP 4397:2008 – Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho – e no caso específico da nova Central de Digestão Anaeróbia



Mercado Geográfico abrangido e localização das infra-estuturas da TRATOLIXO (**GRI 102-6**)



(CDA) da Abrunheira e Ecocentro da Ericeira, pela norma NP EN ISO 14001:2004 – Sistema de Gestão Ambiental.

A empresa tem vindo a realizar um conjunto de acções e investimentos com o objectivo de desenvolver melhores soluções para o tratamento dos RU numa óptica de sustentabilidade.

Com um longo e vasto *know how* no domínio do tratamento de resíduos, a empresa faz questão de colaborar e participar activamente na troca de experiências e partilha de conhecimento quer a nível nacional quer a nível internacional, por intermédio das associações sectoriais das quais é associada.

A TRATOLIXO é *Silver Member* da *International Solid Waste Association* (ISWA) e é associada da APEMETA – Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais – de modo a estar a par dos principais desenvolvimentos no sector dos resíduos, sendo igualmente associada da *Smart Waste Portugal* para efeitos de participação em projectos e discussão pública de temas estratégicos para a empresa. (**GRI 102-13**)

Enquanto organização que se encontra próxima da realidade da comunidade, a empresa tem estado desde sempre empenhada em contribuir para a melhoria do seu bem-estar, colaborando em iniciativas de solidariedade social – como a Campanha das Tampinhas e a Mesa Solidária – e participando em iniciativas de sensibilização ambiental como a Feira de Sustentabilidade Ambiental *Greenfest* e sendo coordenadora regional da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos. (**GRI 102-12**)

2.2. Dimensão da Organização



Dimensão da TRATOLIXO (GRI 102-7)

2.3. Principais Marcas, Produtos e Serviços

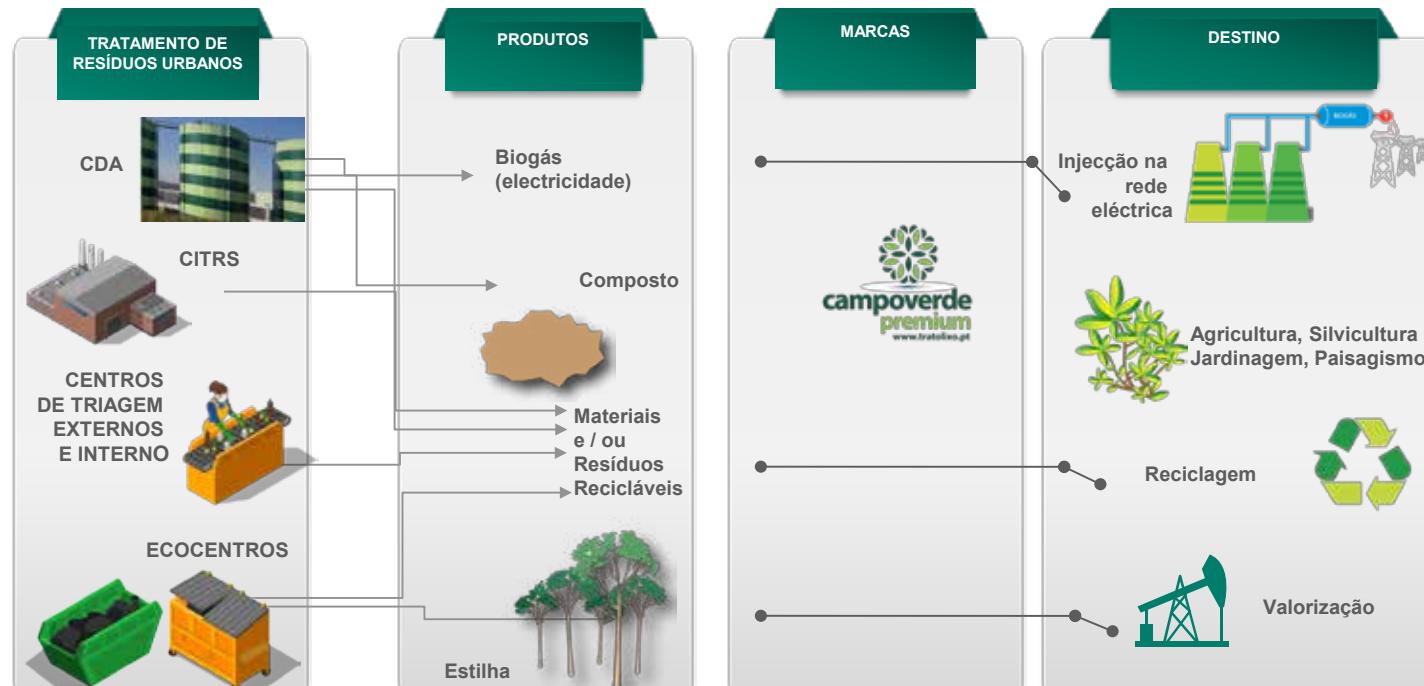
Como já foi referido anteriormente, o serviço público que a TRATOLIXO presta junto dos seus municípios prende-se com as actividades de recepção, tratamento, recuperação e valorização de resíduos urbanos, comercialização dos produtos resultantes destas operações e encaminhamento dos rejeitados dos processos para destino final adequado, estando estes serviços devidamente estabelecidos no Contrato de Gestão Delegada celebrado entre o accionista AMTRES e a empresa. (GRI 102-2-a)

De forma resumida, a apresentação da TRATOLIXO na óptica do serviço prestado, dos seus produtos e marcas registadas é a seguinte: (GRI 102-2-b)

SERVIÇO	Tratamento de Resíduos Urbanos
PRODUTOS	Materiais; Resíduos e Produtos Recicláveis; Energia
Materiais	Papel e cartão, plásticos diversos, embalagens de cartão para alimentos líquidos (ECAL), metais, vidro, madeira.
Resíduos	Pneus, pilhas e acumuladores, baterias, resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE's).
Produtos Recicláveis	Composto e estilha.
Energia	Energia eléctrica produzida a partir do biogás gerado na CDA da Abrunheira.
MARCAS REGISTADAS	CAMPOVERDE PREMIUM (Composto produzido na CDA)



De cada unidade de laboração fabril saem os seus respectivos produtos para a devida valorização, conforme consta a seguir: **GRI 102-2**



A TRATOLIXO não vende produtos proibidos ou contestados em determinados mercados. Relativamente ao composto produzido pela empresa, este apenas está autorizado a ser comercializado no mercado português. Quanto aos restantes produtos, não existem impedimentos a assinalar neste domínio. (**GRI 102-2-b**)

A maioria dos produtos da TRATOLIXO são comercializados através de pedidos de retoma efectuados junto das entidades gestoras de cada fluxo de resíduos.

Dependendo da sua tipologia, os produtos da empresa são comercializados a granel, em fardos ou acondicionados em paletes.

O composto, os plásticos rígidos, a sucata, o vidro, a madeira embalagem, os pneus, as

baterias e a estilha são comercializados a granel. Os REEE's e as pilhas são retomados em paletes e os restantes materiais recicláveis são enfardados.

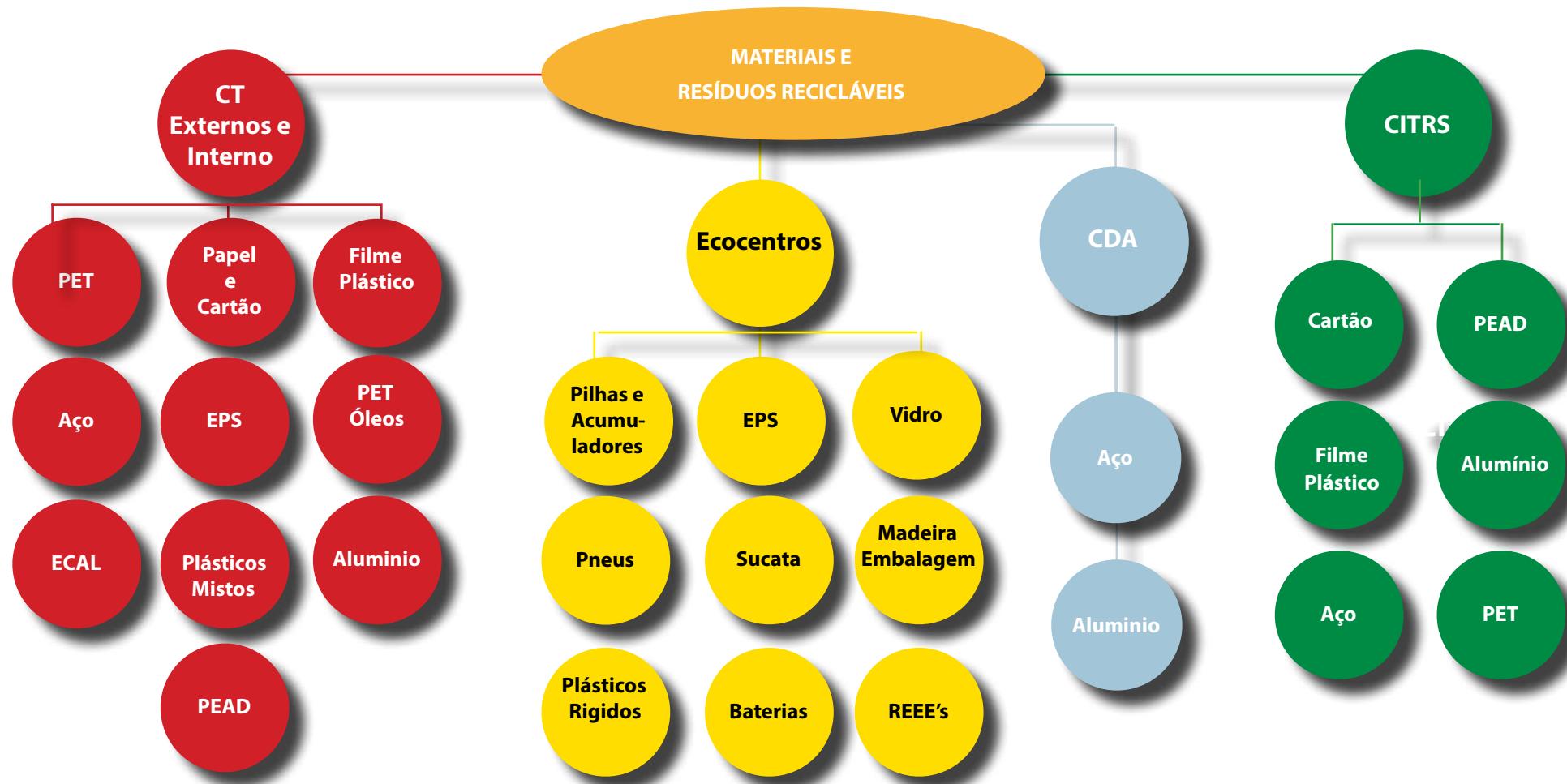
As paletes que auxiliam o transporte dos produtos acima referidos são todas reutilizadas pelo retomador do produto em causa.

Relativamente à recuperação de produtos, esta questão só se coloca para o composto, que devido à sua especificidade nunca foi alvo de situações de devolução. (**GRI 301-3**) Os produtos da TRATOLIXO não são rotulados. (**GRI 417-1**)

No entanto, no que diz respeito ao composto, a TRATOLIXO rege-se pelo disposto na Portaria n.º 1322/2006 de 24 de Novembro, que no seu Anexo III estabelece as menções de identificação obrigatória em rótulos, etiquetas ou documentos de acompanhamento.

to que devem constar nas matérias fertilizantes colocadas no mercado. Neste âmbito, a TRATOLIXO disponibiliza ao cliente toda a informação requerida neste requisito legal sob a forma de folheto informativo. (GRI 417-1)

Do total de produtos da TRATOLIXO e no respeitante unicamente à categoria dos materiais e resíduos recicláveis, discriminam-se de seguida os produtos resultantes das várias infra-estruturas da empresa.



2.4. Cadeia de Fornecedores da Empresa

A TRATOLIXO enquanto organismo de direito público está sujeita ao Código dos Contratos Públicos (CCP) – Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro – no que diz respeito à aquisição de bens, serviços e empreitadas de obras públicas (EOP).

Para a prestação do serviço de tratamento de resíduos urbanos aos seus municípios e, consequentemente obter os produtos inerentes a esta actividade já referidos no capítulo 2.3. relativo a Principais Marcas, Produtos e Serviços, a empresa tem de recorrer - em conformidade com a legislação em vigor em matéria de contratação pública - à aquisição de produtos, serviços e EOP durante e a jusante do processo de tratamento de resíduos urbanos, sendo que os intervenientes externos desta etapa constituem a cadeia de fornecedores da TRATOLIXO. **(GRI 102-9)**

Durante o processo de tratamento de resíduos urbanos, a empresa lida, entre outros com fornecedores de consumíveis (equipamentos, peças, bens, materiais e produtos) utilizados nas actividades fabril e administrativa – alguns dos quais são reportados mais detalhadamente em GRI 301-1, GRI 301-2, GRI 302-1 e GRI 303-1 – e com fornecedores de serviços de assistência técnica, manutenção e reparações, aluguer de equipamentos diversos, ensaios e análises técnicas, realização de actividades de engenharia, arquitectura, estudos e projectos, consultoria e artes gráficas.

Decorrente do facto da empresa não ter capacidade para proceder ao tratamento da totalidade dos resíduos que são produzidos na sua área de intervenção, atendendo a que o seu objecto de gestão incide no tratamento de resíduos urbanos ou equiparados a urbanos e que a empresa tem também, ela própria, produção de resíduos – alguns dos quais de características não urbanas – torna-se necessário recorrer a fornecedores de serviços de transporte, gestão, tratamento e deposição de resíduos.

Estes últimos constituem-se como fornecedores de serviço a jusante da

etapa de tratamento de resíduos urbanos efectuada pela TRATOLIXO.

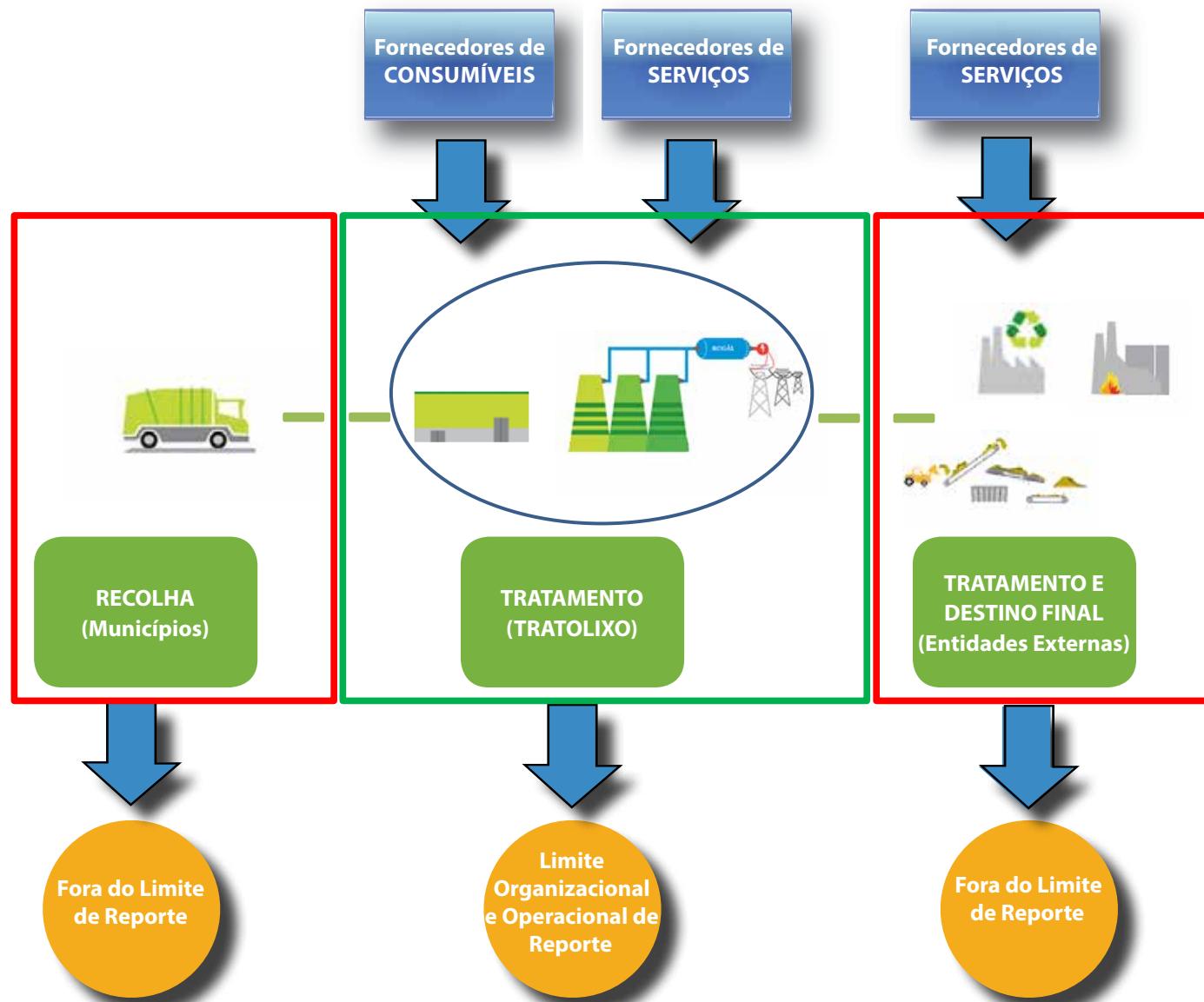
Esquematicamente, a cadeia de fornecedores representa-se no esquema da página seguinte. **(GRI 102-9)**

A empresa possui cerca de 800 fornecedores activos com quem trabalha com frequente regularidade.

Do seu leque de fornecedores, mais de 90% são nacionais – sobretudo da zona Centro do país para facilitar a entrega dos produtos – e os restantes são de outros países europeus, nomeadamente Alemanha, Espanha e Bélgica.

Estes tipificam-se em várias categorias, consoante a relação que a empresa tem com eles. Isto porque a empresa possui fornecedores exclusivamente de consumíveis, fornecedores exclusivamente de serviços e fornecedores que são simultaneamente fornecedores de consumíveis e de serviços.

Sendo o leque de intervenientes da cadeia de fornecedores da TRATOLIXO muito vasto, pode-se resumir que estes são sobretudo, por ordem de importância e representatividade face ao total, partes contratadas (entidades externas para a realização do transporte, tratamento e destino final dos resíduos), consultores (serviços de assessoria jurídica, financeira e técnica), distribuidores (fornecimento de peças e bens de consumo), fabricantes (área metalomecânica) e corretores (corretores de seguros). A empresa procura os fornecedores que lhe são economicamente mais vantajosos, pelo que os gastos efectuados a fornecedores nacionais e estrangeiros encontram-se reportados mais adiante em GRI 201-1.



Representação
Esquemática da Cadeia de
Fornecedores
da TRATOLIXO
(GRI 102-9).

Tal como qualquer outra área funcional da empresa, a aquisição de produtos, serviços e EOP junto dos seus fornecedores encontra-se procedimentada no âmbito do Sistema Integrado de Gestão da TRATOLIXO.

Neste sentido e porque a TRATOLIXO é uma empresa certificada, todos os fornecedores são sujeitos a um processo de qualificação prévia, o qual se baseia no preenchimento de uma folha de requisitos preenchida pelo próprio fornecedor e devidamente assinada e carimbada.

Esta folha de requisitos inclui um conjunto de questões – tais como a existência de certificações em Sistema de Gestão ou outros, prazos e preços praticados, clientes habituais e a possibilidade de serem efectuadas auditorias pela TRATOLIXO às instalações do fornecedor – que permitem determinar o potencial interesse do fornecedor em questão para a empresa.

Posteriormente a esta etapa, quando o fornecedor já faz efectivamente parte da cadeia de fornecedores da TRATOLIXO, deve obrigatoriamente cumprir um conjunto de condições definidas consoante o bem, serviço ou EOP

adquiridos e a área a que se destinam esses mesmos, constantes numa matriz de requisitos de compras e recepção de bens e serviços.

São exemplos de condições constantes nessa matriz e de cumprimento obrigatório para o fornecedor, os prazos de entrega ou de execução, o preço, a disponibilização de fichas técnicas dos produtos, a disponibilização de produtos certificados (marcação "CE"), encontrarem-se licenciados ou autorizados para a laboração em causa e cumprirem as Regras de Qualidade, Ambiente e Segurança (Regras QAS) definidas pela TRATOLIXO.



Mais de 90% dos fornecedores da empresa são fornecedores nacionais



Equipa de Contratação Pública e Aprovisionamento

Rodrigo Neves | Susana Domingues | Lúcia Nunes | Sandra Pinto
Helena Bispo | Carlos Lourenço | Paula Brito



3. GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO





A ADMINISTRAÇÃO ORGULHA-SE do empenho na revitalização desta empresa



3. GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO

3.1. Estrutura de Governação

Os Órgãos Sociais da TRATOLIXO são compostos por uma Assembleia Geral – órgão deliberativo – por um Conselho de Administração – órgão executivo – um Fiscal Único Efectivo e um Fiscal Único Suplente.

Cabe à Assembleia Geral da TRATOLIXO, por indicação do representante do seu accionista AMTRES, eleger os órgãos sociais da empresa.

No decorrer da alteração do regime jurídico aplicável ao sector empresarial local, em 2013 foi criada uma Direcção-Geral e o Conselho de Administração da TRATOLIXO passou a ser composto apenas por 3 membros, 2 Membros Executivos e 1 Membro Não Executivo. A composição dos órgãos sociais da TRATOLIXO é a que se apresenta de seguida. **(GRI 102-18-a)**

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras

Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Secretário: José Manuel Alves Crespo Afonso

Conselho de Administração

Presidente: João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho

Vogal: Ana Isabel Neves Duarte

Vogal: António Ricardo Henrique da Costa Barros

Fiscal Único

KRESTON & Associados – SROC, Lda., representada por Hélder Palma Veiga, ROC.

Fiscal Único Suplente

João José Lopes da Silva, ROC

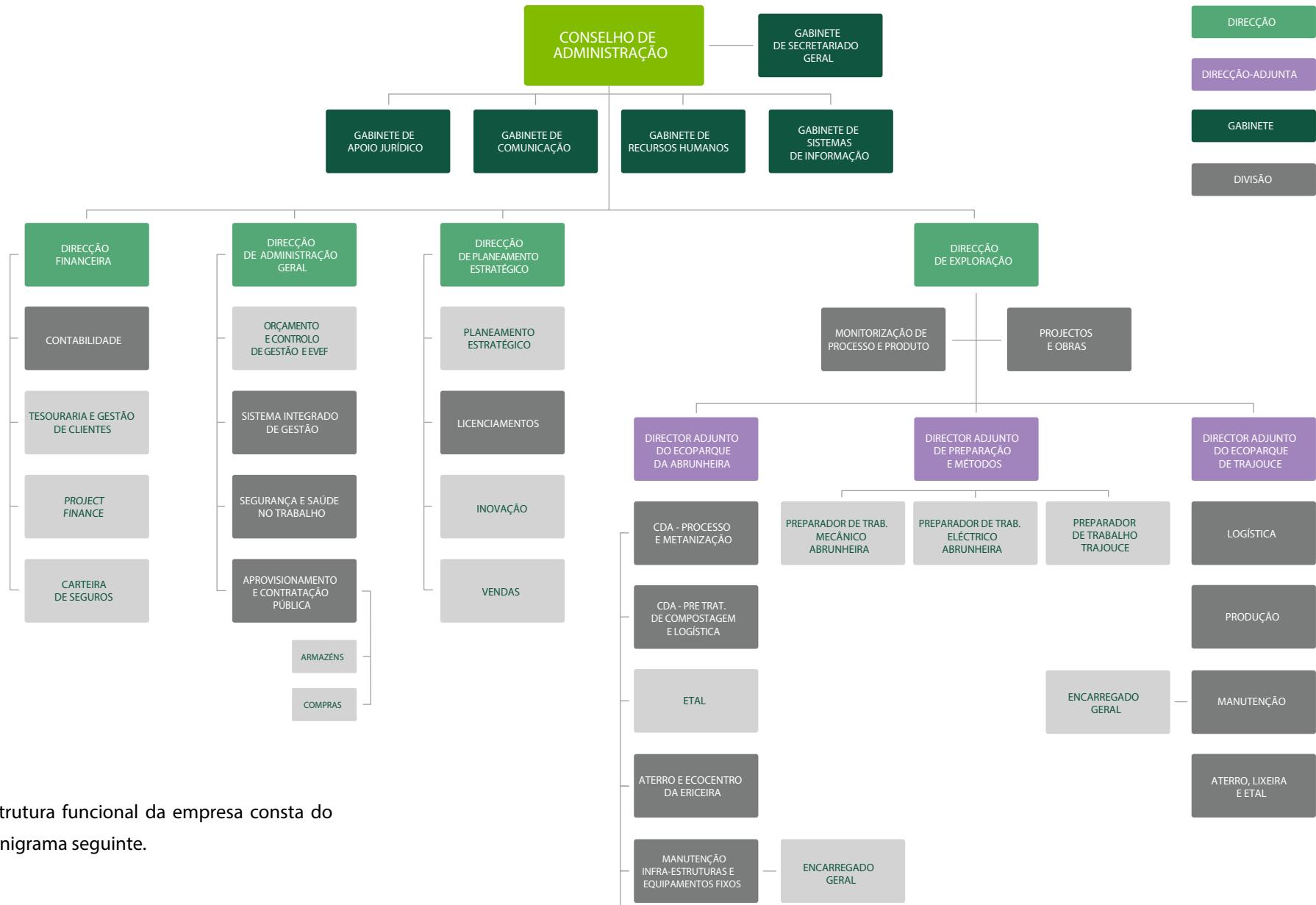
Os Administradores são eleitos em lista completa aprovada pela Assembleia Geral, sendo que o mandato dos administradores coincidirá com o mandato autárquico, podendo ser eleitos uma ou mais vezes.

A adequação dos Administradores à função bem como a avaliação das suas qualificações é da responsabilidade do acionista AMTRES: cada Município membro indica um representante para a referida lista com base na sua experiência no sector dos resíduos e/ou na sua adequação à função, não havendo nenhum processo adicional para a determinação das suas qualificações para o cargo.

O Conselho de Administração é responsável pelas tomadas de decisão da empresa no que respeita a tópicos económicos, ambientais e sociais. **(GRI 102-18-b)**

Para tal, tem ao seu dispor recursos humanos no âmbito da estrutura orgânica da empresa e um conjunto de ferramentas que permitem analisar o desempenho da própria TRATOLIXO e acompanhar os resultados das diversas áreas. Para além dos indicadores de desempenho dos vários processos e áreas – apresentados mensal ou trimestralmente nos relatórios de actividade das várias áreas, o acompanhamento do Programa de Gestão e o processo de revisão pela gestão do desempenho nos sistemas certificados (NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2004 e OHSAS 18001 / NP 4397:2008) abordando as vertentes da qualidade, ambiente e higiene e segurança – existem ainda os reportes mensais da Direcção de Administração Geral, realizados através do Relatório de Controlo de Gestão, que permitem ao Conselho de Administração efectuar um acompanhamento muito rigoroso do desempenho da empresa.

Ao abrigo da Lei nº 55/2011 de 15 de Novembro, que estabelece regras de transparência e informação no funcionamento do Sector Empresarial Local, a TRATOLIXO disponibiliza no seu sítio na Internet as remunerações totais, fixas e variáveis auferidas por cada membro dos órgãos sociais (http://www.tratolixo.pt/assets/docs/2016_06_02_pdf_doc%20legal.pdf).



A estrutura funcional da empresa consta do organograma seguinte.

3.3. Missão, Visão e Política Integrada

A TRATOLIXO tem como missão assegurar o tratamento e a valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos produzidos nos quatro Municípios integrantes da AM-TRES (Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra), tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade.

Tem como visão utilizar as técnicas mais avançadas, seguras e ambientalmente adequadas, no tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, dando especial ênfase à valorização e considerando-os como fonte de potencial matéria-prima.

De acordo com a Missão, Visão e as Razões Históricas que levaram à constituição da TRATOLIXO, o Conselho de Administração aprovou a seguinte Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social:

1. Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos, em consonância com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), mantendo uma atitude visionária e de constante inovação no que respeita à Gestão dos Resíduos Sólidos

Urbanos.

2. Estabelecer e implementar as acções necessárias para o cumprimento dos objectivos e metas definidos, de acordo com a estratégia da empresa e com a prestação de um serviço público de elevada qualidade, tornando-a uma entidade de referência na área da gestão dos resíduos, promovendo a economia circular (resíduos como matéria prima) e o crescimento sustentável.
3. Melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e expectativas dos seus colaboradores e clientes e eliminar ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.
4. Prevenir a poluição e assegurar a utilização eficiente dos recursos naturais, garantindo o controlo e a monitorização ambiental sistemática, e prevenir a ocorrência de lesões e doenças profissionais, promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável para os colaboradores internos e entidades externas.
5. Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e eficácia.
6. Proporcionar aos colaboradores a formação e sensibilização adequadas, para melhorarem o desempenho das suas funções, obrigações individuais e colectivas, aumentarem os seus conhecimentos e desenvolverem as suas competências.
7. Desenvolver a relação com os Fornecedores e Subcontratos para garantir que a sua actuação segue os princípios desta Política.
8. Manter uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas sobre assuntos associados à sua actividade.
9. Manter uma ligação estreita às comunidades onde se insere a sua actividade e acção, promovendo educação ambiental com vista à sustentabilidade.
10. Cumprir os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela TRATOLIXO.

A Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social estabelecida pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO, foi comunicada a todos os colaboradores e Partes Interessadas e encontra-se divulgada por toda a empresa sendo responsabilidade de cada colaborador conhecê-la. Esta será revista periodicamente de modo a garantir a sua adequação e relevância para o cumprimento dos objectivos da TRATOLIXO. **(GRI 102-16)**

3.4. Partes Interessadas

A TRATOLIXO exerce uma actividade muito específica que é considerada essencial para a manutenção da saúde pública, para a protecção do ambiente e para o desenvolvimento da economia.

No exercer do serviço público de tratamento de resíduos, ocorrem naturalmente impactes associados à actividade da empresa, que afectam uma multiplicidade de agentes e entidades com os quais a TRATOLIXO interage e se relaciona de forma continuada.

Essa interacção permite que a empresa mantenha uma total transparência das suas acções e processos para com o exterior – como é de todo boa prática numa empresa de capitais públicos pertencente ao Sector Empresarial Local – e interior mas também permite a promoção da melhoria do seu desempenho, por intermédio dos contributos que resultam do diálogo estabelecido entre todos os intervenientes.

Com base neste entendimento, foram identificados como stakeholders da TRATOLIXO todas as entidades que são directamente afectadas pela actividade da empresa e, consequentemente, sobre as quais se exerce algum tipo de impacte (positivo ou negativo), bem como qualquer entidade que forneça inputs que possam – ou devam – ser vertidos na estratégia da empresa ou que constituam uma mais-valia para o seu desempenho de sustentabilidade. **(GRI 102-42)** De forma esquemática, o processo de identificação e selecção de stakeholders da TRATOLIXO representa-se da seguinte forma:



Processo utilizado para identificação e selecção dos stakeholders da TRATOLIXO **(GRI 102-42)**

Assim sendo, os *stakeholders* da TRATOLIXO são os seguintes intervenientes (**GRI 102-42**):



Lista de *stakeholders* da TRATOLIXO (**GRI 102-40**)

✓ ACCIONISTA (AMTRES)

A AMTRES é o único accionista da TRATOLIXO, o qual fornece indicações para a definição da estratégia de governação da empresa e dos respectivos objectivos de gestão da actividade;

✓ CLIENTES MUNICIPAIS

Os Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra constituem o cliente de serviço directo da TRATOLIXO na medida em que entregam os seus resíduos para tratamento nas instalações da empresa, à qual cabe, assim, assegurar o tratamento da totalidade dos mesmos segundo princípios de sustentabilidade;

✓ CLIENTES NÃO MUNICIPAIS

São as entidades gestoras (EG) de fluxos de resíduos específicos (ex: fluxo das embalagens, fluxo dos REEE's, etc.), os retomadores e os consumidores, enquanto clientes do produto final que é obtido através do processamento de resíduos nas instalações da empresa (composto e materiais recicláveis/valorizáveis) e que seguem as especificações técnicas (ET) definidas para cada produto. São também outros clientes particulares e institucionais que sejam detentores de resíduos, aos quais pretendam dar um encaminhamento adequado, tal como lhes compete na lei;

✓ TRABALHADORES

Os funcionários da TRATOLIXO, independentemente do seu vínculo de contratação à empresa, são a sua força motriz de evolução e desenvolvimento, sendo para isso essencial o envolvimento de toda a cadeia organizacional da empresa. O bem-estar de todos os trabalhadores é uma preocupação governativa da empresa, que se encontra reflectida na Política Integrada de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social;

✓ FORNECEDORES

Enquadram-se nesta tipologia de stakeholders as entidades que prestem serviços ou forneçam materiais à empresa. A TRATOLIXO rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, que regula a execução de contratos públicos, o que lhe permite seleccionar os fornecedores de forma transparente e imparcial. Por motivos de salubridade e de modo a garantir a continuidade do serviço público prestado aos municípios, os sistemas de gestão de resíduos com os quais a empresa trabalha no tratamento, valorização e deposição final de resíduos são seleccionados segundo critérios técnicos, ambientais e económicos que se coadunem com a visão e estratégia da TRATOLIXO;

✓ COMUNIDADE

Abrange a população afectada pelos impactes positivos e negativos da actividade da TRATOLIXO (cidadãos), associações ambientais, instituições de ensino e outros grupos de associativismo. Ter noção das necessidades e expectativas da comunidade é uma ferramenta que permite impulsionar a empresa no sentido da melhoria contínua do seu desempenho.

✓ AUTORIDADES

A TRATOLIXO relaciona-se frequentemente com autoridades de tutela e de regulação pelo facto de existirem procedimentos legais de comunicação regulamentar e obrigatória de determinadas informações e reporte de indicadores de desempenho. Dentro deste grupo específico encontram-se várias autoridades competentes, como por exemplo, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) – enquanto autoridade nacional de resíduos – a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) – como entidade reguladora dos serviços de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos urbanos – e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) – enquanto entidade licenciadora – a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) – enquanto serviço de promoção da melhoria das condições de trabalho a nível nacional – o Tribunal de Contas (TC) – enquanto entidade fiscalizadora da legalidade e regularidade das receitas e despesas públicas – entre outras.

Por se tratar de uma empresa de capitais públicos, na relação com os seus *stakeholders*, a TRATOLIXO orienta-se pelo seguinte conjunto de valores e conduta: **(GRI 102-16)**



Lista de Valores e Conduta da TRATOLIXO (GRI 102-16)

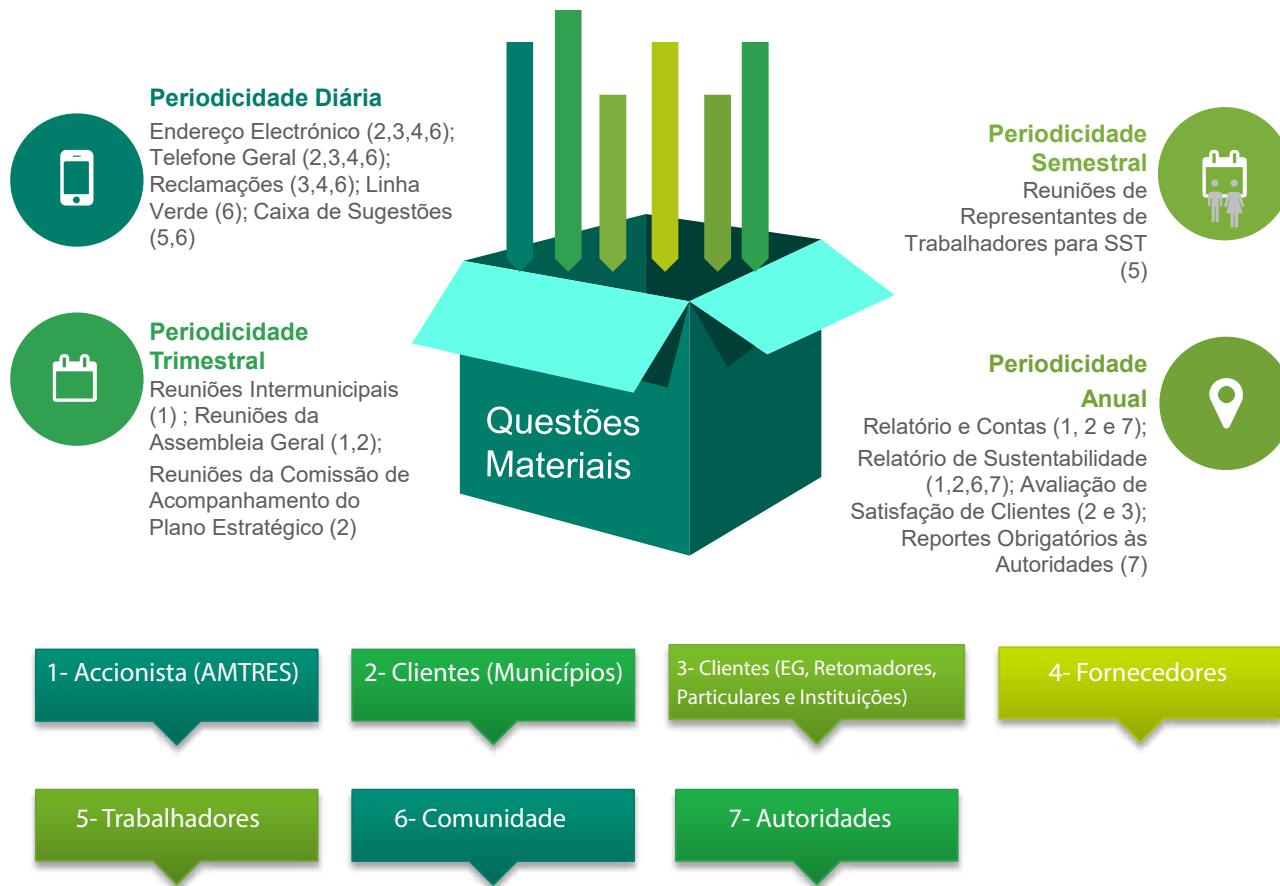
Estes valores de conduta e ética estão na base da atitude adoptada pela TRATOLIXO na sua actividade e interacções com os stakeholders, encontrando-se formalizados na Política Integrada da empresa, que foi definida e aprovada em Conselho de Administração e divulgada por todos os trabalhadores da empresa e seus *stakeholders*. **(GRI 102-16)**

Com a adesão da TRATOLIXO ao Sistema Integrado de Gestão, a forma de relacionamento da empresa com os seus *stakeholders* foi sendo gradualmente reforçada e dinamizada.

Uma das formas de dinamização desse relacionamento é através da utilização de vários canais de comunicação que a empresa tem à disposição dos seus *stakeholders*, criados consoante as especificidades e necessidades de cada um.

Estes canais de comunicação são importantes mecanismos de diálogo para dar resposta às questões e preocupações que os stakeholders queiram apresentar à empresa.

A forma como os *stakeholders* utilizam esses mecanismos e a periodicidade com que a TRATOLIXO promove o seu envolvimento nas questões materiais da empresa é a apresentada no esquema seguinte. **(GRI 102-43)**, sendo que nenhum destes mecanismos de envolvimento foi dinamizado especificamente como parte do processo de preparação deste relatório.



Mecanismos de auscultação dos *Stakeholders* da TRATOLIXO (**GRI 102-43**)

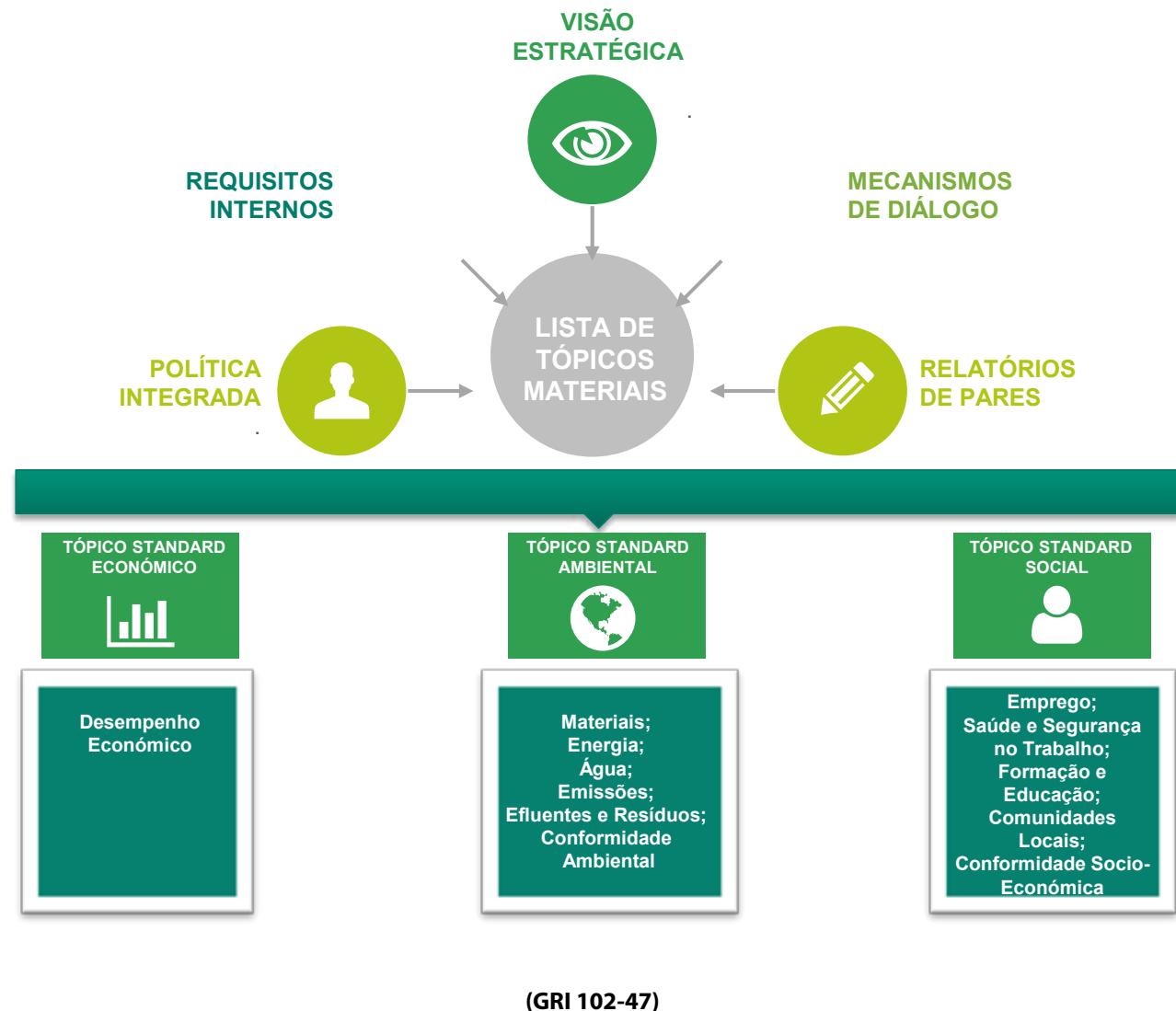
3.5. Análise de Materialidade

Decorrente do envolvimento que a empresa tem com os seus stakeholders e da utilização que estes fazem dos mecanismos de diálogo disponibilizados pela TRATOLIXO e já referenciados, resultaram várias temáticas relevantes para reporte neste relatório.

Para além deste processo, a TRATOLIXO considerou ainda os inputs informativos provenientes da Visão estratégica da empresa, da sua Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, de vários requisitos internos e de relatórios de pares ligados ao sector.

Com base nos resultados desta consulta, foram então identificados os

tópicos materiais para o presente reporte de sustentabilidade e que serviram de base à selecção da informação qualitativa e informação da GRI a divulgar neste relatório. (GRI 102-47)



Considerando os relatórios de outras empresas do sector bem como as *GRI Standards*, numa óptica de transparência, melhor compreensão da actividade da empresa e comparabilidade do seu desempenho, para além dos aspectos materiais identificados a TRATOLIXO entendeu prestar informação adicional relativa aos tópicos que se apresentam na seguinte tabela.

Outros Tópicos de Reporte Não Materiais		
Tópico Standard	Tópico	Origem
Económica	Presença de Mercado	<i>GRI Standards; Relatórios de Pares</i>
	Práticas de Compras	<i>GRI Standards; Relatórios de Pares</i>
	Combate à Corrupção	<i>GRI Standards; Relatórios de Pares</i>
	Concorrência Desleal	<i>GRI Standards; Relatórios de Pares</i>
Social	Diversidade e Igualdade de Oportunidades	<i>GRI Standards; Relatórios de Pares</i>
	Políticas Públicas	<i>GRI Standards; Relatórios de Pares</i>
	Saúde e Segurança do Cliente	<i>GRI Standards; Relatórios de Pares</i>
	Rotulagem de Produtos e Serviços	<i>GRI Standards; Relatórios de Pares</i>

Durante o processo de auscultação dos *stakeholders* foram igualmente levantadas outras questões que constituíam preocupações noutras vertentes da actividade da empresa. Essas questões apresentam-se no quadro seguinte (**GRI 102-44**), onde também se identificam os *stakeholders* que as apresentaram.

GRI 102-44								
STAKEHOLDERS						Processo de Gestão	Legislação	Questões globais
Assuntos Suscitados 2016	Accionista	Clientes	Trabalhadores	Fornecedores	Comunidade			
Operacionalização do SIGRE	✓	✓					✓	✓
Definições Legais Estratégicas do Sector	✓	✓					✓	✓
Equilíbrio Financeiro da Empresa	✓		✓	✓				
Dívidas a receber e prazos de recebimento						✓		
Tarifa de Gestão de Resíduos	✓	✓						
Aplicação da Hierarquia de Gestão de Resíduos	✓	✓			✓	✓	✓	
Diferença de Pesos entre Básculas		✓				✓		
Qualidade do Serviço		✓				✓		
Melhorar a Qualidade dos Produtos		✓				✓		
Instalações, acessos e vias de circulação interior		✓					✓	
Odores	✓	✓			✓		✓	
Atribuição de Apoios Sociais					✓		✓	

À excepção das questões relativas à “Operacionalização do SIGRE” e às “Definições legais estratégicas do sector dos resíduos”, todas elas foram geridas no âmbito do SIG da empresa, tendo sempre que possível e aplicável, sido adoptadas medidas correctivas em conformidade **(GRI 102-44)**.

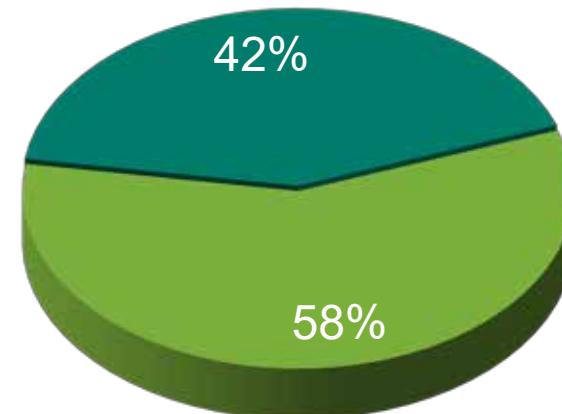
Um dos princípios da Gestão da Qualidade é o princípio da focalização no cliente, por esta razão o seu contributo é fundamental na melhoria do desempenho de qualquer organização, na medida em que através do grau de satisfação dos clientes é possível identificar se o Sistema é capaz de responder com eficácia às solicitações dos mesmos.

Como tal, a avaliação da satisfação de clientes continua a ser o instrumento que permite à TRATOLIXO medir anualmente o desempenho do sistema de gestão da qualidade implementado, no sentido de monitorizar a percepção do cliente quanto à qualidade dos serviços prestados e dos seus produtos, bem como quanto ao cumprimento dos seus requisitos.

Esta ferramenta é também uma forma de obter sugestões e oportunidades de melhoria por parte dos clientes, estar atento às suas necessidades e expectativas atendendo aos pontos críticos identificados por estes, com vista à optimização dos serviços e da qualidade dos produtos comercializados.

Para a avaliação da satisfação de clientes do ano de 2016, foram inquiridos quer os clientes dos produtos composto, estilha e recicláveis e ainda as entidades gestoras, quer os clientes da prestação de serviços – onde se incluem clientes particulares, os Municípios e Empresas Municipais.

A partir dos resultados da avaliação da satisfação global dos clientes da TRATOLIXO em 2016, considerando a qualidade dos serviços prestados e a qualidade dos seus produtos fornecidos, verificou-se que 58% dos clientes estão satisfeitos e 42% dos clientes consideram-se muito satisfeitos com o desempenho da TRATOLIXO. **(GRI 102-44)**



Nível Geral de Satisfação





GRI 102-15

3.6. Impactes, Riscos e Oportunidades

Sendo a actividade da TRATOLIXO uma actividade industrial, é na componente ambiental que se verificam, de imediato, os primeiros impactes causados por ela, nomeadamente em termos de consumos de materiais, energia e água, emissões atmosféricas, produção de efluentes e resíduos mas também emissão de ruído e odores.

Face a esta evidéncia, esta questão tornou-se uma preocupação da empresa

tendo a mesma sido assumida oficialmente na sua Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, a qual prevê a racionalização destes consumos e produções como medida para mitigar o impacte da actividade desenvolvida nos ecossistemas e nos recursos naturais.

Sendo estes recursos essenciais à manutenção da vida na Terra, os impactes ambientais causados sobre eles são especial

mente relevantes para a comunidade envolvente à TRATOLIXO, que também usufrui destes bens comuns.

Assim, o desenvolvimento da actividade em respeito com estas componentes garante que a empresa previne várias formas de poluição e degradação do ambiente, agindo em conformidade com a legislação em vigor e outros parâmetros de desempenho.

Este procedimento permite que a TRATO-

LIXO acautele situações que possam vir a dar origem a sanções ou multas, facto que transmite credibilidade e profissionalismo à empresa, aspecto muito importante para a própria empresa – enquanto entidade pública – mas também para o seu accionista.

Por outro lado, um consumo equilibrado e sustentável dos recursos já mencionados constitui uma oportunidade de obter menos custos financeiros para a empresa



Equipa do Sistema
Integrado de Gestão
Susana Vaz | Ana Rocha | Cláudia Lourenço



Equipa de Orçamento, Controlo de Gestão e EVEF
Luís Areias | Rossana Zolezzi | Sérgio Martins



através da poupança das despesas associadas a esses consumos, o que culmina posteriormente na redução do custo por tonelada de resíduos tratada e imputado aos seus clientes municipais, o que é, portanto, benéfico para o accionista.

Devido à sua actividade, a empresa está abrangida por um conjunto de obrigações legais em termos ambientais, entre as quais se incluem o acompanhamento das emissões atmosféricas, que são um resultado inevitável do desempenho operacional interno.

Conforme o poluente envolvido nessas

emissões, estas podem acarretar problemas a nível ambiental – aquecimento global, chuvas ácidas, alterações climáticas, destruição da camada de ozono – e de saúde pública.

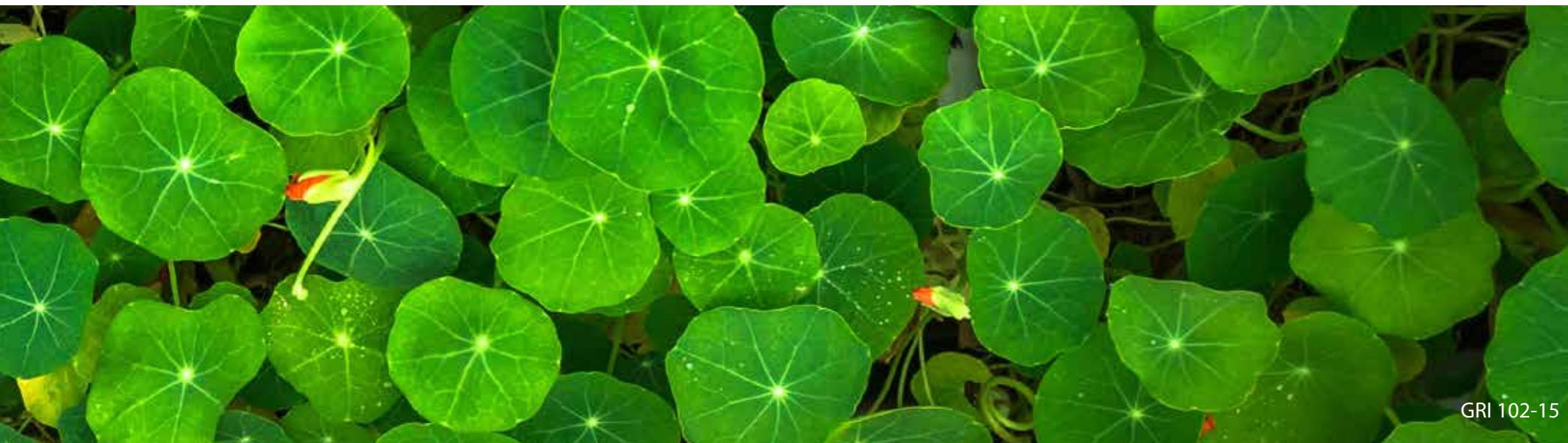
O impacte ambiental associado a este descritor interessa às autoridades – a quem a TRATOLIXO tem que efectuar reportes periódicos – e também à comunidade.

Como tal, a empresa procura mitigar os efeitos nocivos das emissões atmosféricas no ambiente, procurando dotar a sua frota com viaturas com consumos de

gasóleo mais eficientes (logo, com menores emissões directas de CO₂), utilizar um aditivo que funciona como conversor catalítico sobre os gases de escape dos motores (o que permite reduzir as emissões de NOx) e de modo a minimizar as emissões de metano em aterro, opta por encaminhar os seus resíduos e refugos dos processos para destinos que pratiquem operações de valorização e reciclagem. Relativamente à emissão de ruído e odores, estes impactes incidem também na comunidade envolvente à empresa e, consequentemente, no seu bem-estar,

pelo que os mesmos são da maior importância para este *stakeholder*.

E por esse motivo, a TRATOLIXO mantém-se atenta aos efeitos – ambientais e não só – da sua actividade na comunidade e mantém o diálogo com a mesma através de mecanismos próprios – como por exemplo, a reclamação – que são importantes para proporcionar a acessibilidade e fluidez da comunicação entre as partes. Para além dos aspectos acima identificados, a TRATOLIXO também influencia de forma positiva a vertente ambiental da sustentabilidade através da obtenção



GRI 102-15

dos seus produtos e da prestação do seu serviço.

Isto porque a TRATOLIXO providencia aos seus clientes não municipais produtos recicláveis (papel, plástico, metal, vidro, etc.), reciclados (composto, CDR) e altamente valorizáveis (estilha, energia eléctrica), pelo que a empresa colabora, assim, na redução dos impactos ambientais dos seus clientes.

E também porque o encaminhamento para destino final adequado de um determinado conjunto de produtos (ex.: pilhas, REEE's, baterias) constitui a solução

ambientalmente mais correcta que vai ao encontro das Políticas Nacionais de gestão de resíduos definidas pela tutela – a Agência Portuguesa do Ambiente – está de acordo com as expectativas dos clientes municipais – que desta forma conseguem dar resposta a solicitações mais complexas da comunidade no respeitante à deposição e encaminhamento de determinados fluxos de resíduos – e permite, por último – por via das entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos (que são também clientes não municipais da TRATOLIXO) – contribuir

para o cumprimento das metas nacionais e comunitárias de gestão de resíduos. No seu cômputo geral, é facilmente verificável que a prestação aos clientes municipais do serviço de tratamento de resíduos com menores impactes ambientais tem implicações na redução da pegada ecológica da empresa, facto que traz benefícios para o accionista e também para a comunidade, pela garantia de um futuro sustentável para as próximas gerações e divulgação de uma imagem institucional mais amiga do ambiente.

Como já foi referido, a TRATOLIXO tra-

ta-se de uma entidade de capitais públicos, logo o seu impacto na vertente económica da sustentabilidade é ainda maior do que o observado numa empresa privada.

Derivado a esse motivo, o desempenho económico da empresa assume particular importância para o seu accionista e para seus clientes municipais, pois daí advém uma tarifa mais equitativa a imputar a estes últimos.

Há também que salientar a oportunidade que a TRATOLIXO cria em termos de contributo económico para o sector



A TRATOLIXO emprega mais de duas centenas de trabalhadores directos, o que contribui para a melhoria da sua comunidade e das comunidades envolventes às suas instalações fabris.

GRI 102-15

industrial, gerando produtos a partir de resíduos – que promovem uma economia circular – e estimulando a conceção de produtos inovadores, o que é particularmente relevante para os seus clientes não municipais.

O resultado do balanço económico de uma empresa pode igualmente permitir um retorno em termos sociais, através de investimento na melhoria das condições de trabalho dos seus trabalhadores ou de apoios à comunidade, funcionando como oportunidade para participar mais activamente na resolução de problemas da sociedade.

Na vertente social a TRATOLIXO causa ainda um impacte fortíssimo na geração e manutenção de postos de trabalho, pois emprega mais de duas centenas de trabalhadores directos, contribuindo desta forma para a melhoria da comunidade a que eles pertencem mas também das comunidades envolventes às suas instalações fabris.

E porque os seus trabalhadores constituem um dos *stakeholders* da empresa, a TRATOLIXO assumiu na sua Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social o compromisso de contribuir para o desenvolvimento das suas capacidades profissionais, bem como garantir condições de saúde e segurança no trabalho que os preserve de riscos de saúde inerentes às tarefas do cargo e ao ambiente físico onde as mesmas são executadas.

Não se pode deixar de referir, também, os impactes positivos que a empresa transmite à comunidade por intermédio do pa-

pel educativo que é desenvolvido em termos de consciencialização ambiental.

Em 2016, a empresa manteve, como já foi mencionado, o bom trabalho desenvolvido em anos anteriores no sentido de ultrapassar os problemas graves relacionados com a inexistência de liquidez financeira que se vinham verificando há alguns anos. As dificuldades que a empresa enfrenta actualmente continuam associadas ao sub-dimensionamento operacional das suas infra-estruturas para o tratamento integral dos resíduos que são produzidos no Sistema AMTRES, o que implica que a empresa tenha que sub-contratar a terceiros estas funções.

E apesar de ter vindo a internalizar serviços em detrimento do recurso a entidades externas, esta opção de gestão reflecte-se em custos de tratamento dos resíduos mais elevados, o que resulta numa tarifa de gestão de resíduos altamente desfavorável para os municípios.

Decorrente dos impactes ambientais que a sua actividade causa, existem obviamente riscos associados que podem causar danos graves a nível ambiental e de saúde pública.

Neste sentido, é preocupação da TRATOLIXO assegurar a adopção e execução do Princípio da Precaução, laborando em condições de conformidade com toda a legislação ambiental aplicável à sua actividade, monitorizando os aspectos que são identificados no seu Plano de Monitorização Ambiental e agindo de acordo com as boas práticas ambientais, praticando o consumo sustentável de recursos, aplicando a hierarquia

GRI 102-15

de gestão de resíduos e optimizando os seus processos e produtos. **(GRI 102-11)**

O Princípio da Precaução é também adoptado na empresa através da contratação de seguros de responsabilidade ambiental – aplicáveis a todas as suas instalações – como forma de prevenir eventuais situações de emergência ambiental. **(GRI 102-11)**

Tratando-se a TRATOLIXO de uma empresa pública, tendo em vista o interesse público e de modo a acautelar eventuais situações de risco no respeitante à corrupção, a empresa seguiu a recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) e entendeu acautelar esta temática e prever mecanismos internos de controlo e prevenção de desvios relativamente ao bom uso dos dinheiros públicos que lhe são confiados.

Neste âmbito, a TRATOLIXO dispõe, desde 2010, de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas (PGRCIC), que envia para o Tribunal de Contas – Conselho de Prevenção de Corrupção (CPC) – e que é actualizado periodicamente.

No âmbito deste Plano encontram-se medidas que todas as áreas e serviços da empresa devem observar, incluindo a monitorização de actividades internas.

Assim sendo, considera-se que as três instalações da empresa (Trajouce, Ericeira e Abrunheira) se encontram comprometidas com as obrigações contra os riscos de corrupção constantes no referido plano, o que corresponde a 100% das unidades da TRATOLIXO. **(GRI 205-1)**

Em 2016 o referido Plano foi revisto, tendo essa revisão envolvido todos os sectores da empresa e proposto ações concretas com o objectivo de realizar prevenção e auto controlo dos riscos da empresa no domínio da corrupção.

Este Plano foi novamente enviado para o CPC, foi divulgado internamente a todos os trabalhadores e membros do Conselho de Administração, está disponível no SIG da empresa para todos os trabalhadores poderem consultar e encontra-se divulgado no site da empresa para todas as suas partes interessadas **(GRI 205-2)** através do seguinte link:

<http://www.tratolixo.pt/assets/docs/Plano%20de%20Gestão%20de%20Riscos%20e%20Infracções%20Conexas.pdf>

Sempre que se justifica, a empresa age disciplinar e criminalmente contra casos de corrupção, prevenindo-se, deste modo, a prática de favorecimento ilícito ao mesmo tempo que se combate a omissão de actos conducentes a situações de vantagem ilícita.

Em 2016 não se identificaram na empresa quaisquer casos de corrupção. **(GRI 205-3)**

A TRATOLIXO age, aliás, segundo uma postura de transparência total e colaborativa na sua gestão, que se orienta de modo a ir ao encontro das políticas nacionais de ambiente estabelecidas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e de toda a legislação nacional e comunitária aplicável à sua actividade, para todas as áreas de

trabalho da empresa.

Por isso, e de modo a manter uma postura transparente e colaborativa, a empresa promove sempre que necessário, a consulta do seu órgão de tutela do ambiente – a APA – e do órgão regulador de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos – a ERSAR – para clarificar questões que tenham implicações no planeamento da sua estratégia.

Ao abrigo da correspondente legislação em vigor, a TRATOLIXO tem igualmente deveres de informação e transparência junto do Tribunal de Contas na componente económica e também no que respeita aos contratos públicos, efectuando a prestação de contas e do seu Relatório e Contas num portal próprio e submetendo à apreciação desta entidade os contratos públicos relativos a aquisição de serviços e empreitadas superiores a 5 M€. Isto serve para evitar incumprimentos legais por parte da TRATOLIXO e proporcionar um controlo mais apertado e eficaz no âmbito da fiscalização prévia realizada pelo Tribunal de Contas às entidades públicas.

É também frequente a TRATOLIXO ter a possibilidade de participar e contribuir para a transparência governamental e para a elaboração de políticas públicas, através da redacção de pareceres técnicos que lhe são solicitados sobre o seu sector de actividade.

A empresa envia também, sempre que lhe é solicitado, o seu contributo para estudos, questionários e solicitações técnicas provenientes dos municípios, entidades



produtoras de resíduos e entidades do meio científico e tecnológico.

Não existe, por isso, qualquer atitude por parte da TRATOLIXO que possa ser encarada como influência, *lobby* ou pressão junto de grupos decisores.

Por outro lado, a empresa não contribui financeiramente, quer directa quer indirectamente, para causas políticas (**GRI 415-1**), garantindo assim a sua integridade e transparência das suas acções.

Em termos de tendências globais e oportunidades que se levantam a médio e longo prazo no domínio da sustentabilidade, há que salientar, em termos económicos, o estímulo ao tecido empresarial que a atribuição de fundos comunitários (POSEUR 2014-2020) representará para a TRATOLIXO, permitindo realizar investimentos essenciais ao nível da requalificação e construção de novas infra-estruturas.

Tendo a TRATOLIXO visto aprovada a candidatura da sua nova Central de Triagem de Resíduos de Embalagem de Trajouce, aguarda-se agora o desbloquear do financiamento concedido para a construção desta infra-estrutura.

ra, bem como a abertura de novos avisos do POSEUR, de modo a que a empresa fique possibilitada de candidatar o projecto de investimento previsto no seu PAPERSU, relativo à construção da nova Central de Tratamento Mecânico de resíduos indiferenciados de Trajouce.

De salientar que o incumprimento do PAPERSU da TRATOLIXO põe em causa não só as metas do Sistema AM-TRES mas também as metas nacionais, com respectivas penalizações, prejudicando ainda gravemente a estabilidade económico-financeira da empresa.

Um desafio a apontar a nível ambiental prende-se com a suposta revisão do PERSU 2020.

As metas e objectivos ambiciosos do actual Plano eram já uma motivação que levava a empresa ao investimento em soluções mais eficientes no tratamento dos resíduos, prevendo, inclusivamente, a apostila em projectos de I&DT que fomentassem o aproveitamento dos resíduos como recurso na óptica da economia circular.

Atendendo à evolução do estado da arte e das perspetivas – a nível comunitário – sobre os resíduos após 2020, de modo a que o país cumpra, em 2030, as ambiciosas

metas inscritas no Plano de Acção da UE para a Economia Circular está em discussão governamental a revisão do PERSU 2020, de modo a que a Estratégia Nacional para os Resíduos convirja neste sentido.

Contudo, a revisão deste documento não deve esquecer que os investimentos realizados e a realizar pelos SGRU tiveram por base determinados pressupostos estratégicos e que a sua alteração poderá implicar mais custos para os Sistemas ou mesmo a inviabilização dos referidos investimentos.

Uma oportunidade a realçar em termos operacionais é, sem dúvida, a exploração das novas CCT da Abrunheira. Esta infra-estrutura, há tantos anos aguardada, irá reduzir a dependência da TRATOLIXO face ao exterior no que diz respeito ao encaminhamento adequado de resíduos e resfugos dos processos de tratamento das várias instalações operacionais da empresa.

Desta forma, serão substancialmente diminuídos os custos com o envio de resíduos para destinos externos, com óbvias mais-valias para a empresa, accionista e municipios.



3.7. Infra-estruturas existentes

De modo a realizar adequadamente e sob os princípios da sustentabilidade a gestão dos resíduos produzidos na sua área de intervenção, a TRATOLIXO desenvolve a sua actividade em várias instala-

ções de recepção e tratamento de resíduos que se distribuem por dois Ecoparques e um Ecocentro.

3.7.1. Ecoparque da Abrunheira

O Ecoparque da Abrunheira está localizado no Município de Mafra, freguesia de S. Miguel de Alcainça.

Este Ecoparque é constituído por uma Central de Digestão Anaeróbia (CDA), um Ecocentro, uma Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI) e Células de Confinamento Técnico (CCT), tendo à sua disposição a mais recente tecnologia existente no domínio do trata-

mento de resíduos urbanos.

A CDA e a ETARI foram co-financiadas pelo Fundo de Coesão.



3.7.1.1 Central de Digestão Anaeróbia

A CDA da Abrunheira é uma unidade de tratamento de resíduos urbanos que recorre ao processo de digestão anaeróbia.

Neste processo, parte da matéria biodegradável é transformada em biogás – gás essencialmente constituído por metano, que é um gás combustível – e numa lama digerida.

O gás é aproveitado e transformado em energia eléctrica, sendo posteriormente injectada na Rede Eléctrica Nacional (REN). A lama digerida é estabilizada por composta-

gem, dando origem a composto que pode ser utilizado em culturas agrícolas arbóreas e arbustivas.

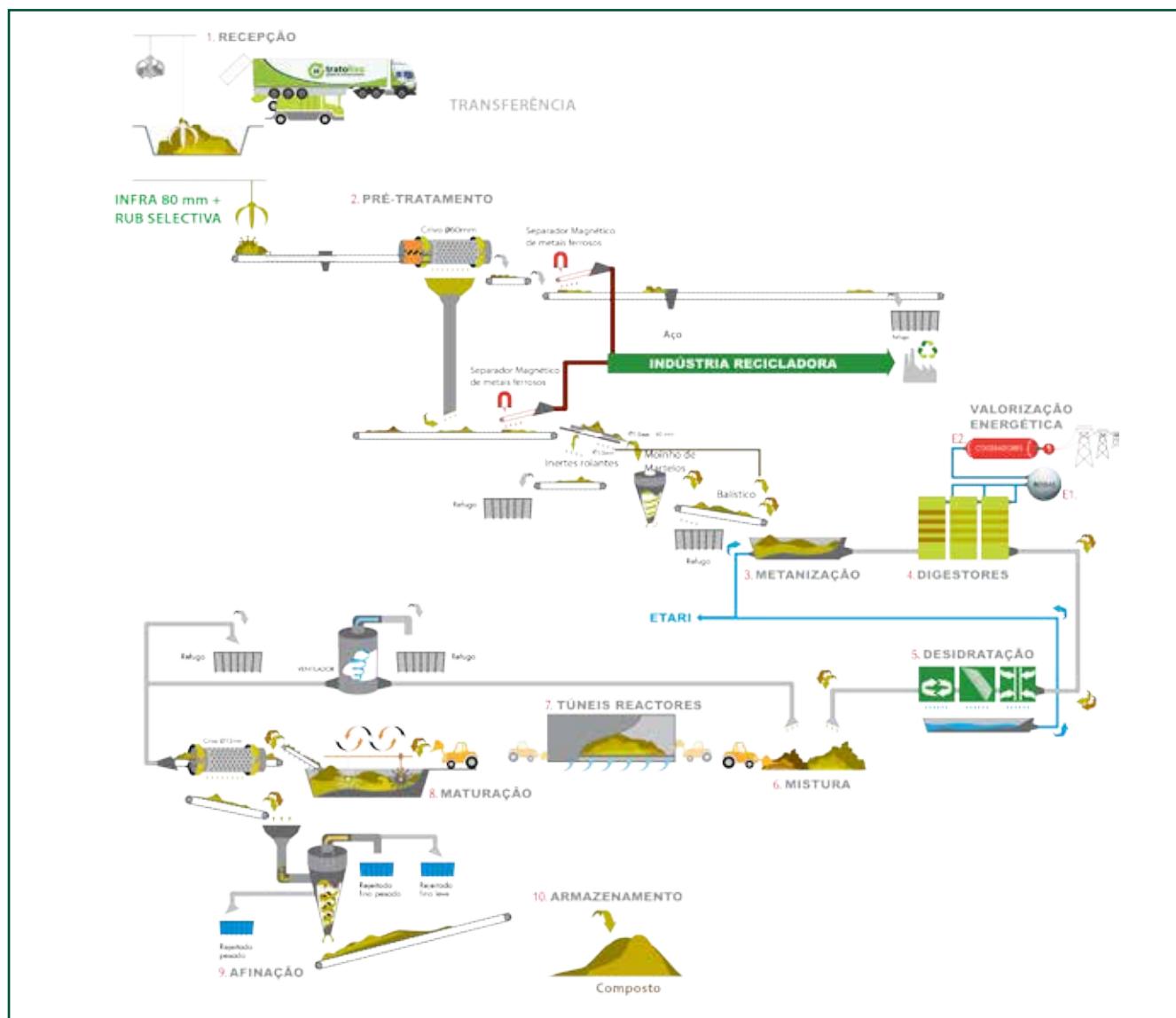
Foi construída com financiamento do Fundo de Coesão e a sua recepção provisória foi assinada em Novembro de 2012.

Esta unidade tem uma capacidade de tratamento biológico por digestão anaeróbia de 75.000 t/ano sendo, à data, a maior do género no país.

A CDA tem uma capacidade de tratamento biológico por digestão anaeróbia de 75.000 t/ano sendo, à data, a maior do género no país.



O seu funcionamento resume-se esquematicamente na figura seguinte.





3.7.1.2. Células de Confinamento Técnico (CCT)

As CCT são constituídas por três células de confinamento técnico de apoio ao Sistema, que ocupam uma área total de cerca de 11 ha.

Esta infra-estrutura permite, assim, garantir a sustentabilidade do Sistema AMTRES, com a redução dos custos associados ao tratamento, transporte e deposição final dos resíduos produzidos na área de intervenção da empresa.

O prosseguimento da referida empreitada sofreu várias adversidades desde o seu início em 2009, o que fez protelar consecutivamente a data de conclusão da mesma.

A TRATOLIXO tomou posse administrativa da obra e procedeu, em 2014, ao lançamento do procedimento concursal relativo à conclusão desta empreitada.

A 21 de Dezembro de 2016 foi efectuada a recepção provisória da empreitada, encontrando-se esta infra-estrutura já em exploração.



3.7.1.3. Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI)

A ETARI da Abrunheira é uma infra-estrutura co-financiada pelo Fundo de Coesão que permite a depuração das águas residuais provenientes das várias infra-estruturas e instalações de apoio existentes neste Ecoparque.

Esta infra-estrutura foi projectada para o tratamento de águas residuais com elevada carga poluente, o que exige um sistema de tratamento complexo e inovador, com recorrência a tecnologias de última geração que permitem o tratamento eficaz dos efluentes de modo a garantir níveis de qualidade que possibilitem a sua reutilização integral no circuito industrial.

O processo de tratamento da ETARI está organizado em 3 fases de tratamento distintas.

A fase de Tratamento Primário é composta por um processo de remoção de sólidos grosseiros, através dos processos de Gradagem Manual de Sólidos, Tamisação – separação mecânica de sólidos – e Homogeneização e Equalização – estabilização de caudais afluentes à ETARI.

A fase de Tratamento Secundário é constituída pelo tratamento biológico e pela ultrafiltração (MBR) que permite a diminuição da carga de nutrientes e estabilização das substâncias biodegradáveis presentes no efluente a

uma dimensão inferior a 0,1 micrón, equivalente ao tamanho de bactérias e vírus, garantindo um efluente isento de microrganismos patogénicos.

Esta fase é composta por uma etapa anóxica – Desnitri- ficação – uma etapa aeróbia – Nitrificação – e uma etapa de separação de fases – MBR (Membrana de micro filtração).

Por último, a fase de Tratamento Terciário, onde é efectuada a afinação, através de um processo de microfiltração (osmose inversa) do efluente de modo a que o mesmo possa ser reutilizado internamente no processo produtivo e em lavagens, retirando-lhe todos os sais minerais e metais que a mesma ainda possa conter, transformando-a assim numa água desmineralizada.

Durante as várias fases de tratamento, a carga poluente do efluente vai diminuindo significativamente, com percentagens de remoção de carga orgânica/inerte.



3.7.1.4. Ecocentro da Abrunheira

Este Ecocentro ocupa uma área de 3.800 m² e foi construído no Ecoparque da Abrunheira.

Estima-se que ao entrar em funcionamento venha a receber anualmente 1.991 t de resíduos valorizáveis de várias tipologias, tornando-se o segundo Ecocentro da empresa a funcionar com recepção ao público.

A admissibilidade de resíduos neste ecocentro estará sujeita a quantidades limite definidas em regulamento específico, podendo ser recepcionadas tipologias tão diversas tais como baterias de automóvel, REEE's, lâmpa-

das fluorescentes, madeiras e paletes, metais (sucatas), mobílias e outros monstros, óleos alimentares e minerais, roupas usadas, papel e cartão, pilhas e acumuladores, plásticos, embalagens metálicas e ECAL, pneus, "esferovite" (EPS), Resíduos de Construção e Demolição (RCD's), resíduos de jardins e parques, vidro de embalagem e embalagens contendo ou contaminadas com tintas, os solventes, colas e resinas..



**Central Industrial
de Tratamento de Resíduos Sólidos
Ecoparque de Trajouce**

3.7.2. Ecoparque de Trajouce

Geograficamente, o Ecoparque de Trajouce está localizado no Município de Cascais, freguesia de S. Domingos de Rana.

Com uma área de 42,6 ha, é constituído pela Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS), por uma Estação de Transferência de RU e Resíduos de Embalagem, uma Central de Triagem de Papel/Cartão, pelo Eco-centro, pela Central de Valorização Energética do Biogás do Aterro Sanitário de Trajouce (CVEBAT) e pela Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL).

3.7.2.1. Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos

A CITRS é uma unidade de tratamento mecânico (TM) com uma capacidade nominal de recepção de 150.000 t/ano de resíduos indiferenciados e uma capacidade de tratamento de 500 t/dia.

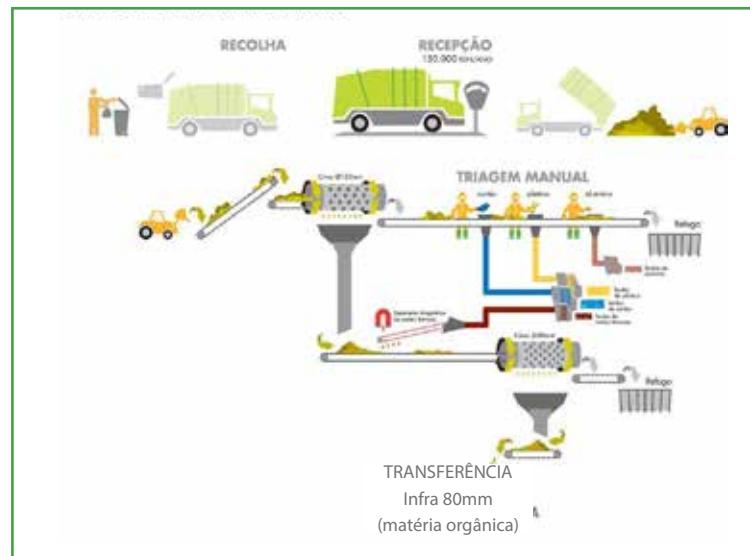
Em funcionamento desde 1991, apresentava ainda uma capacidade de tratamento biológico de 60.000 t/ano com recurso a dois parques de compostagem, correspondentes ao Tratamento Biológico (TB). No entanto, este processo foi desactivado em Dezembro de 2012.

Os resíduos indiferenciados recepcionados nes-

ta unidade são, assim, encaminhados para Tratamento Mecânico (TM) onde são sujeitos a um pré-tratamento em crivos rotativos de malha de 120 mm, a uma triagem manual da fracção superior a 120 mm – onde se recupera papel/cartão, vários tipos de plástico e alumínio – a uma separação magnética da fracção inferior a 120 mm (onde se processa a recuperação do aço) e a uma separação mecânica do restante material num segundo conjunto de crivos de malha de 80 mm. Os resíduos com granulometria inferior a 80 mm – a fracção orgânica dos resíduos indi-

ferenciados – são transferidos para tratamento biológico na CDA da Abrunheira. Os resíduos que não são recuperados na triagem manual bem como a fracção não passante da crivagem a 80 mm constitui o refugo do pré-tratamento e é encaminhado para destino final.

Pode resumir-se o funcionamento operacional desta unidade conforme consta da figura seguinte.



3.7.2.2. Estação de Transferência de RU e Resíduos de Embalagem

Esta Estação de Transferência é composta por várias valências: recepção de resíduos indiferenciados e resíduos de embalagem (RE).

Relativamente aos RE, uma vez que a capacidade de processamento da antiga Estação de Triagem do Ecoparque de Trajouce se encontrava muito aquém das necessidades do Sistema, o processamento das embalagens da recolha selectiva provenientes do ecoponto amarelo – embalagens de plástico, metal e ECAL – passou a ser efectuado externamente.

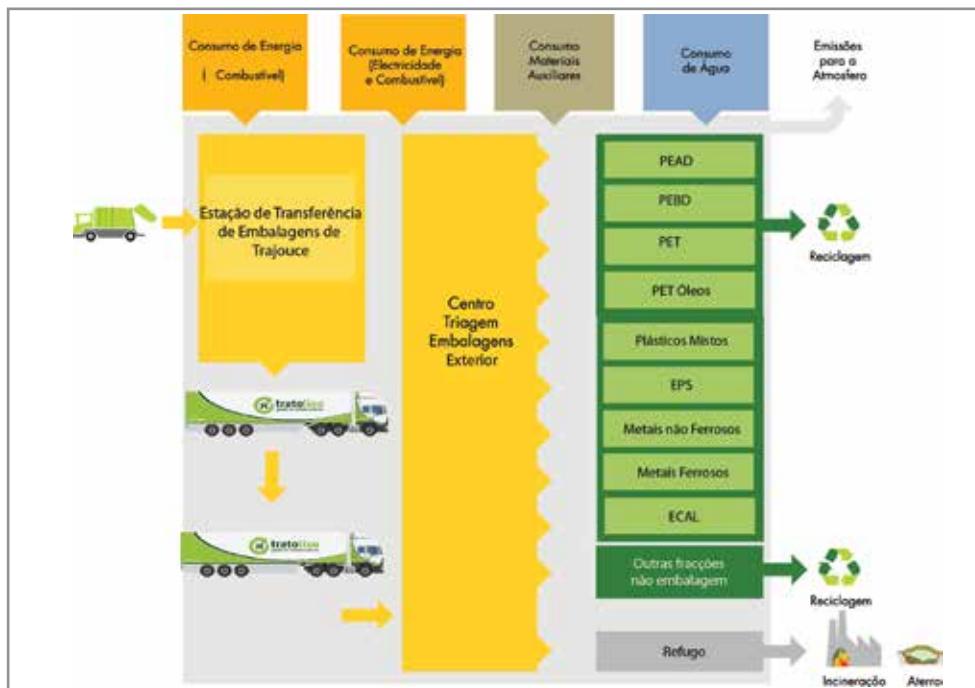
No entanto, para dar cumprimento aos objectivos previstos no PERSU 2020 para o Sistema AMTRES e de modo a garantir a independência da TRATOLIXO face ao exterior para o processamento desta tipologia de resíduos, será construída uma nova Central de Triagem (CT) de RE no Ecoparque de Trajouce, co-financiada pelo Programa Opera-

cional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

Actualmente e até a entrada em funcionamento da nova CT, estas embalagens de recolha selectiva são recebidas, armazenadas, prensadas e posteriormente transportadas até aos Centros de Triagem externos – entidades contratualizadas desde Julho de 2008 para o seu processamento – conforme esquema seguinte.

Por sua vez, o vidro proveniente da recolha selectiva é descarregado no cais de vidro, que funciona como ponto de armazenamento temporário e carga, com vista ao encaminhamento deste material para a indústria recicladora.

Quanto aos resíduos indiferenciados, parte dos mesmos são descarregados na Estação de Transferência e enviados directamente para destinos externos ao Sistema.



Esquema de funcionamento da triagem de embalagens de plástico, metal e ECAL.



Esquema de funcionamento do cais de descarga do vidro

3.7.2.3. Central de Triagem de Papel / Cartão

Esta infra-estrutura, que será requalificada e modernizada no âmbito da construção da nova CT de Trajouce, possui actualmente uma linha de triagem onde é efectuada uma triagem negativa manual do papel/cartão proveniente de recolha selectiva.

Neste processo são retirados manual-

mente os resíduos contaminantes existentes no material recebido e do material sobrante fazem-se fardos mistos de papel/cartão, que são posteriormente encaminhados para reciclagem.



Esquema de funcionamento da triagem de papel / cartão

3.7.2.4. Ecocentro de Trajouce

O Ecocentro de Trajouce recebe, armazena e acondiciona temporariamente diversos tipos de resíduos com potencial de reciclagem mas cujas características os impedem de serem recolhidos através dos habituais esquemas de remoção, tais como monstros, resíduos verdes e resíduos de limpeza.

Os monstros são recebidos e sujeitos a triagem. Os resíduos com potencial de reciclagem e recuperação são segregados e valorizados de acordo com o fluxo ou fileira a que pertencem.

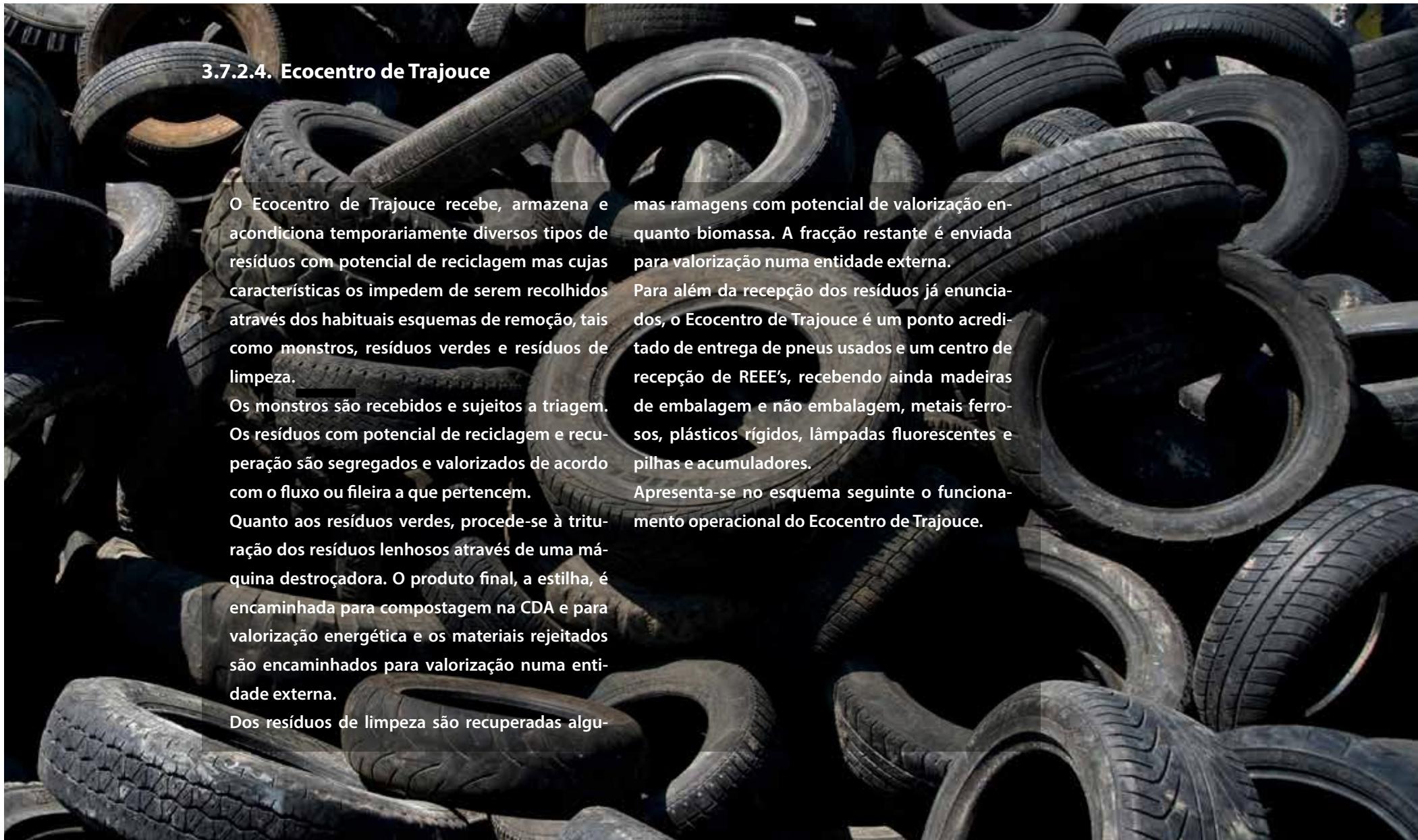
Quanto aos resíduos verdes, procede-se à Trituração dos resíduos lenhosos através de uma máquina destroçadora. O produto final, a estilha, é encaminhada para compostagem na CDA e para valorização energética e os materiais rejeitados são encaminhados para valorização numa entidade externa.

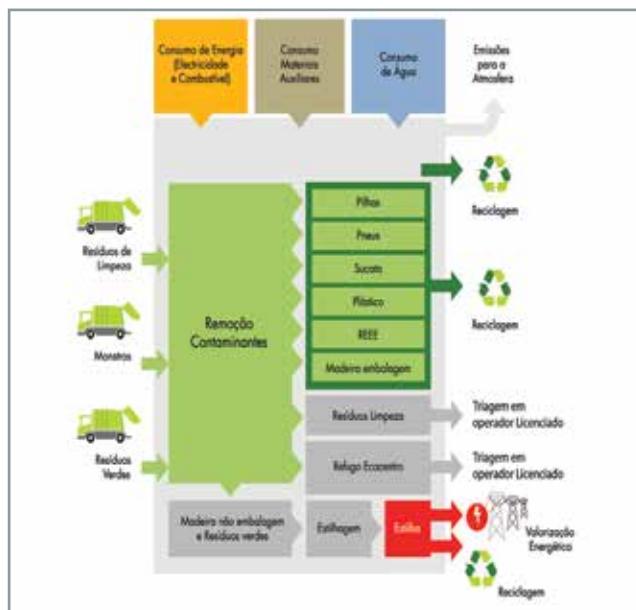
Dos resíduos de limpeza são recuperadas algu-

mas ramagens com potencial de valorização enquanto biomassa. A fracção restante é enviada para valorização numa entidade externa.

Para além da recepção dos resíduos já enunciados, o Ecocentro de Trajouce é um ponto acreditado de entrega de pneus usados e um centro de recepção de REEE's, recebendo ainda madeiras de embalagem e não embalagem, metais ferrosos, plásticos rígidos, lâmpadas fluorescentes e pilhas e acumuladores.

Apresenta-se no esquema seguinte o funcionamento operacional do Ecocentro de Trajouce.





Esquema de funcionamento operacional do Ecocentro de Trajouce

3.7.3. Ecocentro da Ericeira

O Ecocentro da Ericeira está localizado na freguesia da Ericeira, concelho de Mafra e tem uma área de implantação de 0,3 ha.

Esta é a primeira infra-estrutura de recepção de resíduos da TRATOLIXO que está aberta ao público em geral, encontrando-se em funcionamento desde Julho de 2007.

Nesta infra-estrutura é permitido que os munícipes realizem a deposição selectiva de diversas tipologias de resíduos valorizáveis que, pelas suas características ou dimensões,

não podem ser depositados nos ecopontos. São admissíveis neste ecocentro baterias de automóvel; REEE's; lâmpadas fluorescentes; madeiras e paletes; sucatas; mobílias e outros monstros; óleos alimentares e minerais; roupas usadas; papel e cartão; pilhas e acumuladores; plásticos; embalagens metálicas e ECAL; pneus; "esferovite" (EPS); RCD's; resíduos de jardins e parques; solventes e tintas; vidro embalagem; vidro de construção e vidro automóvel.



4. RESULTADOS ORGANIZACIONAIS

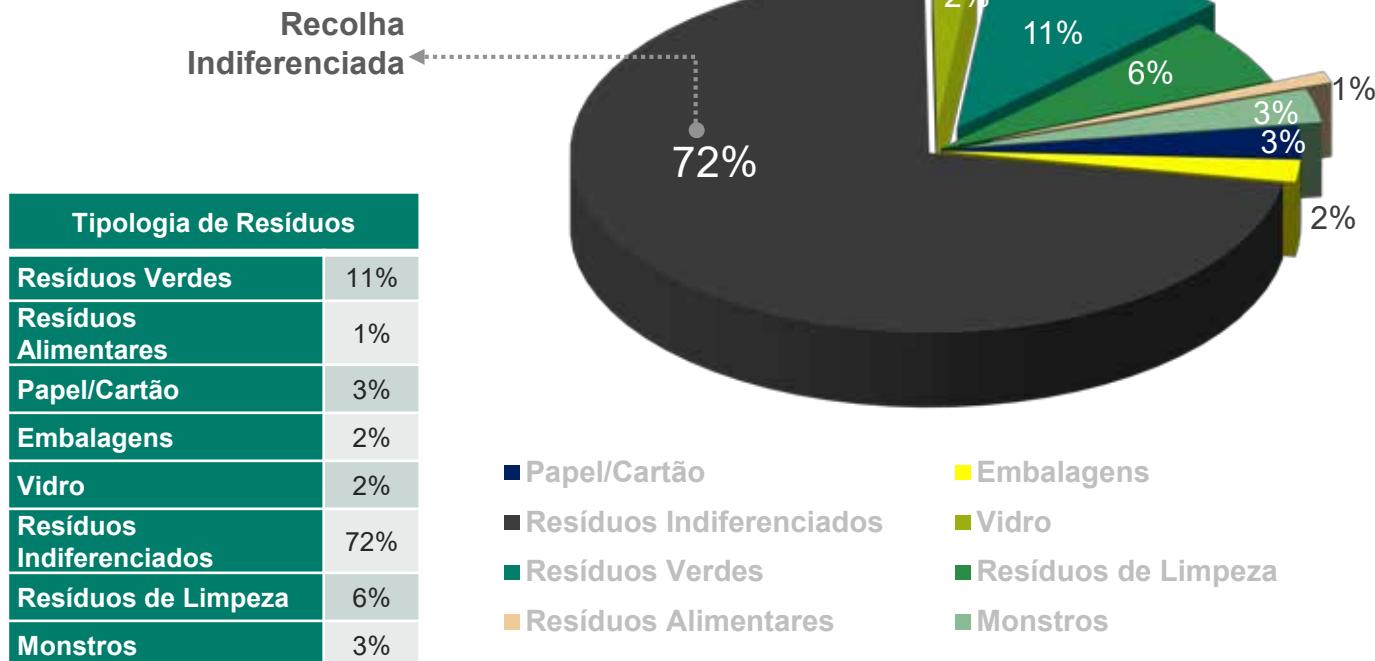


4. RESULTADOS ORGANIZACIONAIS

4.1. Recepção de Resíduos

Os Resíduos Urbanos (RU) são constituídos por várias tipologias de resíduos, tendo os resíduos indiferenciados representado globalmente 72% da recolha de RU do Sistema AMTRES no ano de 2016, seguindo-se os resíduos verdes com 11%. A recolha selectiva multimaterial – a qual inclui o vidro, papel/cartão e embalagens de plástico, metal e ECAL – em 2016 representou apenas 7% do total das recolhas efectuadas no Sistema.

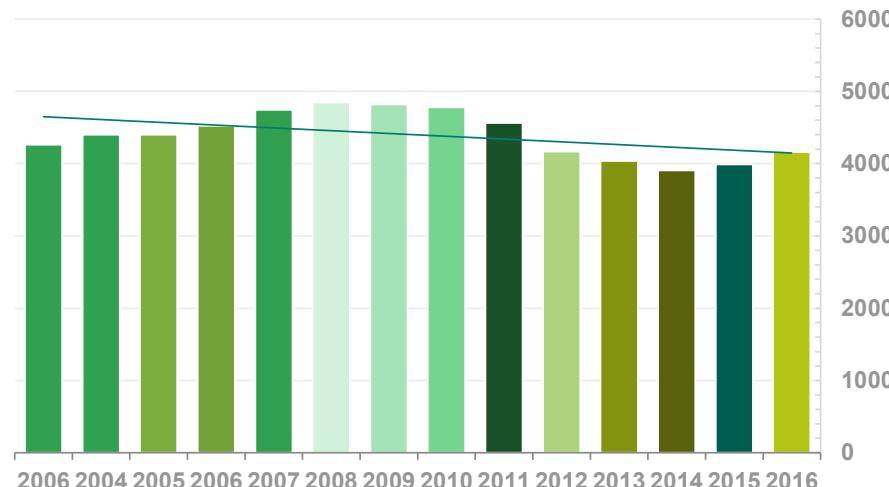
Distribuição dos RU por Tipologia dos Resíduos



A TRATOLIXO recebeu em 2016 um total de 415.916 t de resíduos urbanos (RU) provenientes dos seus municípios e de particulares. Este quantitativo corresponde a um aumento de +4,3% face ao ano de 2015, o que constitui um incremento de +17.034 t

Resíduos recebidos no SISTEMA (t)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
TOTAL DE RESÍDUOS URBANOS (t) TOTAL	482.053	477.826	456.139	416.529	403.830	390.478	398.882	415.916	4,3%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMC	143.079	147.907	146.606	135.697	134.119	120.045	128.625	133.676	3,9%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMM	41.916	42.237	40.325	37.840	36.044	37.580	37.757	39.955	5,8%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMO	88.536	82.888	80.169	72.781	70.199	71.192	72.935	75.870	4,0%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMS	203.786	200.077	185.369	167.971	162.019	157.629	156.726	162.197	3,5%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) PARTICULARES	4.735	4.718	3.671	2.240	1.448	4.032	2.839	4.218	48,6%

Esta variação positiva demonstra uma clara recuperação da produção de resíduos, certamente relacionada com uma possível melhoria da situação económica do País – que atravessou uma crise iniciada em 2008, influenciando os padrões de consumo e, consequentemente, a produção de resíduos, tal como se pode observar no gráfico seguinte.



Todas as tipologias de resíduos registaram um desenvolvimento positivo no ano de 2016. Começando por analisar a recolha selectiva de biorresíduos, verificou-se um crescimento de +4,6% (+2.064 t) nesta categoria, crescimento que teve como contributos quer o resultado atingido pelos resíduos verdes (+1,4% e +612 t) quer o resultado alcançado pelos resíduos alimentares (+91,8% e +1.452 t).

RECOLHAS SELECTIVAS BIORRESÍDUOS (t)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
RESÍDUOS ALIMENTARES (t)	1.668	1.822	1.938	1.786	2.168	1.242	1.582	3.034	91,8%
Cascais	1.307	1.473	1.595	1.552	1.474	0	41	29	-28,8%
Mafra	361	346	343	222	250	458	453	493	9,0%
Oeiras	0	0	0	12	445	705	752	765	1,8%
Sintra	0	3	0	0	0	0	0	0	0
Particulares	0	0	0	0	0	78	337	1.746	418,4%
VERDES (t)	20.785	22.780	23.410	24.837	37.283	33.665	43.778	44.391	1,4%
Cascais	10.728	14.986	17.874	19.564	22.547	16.007	23.276	24.254	4,2%
Mafra	2.124	1.973	2.163	1.832	1.428	2.016	2.237	2.245	0,4%
Oeiras	368	466	551	1.951	3.105	3.351	3.964	3.758	-5,2%
Sintra	7.454	5.280	2.750	1.261	9.910	12.042	13.975	13.951	-0,2%
Particulares	111	75	71	230	293	249	326	183	-44,0%
TOTAL BIORRESÍDUOS (t)	22.453	24.602	25.348	26.623	39.451	34.907	45.361	47.425	4,6%
Cascais	12.035	16.459	19.469	21.116	24.020	16.007	23.317	24.283	4,1%
Mafra	2.485	2.319	2.506	2.054	1.678	2.474	2.690	2.739	1,8%
Oeiras	368	466	551	1.963	3.550	4.057	4.716	4.524	-4,1%
Sintra	7.454	5.282	2.750	1.261	9.910	12.042	13.975	13.951	-0,2%
Particulares	111	75	71	230	293	327	663	1.929	190,9%

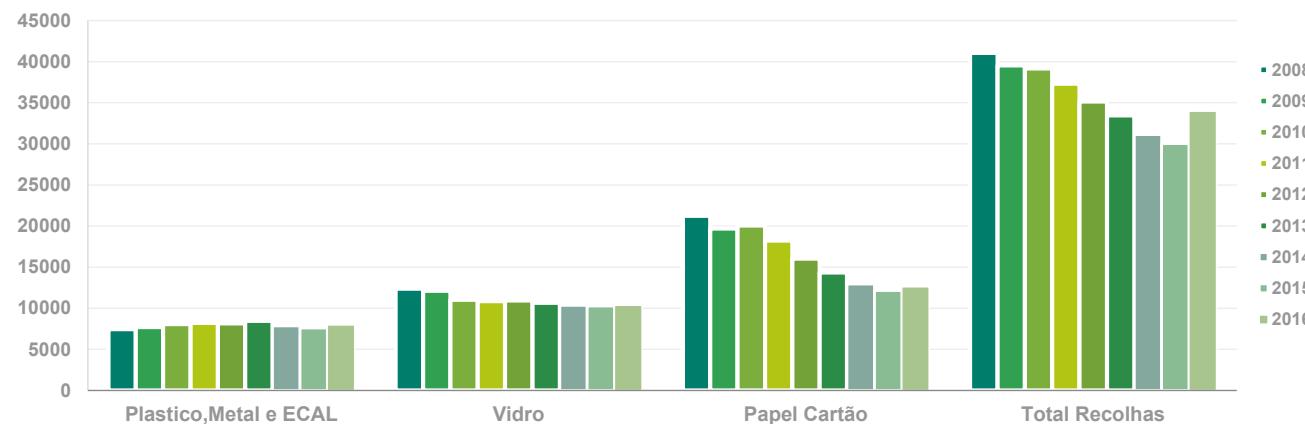
No respeitante aos resíduos alimentares, é relevante a evolução verificada em 2016 no que concerne às entregas destes resíduos com origem em entidades particulares (+418,4% e +1.409 t) na CDA da Abrunheira, fruto da renovação de protocolos já existentes e estabelecimento de um novo protocolo com outra entidade, evidenciando-se mais uma vez a imagem de confiança, competência e eficiência que o trabalho da TRATOLIXO tem perante os seus clientes.

Quanto à categoria das recolhas selectivas multimaterial (RSM) de vidro, papel/cartão e embalagens de plástico, metal e ECAL, estas registaram igualmente um crescimento de +3,0% (+904 t) no ano de 2016 face ao ano anterior, totalizando 30.934 t.

RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (t)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
EMBALAGENS PLÁSTICO, METAL E ECAL (t)	7.695	8.074	8.223	8.167	8.467	7.848	7.595	7.965	4,9%
Cascais	2.223	2.217	2.311	2.397	2.442	2.177	2.182	2.281	4,5%
Mafra	737	704	686	680	673	681	657	682	3,8%
Oeiras	1.920	1.957	1.918	1.812	1.937	1.835	1.826	1.894	3,7%
Sintra	2.770	3.191	3.301	3.241	3.322	3.071	2.871	3.086	7,5%
Particulares	46	5	7	37	93	83	59	22	-63,1%
VIDRO (t)	12.134	11.040	10.854	10.937	10.663	10.352	10.269	10.356	0,8%
Cascais	3.274	3.214	3.226	3.199	3.143	3.016	3.127	3.180	1,7%
Mafra	1.414	1.224	1.269	1.205	1.139	1.078	1.094	1.096	0,1%
Oeiras	2.724	2.713	2.582	2.411	2.319	2.219	2.181	2.255	3,4%
Sintra	4.612	3.889	3.776	4.123	4.059	4.039	3.864	3.826	-1,0%
Particulares	110	1	0	0	2	1	3	0	-100,0%
PAPEL e CARTÃO (t)	19.701	20.070	18.235	16.051	14.339	12.930	12.166	12.614	3,7%
Cascais	5.273	5.193	5.057	4.717	4.425	4.099	4.016	4.167	3,8%
Mafra	1.617	1.615	1.457	1.181	1.102	1.120	1.099	1.200	9,2%
Oeiras	5.937	5.692	4.947	4.309	3.886	3.600	3.403	3.299	-3,1%
Sintra	6.693	7.487	6.748	5.842	4.921	4.093	3.642	3.946	8,3%
Particulares	181	83	27	2	4	18	6	2	-68,1%
TOTAL RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (t)	39.530	39.184	37.311	35.155	33.469	31.130	30.030	30.934	3,0%
Cascais	10.770	10.624	10.594	10.313	10.011	9.292	9.325	9.627	3,2%
Mafra	3.768	3.542	3.412	3.066	2.915	2.879	2.850	2.978	4,5%
Oeiras	10.580	10.362	9.447	8.531	8.142	7.655	7.410	7.447	0,5%
Sintra	14.074	14.567	13.825	13.206	12.302	11.203	10.378	10.858	4,6%
Particulares	337	89	34	40	99	102	68	24	-65,3%

Verifica-se também que todas as tipologias de resíduos da categoria das RSM registaram um acréscimo, o que é inédito desde 2008 para a maioria dos materiais, como se pode também se pode observar no gráfico seguinte.

Recolhas Selectivas Multimaterial



Tendo o ano de 2008 sido o momento de início da instabilidade económica nacional já mencionada, fazendo um ponto da situação da recolha selectiva multimaterial verifica-se que em 2016 o Sistema AMTRES registou um resultado negativo de -24,7% nesta tipologia de recolha face a 2008, o que se justifica com a alteração dos padrões de consumo decorrente da crise económica, que originou igualmente situações de desvio de resíduos com valor de mercado dos canais formais de gestão.

Analizando agora a recolha de resíduos indiferenciados – que atingiu em 2016 um total de 300.162 t – verificou-se igualmente um aumento substancial de +2,7% (+8.026 t) nesta tipologia de resíduos, o que constitui igualmente um indício que aponta para o crescimento do consumo familiar e, consequentemente, da melhoria da situação económica nacional.

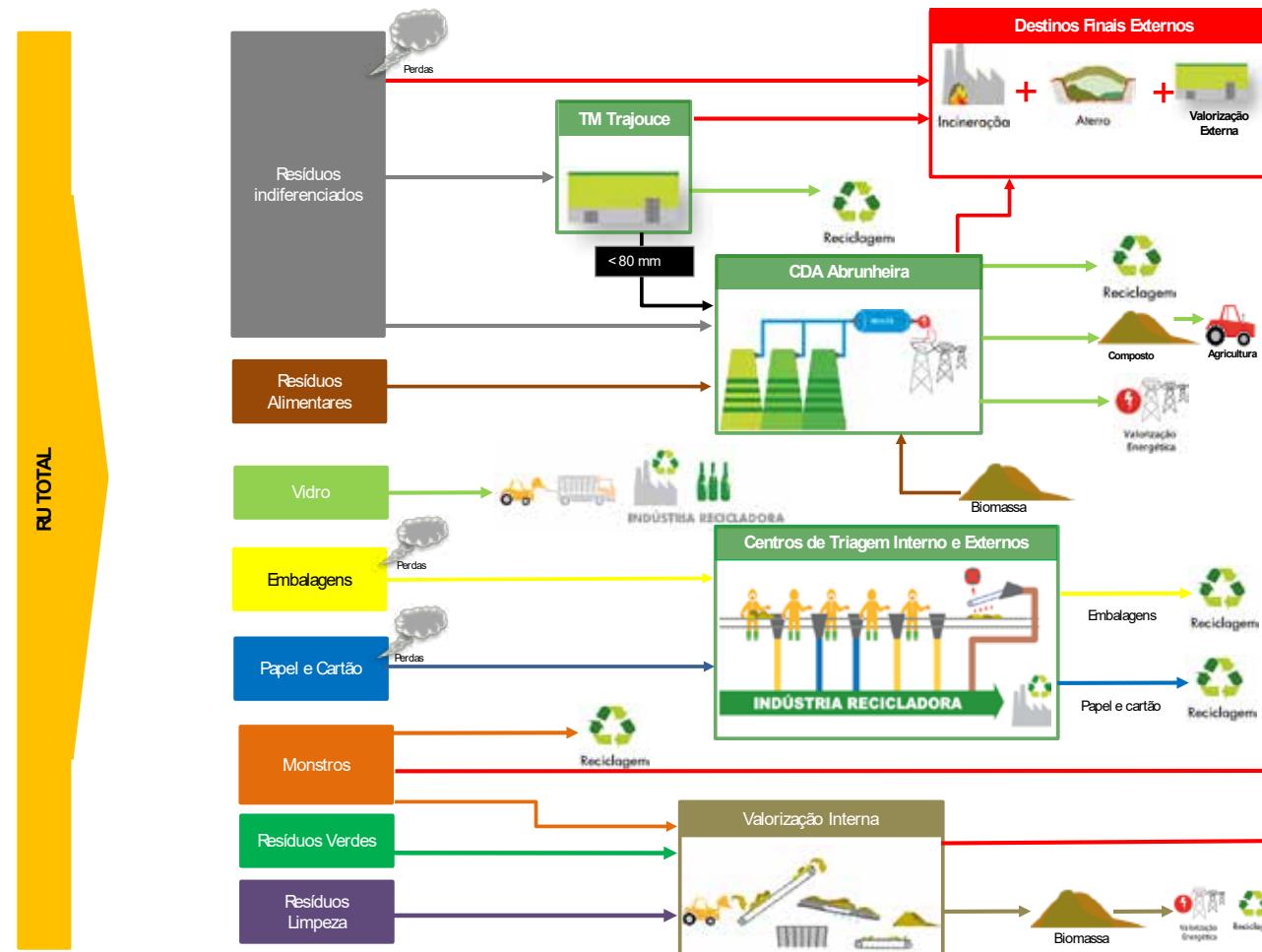
Por último, foi também evidente no ano de 2016, o crescimento que as recolhas de resíduos de limpeza (+20,2% e +4.494 t) e de monstros (+17,0% e +1.545 t) registaram face ao ano anterior, tal como se pode verificar no quadro abaixo.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
RESÍDUOS INDIFERENCIADOS (t)	333.062	330.817	317.755	298.427	288.461	294.036	292.136	300.162	2,7%
Cascais	93.341	92.012	89.557	85.524	84.809	84.883	85.116	87.704	3,0%
Mafra	32.615	32.531	31.613	30.419	29.144	29.435	29.498	30.691	4,0%
Oeiras	63.176	62.765	60.120	56.800	54.694	55.635	55.963	57.359	2,5%
Sintra	140.657	140.357	133.946	124.446	119.715	122.007	121.088	124.051	2,4%
Particulares	3.274	3.152	2.520	1.239	100	2.076	470	357	-24,0%
RESÍDUOS LIMPEZA (t)	76.172	71.443	65.357	47.455	33.173	21.845	22.250	26.744	20,2%
Cascais	24.211	25.536	23.824	16.175	12.903	7.466	8.041	8.778	9,2%
Mafra	1.353	2.166	1.127	902	1.087	1.472	1.458	1.816	24,5%
Oeiras	11.271	6.422	7.688	3.415	959	2.326	3.123	4.772	52,8%
Sintra	38.915	36.906	32.433	26.915	18.209	10.562	9.584	11.332	18,2%
Particulares	422	414	284	48	15	19	44	46	3,3%
MONSTROS(t)	10.836	11.780	10.368	8.869	9.275	8.560	9.105	10.651	17,0%
Cascais	2.723	3.277	3.161	2.569	2.376	2.397	2.826	3.284	16,2%
Mafra	1.696	1.678	1.667	1.399	1.220	1.320	1.261	1.731	37,3%
Oeiras	3.141	2.874	2.363	2.073	2.854	1.520	1.723	1.768	2,6%
Sintra	2.686	2.965	2.415	2.143	1.884	1.814	1.702	2.006	17,8%
Particulares	590	987	762	685	941	1.509	1.593	1.863	16,9%

4.2. Tratamento e Valorização

A TRATOLIXO recebe as diversas tipologias de resíduos provenientes das recolhas do Sistema AMTRES e realiza, mediante a capacidade das suas instalações, o seu tratamento, a partir do qual obtém produtos que comercializa.

Os rejeitados dos processos são enviados para destino adequado, tal como se pode observar no esquema.



No Ecoparque de Trajouce são recebidos cerca de 90% dos resíduos indiferenciados produzidos no Sistema. Por uma questão de logística e de optimização processual, estes resíduos são sujeitos à etapa de TM da CITRS e a fracção infra 80 mm (fracção orgânica) – que é aqui separada da fracção não orgânica – é encaminhada para a CDA da Abrunheira e sujeita à etapa de TB, da qual resulta composto e energia eléctrica.

Do processamento de resíduos indiferenciados no TM da CITRS de Trajouce resulta, tal como já foi referido, a produção de fardos de vários tipos de materiais recicláveis que são posteriormente encaminhados para reciclagem.

Os resultados de produção desta unidade para o ano de 2016 são os que se apresentam no quadro seguinte.

Recuperação de recicláveis na CITRS com origem na Recolha Indiferenciada (t)	2014	2015	2016	Δ 2015-2016
Filme plástico	1.463,34	1.269,40	926,58	-27,01%
PEAD	109,76	248,12	257,02	3,59%
PET	201,24	180,44	163,74	-9,26%
Plásticos Mistos	-	95,80	0,00	-100,00%
Cartão	1.137,47	1.225,30	796,97	-34,96%
Aço	1.190,82	1.200,48	1.003,02	-16,45%
Alumínio	17,78	17,72	15,63	-11,76%
Total	4.120,41	4.237,26	3.162,96	-25,35%

Face ao ano anterior, denota-se um desvio negativo de -25,35% na recuperação de materiais recicláveis nesta infra-estrutura, o qual está relacionado com a menor quantidade de resíduos processados (-31.105,16 t) comparativamente com 2015, facto que se deveu a paragens nos motogeradores da CDA da Abrunheira, bem como a uma paragem da CITRS para requalificação do seu sistema de automação.

Na CDA da Abrunheira somente é efectuada a triagem do aço e alumínio, uma vez que esta infra-estrutura recebe exclusivamente a fracção infra 80 mm proveniente do processo de TM da CITRS de Trajouce e este material é constituído apenas por matéria orgânica.

Assim sendo, verificou-se em 2016 a produção de 187,88 t de aço e 34,52 t de alumínio na CDA da Abrunheira.

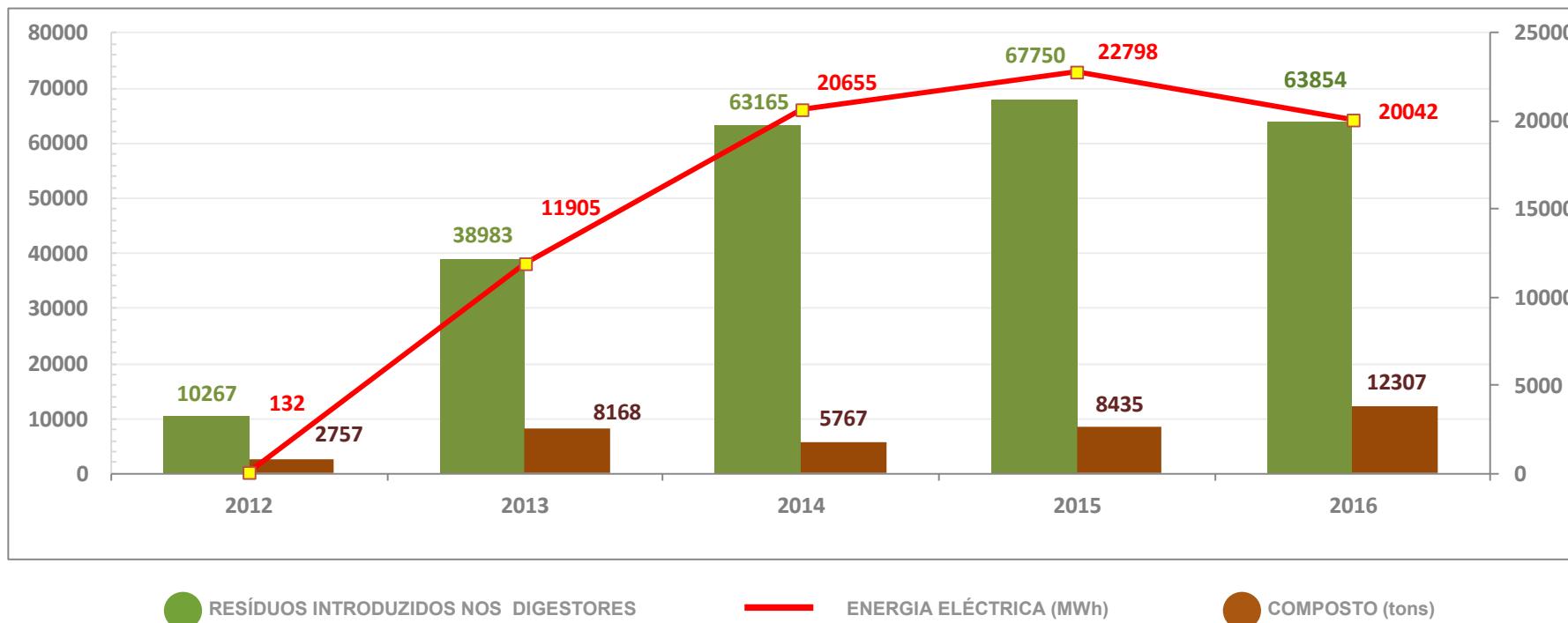
Na componente de tratamento biológico desta unidade, em 2016 foram ali recebidas 69.344,22 t de fracção orgânica infra 80 mm proveniente do TM de Trajouce para valorização orgânica, 63.854 t de resíduos foram introduzidas nos biodigestores tendo-se

a partir daqui obtido 12.307,02 t de composto, resultado que representa um +45,91% face ao ano anterior.

Esta variação foi resultado da alteração nas malhas dos crivos da afinação, o que proporcionou um aumento da eficiência de crivagem.

Há igualmente a assinalar a produção de energia eléctrica a partir do biogás gerado no processo de digestão anaeróbia, cuja venda em 2016 totalizou 20.042,19 MWh, valor que representa um decréscimo de -12,09% face ao ano anterior mas que continua a constituir um resultado muito acima do previsto em projecto.

O decréscimo observado justifica-se com as avarias e revisões efectuadas aos equipamentos produtores de energia da CDA e com a paragem da CITRS – que condicionou o processamento de resíduos e, em consequência, o envio de resíduos para a CDA com a consequente diminuição na produção de energia eléctrica.



No respeitante à actividade desenvolvida no Ecocentro de Trajouce, os materiais potencialmente valorizáveis que provêm dos resíduos verdes, resíduos de limpeza e monstros são segregados nesta instalação e encaminhados para destino final adequado, consoante a sua tipologia.

Devido à variação registada na biomassa, durante o ano de 2016 a recuperação de materiais a partir deste Ecocentro registou uma diminuição de -53,75% face ao ano anterior (-6.831,76 t).

Como é sabido, com a entrada em vigor da legislação relativa ao Regime de Emissões Industriais (REI), a TRATOLIXO deixou, em Julho de 2015, de produzir biomassa para valorização energética, limitando-se à produção de biomassa para valorização orgânica na CDA da Abrunheira, sendo que os restantes resíduos verdes foram encaminhados para valorização numa entidade externa, com todos os inconvenientes ambientais e económicos que daí advieram.

Ecocentro Trajouce (t)	2014	2015	2016	Δ2015-2016
Plásticos rígidos	79,40	108,38	107,02	-1,25%
Pilhas	2,16	0,00	1,34	100,00%
REEE	96,08	106,26	63,22	-40,50%
Metais	148,88	188,66	234,60	24,35%
Pneus	38,38	39,58	60,42	52,65%
Biomassa	20.806,59	12.264,42	5.408,90	-55,90%
EPS	3,38	3,28	3,32	1,22%
Total	21.174,87	12.710,58	5.878,82	-53,75%

Quanto ao Ecocentro da Ericeira, foram recepcionadas nesta infra-estrutura durante o ano de 2016 um total de 1.440,82 t de resíduos, valor que constitui uma diminuição de -7,07% (-109,70 t) face ao ano anterior.

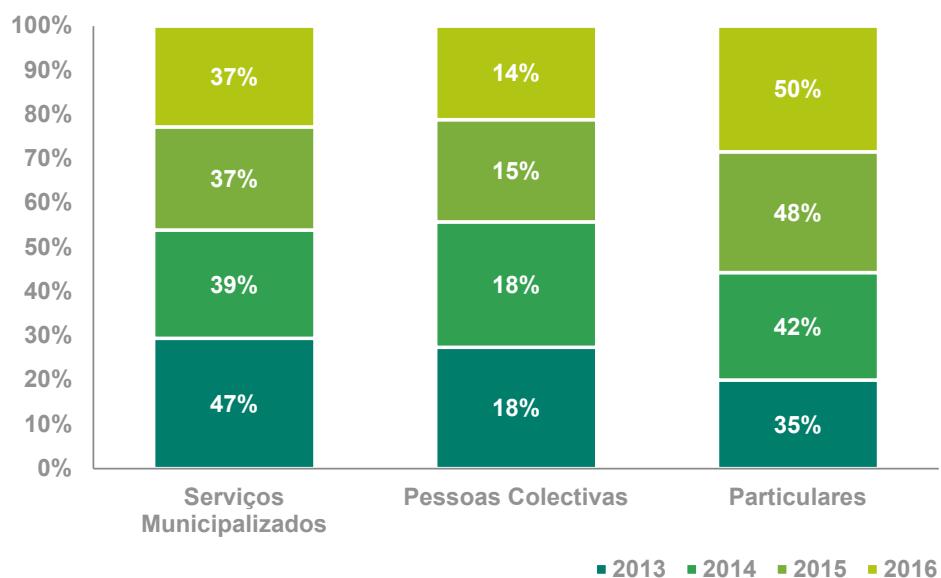
Resíduos Recebidos no Ecocentro da Ericeira



Em 2016 o Ecocentro da Ericeira registou um total de 9.701 utilizadores, o que constitui um decréscimo de -4,82% face ao ano de 2015 e -491 utilizadores.

No entanto, apesar da diminuição da quantidade total de resíduos entregues e do número total de entradas no ecocentro, continua a verificar-se que os utilizadores particulares efectuam a maioria das entregas de resíduos nesta infra-estrutura. Este facto demonstra que o Ecocentro da Ericeira cumpre exemplarmente a função para a qual foi criado, o que revela também a importância do mesmo para a gestão de resíduos do Sistema AMTRES.

Percentagem de Entradas no Ecocentro da Ericeira por tipo de utilizador



Os materiais recicláveis triados em todas estas infra-estruturas são retomados para reciclagem directamente através de retomadores ou então através de Entidades Gestoras de fluxos de resíduos, tais como a Sociedade Ponto Verde (SPV), uma das entidades gestoras para os Resíduos de Embalagem (RE).

No que a este fluxo específico diz respeito e considerando apenas as retomas efectuadas a partir de resíduos oriundas de recolha selectiva, no ano de 2016 registou-se uma diminuição de -4% face ao ano anterior (-969 t).

*Retomas	Vidro (t)	Papel cartão (t) **	Plástico (t)	Metal (t)	Madeira (t)	Total (t)
2013	10.711	7.901	4.082	590	74	23.358
2014	10.074	5.653	4.644	497	0	20.867
2015	10.473	5.729	5.007	429	0	21.637
2016	10.237	5.634	4.342	359	96	20.668
Δ 2015-2016	-2%	-2%	-13%	-16%	+100%	-4%

*Apenas recolha selectiva

**Reporta apenas papel/cartão embalagem e inclui dados referentes às retomas de ECAL



O resultado registado nas retomas deve-se a uma menor eficiência do processo de triagem das embalagens, que se encontra subcontratado a um prestador de serviço até à entrada em funcionamento da nova Central de Triagem de Resíduos de Embalagem de Trajouce.

Para além da reciclagem e por motivos de incapacidade de realizar o tratamento da totalidade dos resíduos produzidos no Sistema AMTRES, a TRATOLIXO procede ao envio de resíduos e refugos dos seus processos para outros operadores de gestão de resíduos externos devidamente licenciados, tais como valorização orgânica, outra valorização multimaterial, incineração e aterro.

Em termos de encaminhamento de resíduos para destino final, em 2016 verificou-se um aumento de +3,28% face ao ano anterior, fruto da maior quantidade de resíduos recebidos.

	2013	2014	2015	2016	Variação
Aterro	62.260,10	35.437,44	44.485,28	59.030,90	32,70%
Resíduos Indiferenciados	20.921,40	20.421,50	8.214,88	9.243,26	12,52%
Outros Resíduos	796,58	380,12	1.842,34	3.222,62	74,92%
Rejeitados dos processos	40.542,12	14.635,82	34.428,06	46.565,02	35,25%
Valorização orgânica	12.877,12	33.003,90	4.407,96	913,82	-79,27%
Resíduos Indiferenciados	972,46	11.275,72	2.458,96	0,00	-100,00%
Outros Resíduos	10.459,50	869,04	0,00	722,16	+100,00%
Rejeitados dos processos	1.445,16	20.859,14	1.949,00	191,66	-90,17%
Outras Valorizações e Destinos	48.662,35	82.706,68	86.224,16	87.797,07	1,82%
Resíduos Indiferenciados	0,00	8.483,66	16.074,74	29.378,20	82,76%
Outros Resíduos	19.857,78	37.857,72	45.872,60	49.857,85	8,69%
Rejeitados dos processos	28.804,57	36.365,30	24.276,82	8.561,02	-64,74%
Incineração/Val. Energética	179.119,84	141.687,94	164.557,12	161.771,60	-1,69%
Resíduos Indiferenciados	122.446,08	82.298,26	84.591,28	109.471,64	29,41%
Outros Resíduos	0,00	0,00	5.771,18	2.898,74	-49,77%
Rejeitados dos processos	56.673,76	59.389,68	74.194,66	49.401,22	-33,42%
Total envios	302.919,41	292.835,96	299.674,52	309.513,39	3,28%

No ano de 2016, o envio de resíduos urbanos directamente para aterro totalizou 12.465,88 t, quantitativo que representa 3,00% do total de resíduos recolhidos no Sistema AMTRES.

Relativamente aos resultados da TRATOLIXO em relação às metas estipuladas no PERSU 2020 para o Sistema, a empresa seguiu a metodologia de cálculo prevista na Decisão 2011/753/UE de 18 de Novembro de 2011.

Os resultados obtidos pela TRATOLIXO para 2016 constam do quadro abaixo.



Refere-se que os dados apresentados não contabilizaram os quantitativos de materiais recicláveis e escórias resultantes do envio de resíduos da TRATOLIXO para as entidades prestadoras de serviços, pelo que os mesmos são provisórios e carecem de validação por parte da APA.

5. O DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Tópico Standard Ambiental

MATERIAIS

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Materiais” (GRI 103)	
Relevância GRI 103-1	1-Necessidade absoluta para o processo de tratamento de resíduos, adequado funcionamento de instalações e equipamentos e realização das tarefas dos trabalhadores da empresa;
	2-Pela actividade industrial desenvolvida e quantidade de recursos humanos que a compõem, a TRATOLIXO consome importantes quantidades de matérias-primas, materiais e produtos considerados primários – utilizados na actividade fabril – bem como os que são tidos como acessórios – empregues nas áreas de suporte (impacte negativo);
	3-A empresa tem a possibilidade de introduzir e/ou utilizar materiais reciclados nalgumas actividades em substituição de materiais virgens (impacte positivo);
	4-Decorrente da sua actividade e processos, a empresa tem a possibilidade de utilizar resíduos como matéria-prima, conduzindo a uma economia circular (impacte positivo);
	5-Aspecto identificado no Controlo de Gestão da empresa, o qual inclui o consumo de determinados materiais.
Limite GRI 103-1	1-A acção da empresa contribui para os impactes identificados;
	2-Os impactes ocorrem na empresa, pelo que o limite deste tópico é interno;
	3-Os impactes interessam à empresa e aos seguintes stakeholders: accionista, clientes municipais, fornecedores e comunidade.
Gestão GRI 103-2	1-Visa a mitigação dos impactes negativos e aumento dos impactes positivos;
	2-Seguindo o princípio da hierarquia de gestão de resíduos, a empresa actua de modo a prevenir a sua produção, efectuando um consumo racional e responsável dos seus materiais e produtos de modo a prolongar o seu tempo de vida útil e evitar a sua transformação em resíduo;
	3-A empresa encara os resíduos como uma fonte de matéria-prima e assumiu formalmente esta postura na sua Visão – divulgada no capítulo 3.3. deste Relatório;
	4-Aspecto acautelado nos pontos 2, 3, 4, 6, 8 e 10 da Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da empresa, divulgada no capítulo 3.3. deste Relatório.
Mecanismos de Queixas e Reclamações GRI 103-2	1-Qualquer ocorrência negativa relacionada com este tópico pode ser reportada à TRATOLIXO através do mecanismo da reclamação;
	2-A reclamação é um processo integrante do Macroprocesso “Melhoria e Controlo Documental” constituinte do SIG da TRATOLIXO, o qual vem descrito no Manual da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho da empresa;
	3-Todos os stakeholders da empresa podem usar este mecanismo, sendo que este tem como utilizadores pretendidos os clientes municipais, clientes não municipais, fornecedores, trabalhadores e comunidade;
	4-A reclamação pode ser endereçada à TRATOLIXO por carta, e-mail, formalizada no Livro de Reclamações ou entregue nas Caixas de Sugestões existentes nas instalações da empresa
	5-Este mecanismo é gerido no âmbito do SIG da empresa: a reclamação é registada, analisada, é definida a correcção a efectuar (se aplicável), o reclamante é informado, é efectuada a análise de causas (se aplicável), são registadas as acções tomadas, efectua-se o acompanhamento das acções tomadas, regista-se no Mapa de Controlo de Sugestões/Reclamações/Não Conformidades/Observações – documento integrante do SIG – e faz-se o encerramento da reclamação..

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Materiais” (GRI 103)

Medidas GRI 103-2	1-Sensibilização dos trabalhadores para o uso racional de produtos e materiais e adopção de boas práticas (por exemplo, em termos de hábitos de impressão); 2-Cumprimento dos Planos de Manutenção Preventiva e Planos de Limpeza, que evitam intervenções desnecessárias e, consequentemente, a utilização extraordinária de materiais e produtos.
Avaliação GRI 103-3	1-Gestão de stocks para administrar os consumíveis existentes na empresa, efectuar uma gestão financeira mais precisa e garantir a existência de stocks mínimos; 2-Diariamente é efectuada a verificação do cumprimento do stock mínimo dos vários materiais no programa de gestão de stocks; 3-Reporte mensal ao Conselho de Administração da empresa do Relatório de Controlo de Gestão, o qual inclui o consumo de determinados materiais; 4-Em 2016 não houve paragens da actividade devidas ao incumprimento do stock mínimo dos materiais

ECOPARQUE DE TRAJOUCE MATERIAIS PRIMÁRIOS (GRI 301-1)			
	2014	2015	2016
Hipoclorito de Sódio (kg)	150,00	150,00	330,00
Ácido muriático (litros)	5,00	10,00	20,00
Óleo mineral (litros)	3 607,00	2 828,00	3 219,50
Arame (t)	60,40	42,56	40,59
Sal granulado (kg)	0,00	0,00	0,00
Soda cáustica (t)	4,00	5,00	0,00

Os materiais e produtos utilizados pela TRATOLIXO em 2016 foram adquiridos junto dos seus fornecedores (**GRI 301-1**) e mantiveram-se – face à inalteração significativa dos processos fabris – os mesmos que se têm vindo a reportar em relatórios anteriores.

São considerados materiais ou produtos primários todos aqueles que a TRATOLIXO utiliza na sua actividade fabril e sem os quais os processos não podem ocorrer. Os materiais

ou produtos que são utilizados nas áreas de suporte da empresa são considerados como materiais acessórios.

Os consumos destes mesmos materiais são apresentados nos quadros seguintes por cada um dos Ecoparques da empresa, cuja contabilização foi realizada com base nas saídas de stock registadas nos armazéns de Trajouce e Abrunheira, respectivamente. (**GRI 301-1**)

ECOPARQUE DA ABRUNHEIRA MATERIAIS PRIMÁRIOS (GRI 301-1)			
	2014	2015	2016
Ácido Sulfúrico a 98% (t)	13,98	41,02	48,12
Ácido Sulfúrico a 0,05 M (litros)	20,00	10,00	25,00
Ácido clorídrico (litros)	1 410,00	2 885,00	10,00
Hipoclorito de Sódio (kg)	60,00	0,00	0,00
Óleo mineral (litros)	8 025,50	21 728,00	19 229,50
Arame (t)	0,00	0,00	0,00
Floculante (t)	10,50	13,05	17,00
Cal hidratada (t)	39,36	0,00	0,00
Soda cáustica (t)	78,26	119,04	63,98
Sal granulado (t)	2,00	2,00	2,00
Azoto líquido (litros)	180,00	160,00	20,00
Glicerina (litros)	624,00	0,00	400,00
Bicarbonato de sódio (t)	0,00	0,00	0,00

Dada a natureza dos materiais primários, não é possível recorrer a uma utilização dos mesmos com proveniência a partir da reciclagem. Exceptua-se o arame, mas a empresa não dispõe de informação suficiente para afirmar que o arame consumido na sua actividade é ou não constituído por material reciclado.

No que diz respeito aos materiais acessórios utilizados nas áreas de suporte da actividade, essa opção encontra-se mais facilitada.

Os materiais acessórios adquiridos e consumidos na empresa com proveniência na reciclagem são os pneus, o gasóleo e o papel de escrita. Os dois primeiros são consumidos na actividade fabril e o último na actividade administrativa.

No que diz respeito ao consumo de materiais acessórios com proveniência na reciclagem e com utilização na actividade fabril, apresenta-se no quadro abaixo as percentagens face aos respectivos totais individuais, em que os valores reportados representam o total da empresa. **(GRI 301-2)**

MATERIAIS ACESSÓRIOS DA ACTIVIDADE FABRIL (GRI 301-2)			
	2014	2015	2016
Pneus recauchutados (un.)*	209	146	126
Pneus novos (un.)*	170	69	113
Total pneus (un.)*	379	215	239
Percentagem Pneus Novos (%)	44,85%	32,09%	47,28%
Percentagem Pneus Recauchutados (%)	55,15%	67,91%	52,72%
Gasóleo (l)**	1.008.480,00	910.275,54	920.019,13
Percentagem Gasóleo com biodiesel incorporado (%)	100,00%	100,00%	100,00%

*Valores calculados com base nas compras efectuadas

**Dados exclusivos do consumo real de gasóleo da frota de viaturas pesadas da empresa (ex.: camiões, pás carregadoras, empilhadores, reviradoras, plataformas elevatórias, etc.)

Ao abrigo dos novos contratos que a TRATOLIXO tem relativamente aos pneus, é o fornecedor que efectua a respetiva gestão dos mesmos. Desta forma, a opção de recauchutagem fica ao critério do fornecedor, facto que justifica o resultado e variação registados em 2016 para os pneus novos.

Relativamente ao consumo de gasóleo, o decréscimo verificado deveu-se à utilização das novas viaturas adquiridas, que apresentam consumos de combustível mais eficientes.

Quanto aos materiais acessórios com proveniência da reciclagem e com utilização na actividade administrativa, apresentam-se abaixo os resultados do consumo de papel discriminados por Ecoparque. (**GRI 301-2**)

MATERIAIS ACESSÓRIOS DA ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA (GRI 301-2)				
TRAJOUCE				
	2014	2015	2016	Δ 2015-2016
Papel branco (kg)	2.744,90	1.377,39	1.383,96	0,48%
Papel reciclado (kg)	208,68	121,04	43,97	-63,67%
Total	2.953,58	1.498,43	1.427,94	-4,70%
Papel reciclado face ao total (%)	7,07%	8,08%	3,08%	-61,88%
ABRUNHEIRA				
Papel branco (kg)	769,27	297,44	394,13	32,51%
Papel reciclado (kg)	24,14	15,94	12,12	-24,01%
Total	793,41	313,39	406,25	29,63%
Papel reciclado face ao total (%)	3,04%	5,09%	2,98%	-41,38%

A diminuição do consumo total de papel em Trajouce justifica-se com a externalização dos trabalhos de impressão mais relevantes da empresa (Relatório e Contas e Relatório de Sustentabilidade). No caso da Abrunheira verificou-se um aumento no consumo total de papel devido ao acréscimo do número de trabalhadores a prestar serviço neste Ecoparque face ao ano anterior.

ENERGIA

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Energia” (GRI 103)	
Relevância GRI 103-1	1-Necessidade absoluta para o processo de tratamento de resíduos e adequado funcionamento das instalações e equipamentos da empresa;
	2-O sector da indústria apresenta o segundo maior consumo total de energia final a nível nacional e a TRATOLIXO, enquanto entidade industrial, contribui fortemente para a exploração dos recursos energéticos do país (impacte negativo);
	3-O processo de tratamento de resíduos permite a produção e venda de energia renovável (impacte positivo) e utilização interna dessas fontes energéticas (impacte positivo);
	4-Aspecto identificado no Plano de Monitorização de Processo e Produto Final (PMPPF) da empresa, que inclui, entre outros, o aspecto ambiental relativo à energia;
	5-Por ter registado nas suas instalações de Trajouce (no ano de referência de 2010) e da Abrunheira (ano de referência de 2013), um consumo energético acima de 500 tep, a TRATOLIXO é obrigada, ao abrigo do Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia (SGIE) previsto no Decreto-Lei n.º 71/2008 de 15 de Abril e suas alterações, a racionalizar o seu consumo de acordo com as metas legais definidas neste regime legal.
Limite GRI 103-1	1-A acção da empresa contribui para os impactes identificados;
	2-Os impactes ocorrem na empresa, pelo que o limite deste tópico é interno;
	3-Os impactes interessam à empresa e aos seguintes <i>stakeholders</i> : accionista, clientes municipais, fornecedores e comunidade.
Gestão GRI 103-2	1-Visa a mitigação dos impactes negativos e aumento dos impactes positivos;
	2-Aspecto acautelado nos pontos 3, 4 e 10 da Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da empresa, divulgada no capítulo 3.3. deste Relatório;
	3-Compromisso de gestão encontra-se estipulado nos Planos de Racionalização de Energia (PREn) de Trajouce e Abrunheira e baseia-se no cumprimento da legislação em matéria energética, que define uma melhoria de 6% da Intensidade Energética bem como do Consumo Específico de Energia da empresa;
	4-Implementação dos PREn da empresa com duração de 6 anos.
Mecanismos de Queixas e Reclamações GRI 103-2	1-Qualquer ocorrência negativa relacionada com este tópico pode ser reportada à TRATOLIXO através do mecanismo da reclamação;
	2-A reclamação é um processo integrante do Macroprocesso “Melhoria e Controlo Documental” constituinte do SIG da TRATOLIXO, o qual vem descrito no Manual da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho da empresa;
	3-Todos os stakeholders da empresa podem usar este mecanismo, sendo que este tem como utilizadores pretendidos os clientes municipais, clientes não municipais, fornecedores, trabalhadores e comunidade;
	4-A reclamação pode ser endereçada à TRATOLIXO por carta, e-mail, formalizada no Livro de Reclamações ou entregue nas Caixas de Sugestões existentes nas instalações da empresa
	5-Este mecanismo é gerido no âmbito do SIG da empresa: a reclamação é registada, analisada, é definida a correcção a efectuar (se aplicável), o reclamante é informado, é efectuada a análise de causas (se aplicável), são registadas as acções tomadas, efectua-se o acompanhamento das acções tomadas, regista-se no Mapa de Controlo de Sugestões/Reclamações/Não Conformidades/Observações – documento integrante do SIG – e faz-se o encerramento da reclamação.

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Energia” (GRI 103)	
Medidas GRI 103-2	1-Sensibilização dos trabalhadores para um consumo racional de energia nos diversos locais da empresa, através da divulgação de folheto informativo;
	2-Adopção de práticas de racionalização e eficiência energética (ex. instalação de motores de alto rendimento, colocação de telhas translúcidas nas naves dos edifícios fabris, utilização de lâmpadas e equipamentos de baixo consumo, desligar luzes e equipamentos em horários de pausa);
	3-Cumprimento das medidas calendarizadas e propostas nos PREn de Trajouce e Abrunheira.
Avaliação GRI 103-3	1-Indicadores do Programa de Gestão da empresa, ferramenta integrante do Sistema Integrado de Gestão (SIG) da TRATOLIXO;
	2-Controllo dos aspectos ambientais – energia – identificados anualmente no Plano de Monitorização de Processo e Produto Final (PMPPF) da empresa;
	3-Os objectivos definidos no Programa de Gestão para 2016 – consumo de energia por tonelada de resíduo processada – não foram atingidos em ambos os Ecoparques;
	4-Algumas medidas programadas não foram executadas por decisões estratégicas, prevendo-se que venham a ser implementadas outras medidas reajustadas ao contexto estratégico mais actual da empresa, bem como a realização de acções de sensibilização para melhorar o desempenho destes objectivos.



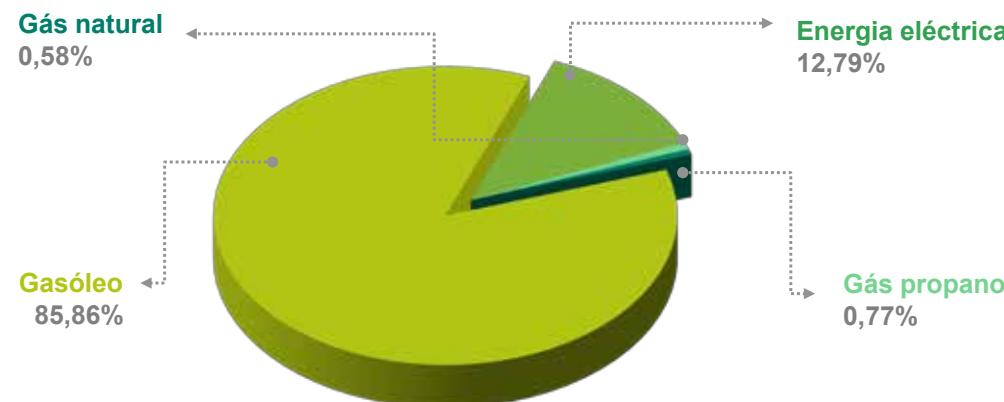
O cálculo do consumo total de energia é feito através da determinação do balanço energético da empresa, ou seja, é tido em consideração quer o consumo quer a produção interna de energia em cada um dos Ecoparques.

Assim sendo, o consumo total de energia das instalações de Trajouce (ou seja, em termos de balanço energético) em 2016 foi de 31.573,76 GJ, o que representou um decréscimo de -4,14% face ao ano anterior, tal como se pode verificar a partir do quadro seguinte (**GRI 302-1**).

TRAJOUCE (GRI 302-1)		
	CONSUMO DE ENERGIA (GJ)	VARIAÇÃO ANUAL (%)
2014	33 823,59	-
2015	32 937,71	-2,62%
2016	31 573,76	-4,14%

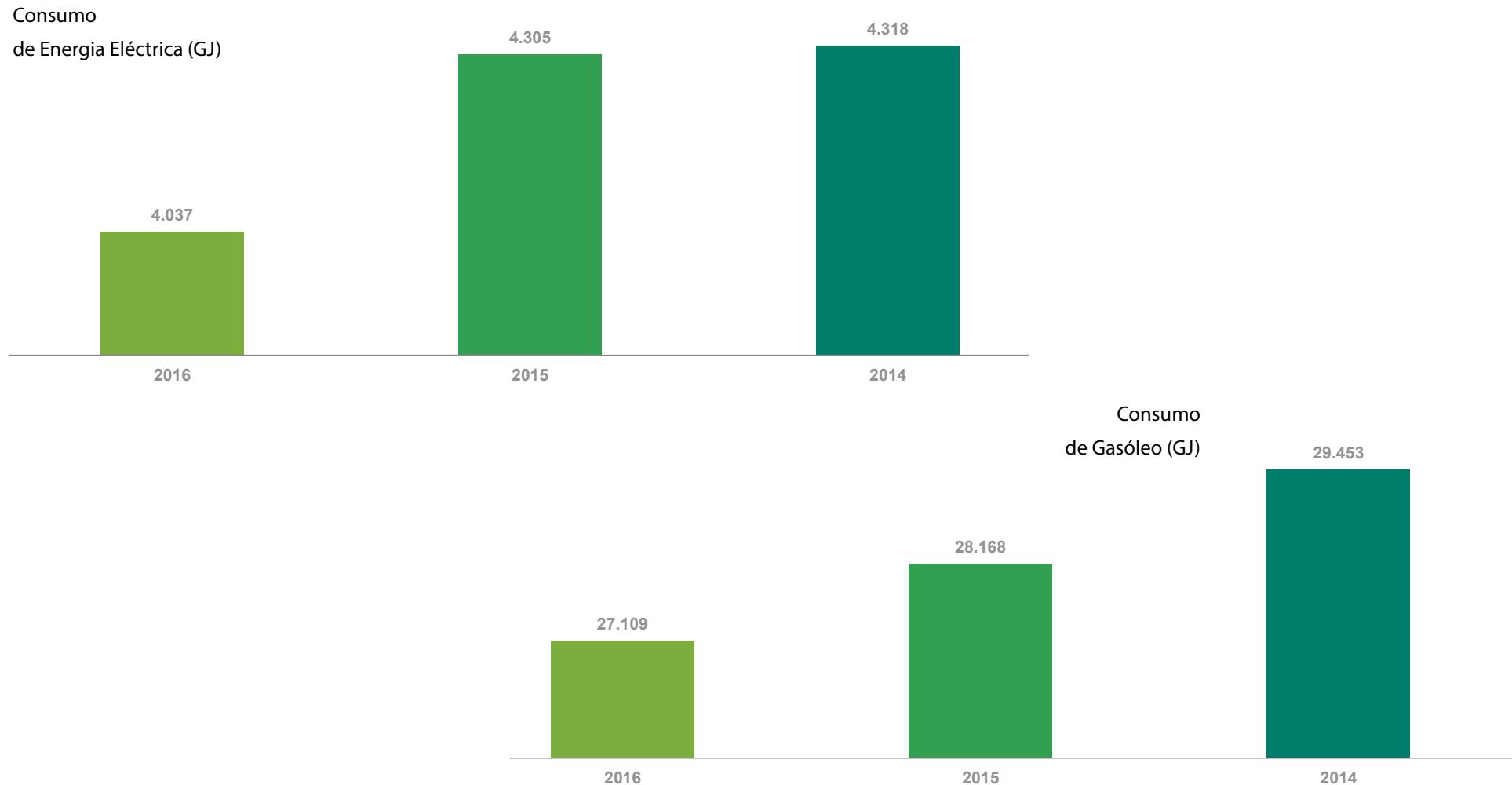
No Ecoparque de Trajouce são consumidos quatro tipos de energia – energia eléctrica, gasóleo, gás propano e gás natural. Destas tipologias, apenas a energia eléctrica tem origem parcial em fontes renováveis, tendo sido possível apurar, com base no mix energético do fornecedor, que em 2016 as instalações de Trajouce consumiram 1.614,99 GJ de energia renovável. (**GRI 302-1**)

O consumo das fontes energéticas de Trajouce distribui-se conforme se apresenta no gráfico abaixo.

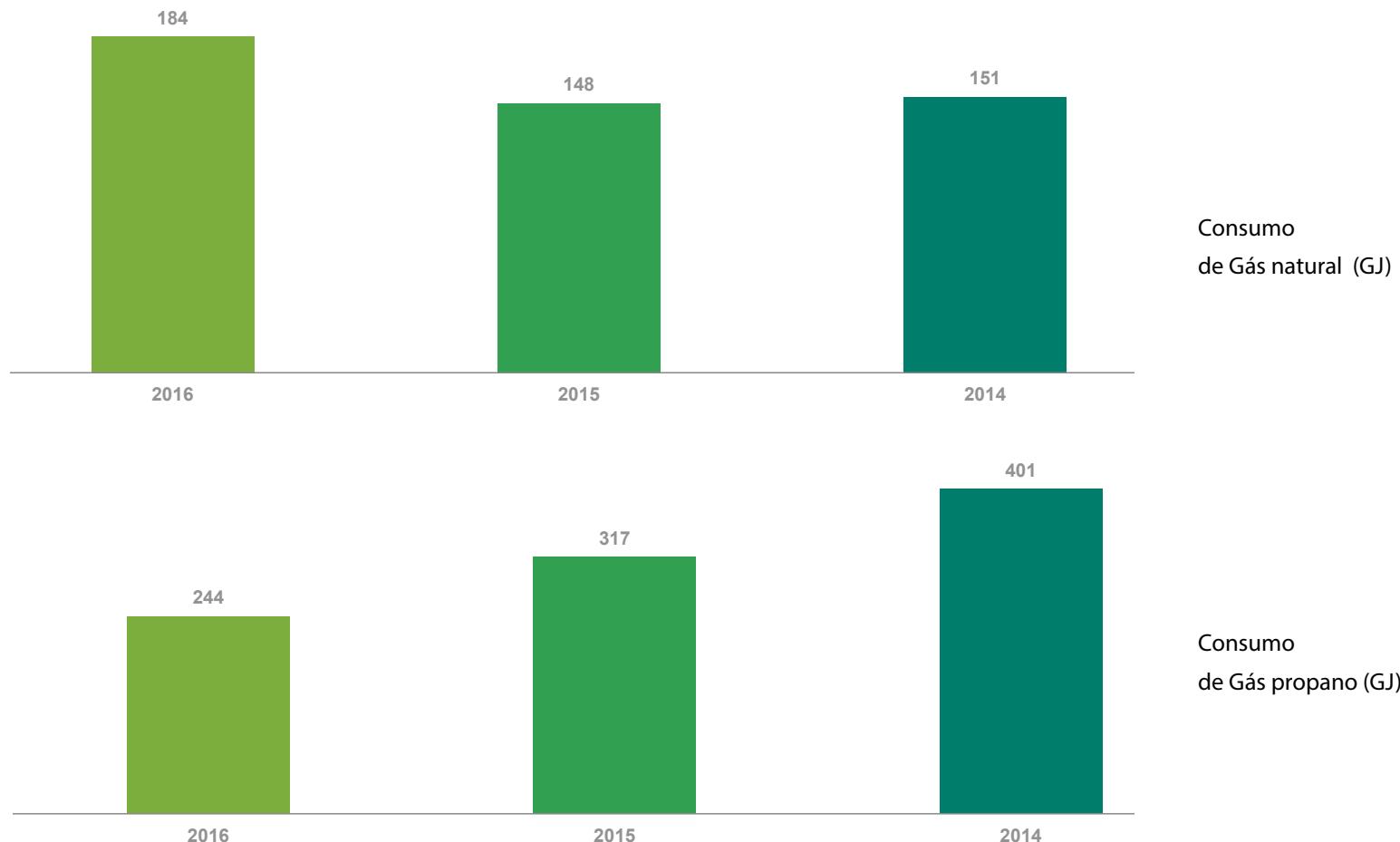


A evolução dos consumos individuais destes tipos de energia é apresentada nos gráficos seguintes e foi calculada, em 2016, através da facturação.

CONSUMOS ENERGÉTICOS ECOPARQUE DE TRAJOUCE (GRI 302-1)



CONSUMOS ENERGÉTICOS ECOPARQUE DE TRAJOUCE (GRI 302-1)



Analisando individualmente os consumos do Ecoparque de Trajouce, verifica-se uma diminuição na maioria das fontes de energia justificada com uma gestão mais rigorosa, por consumos mais eficientes e por existirem menos áreas/edifícios a funcionar neste Ecoparque.

A única excepção verificou-se no gás natural devido ao aumento do número de trabalhadores da empresa, com consequência no número de refeições servidas no refeitório.

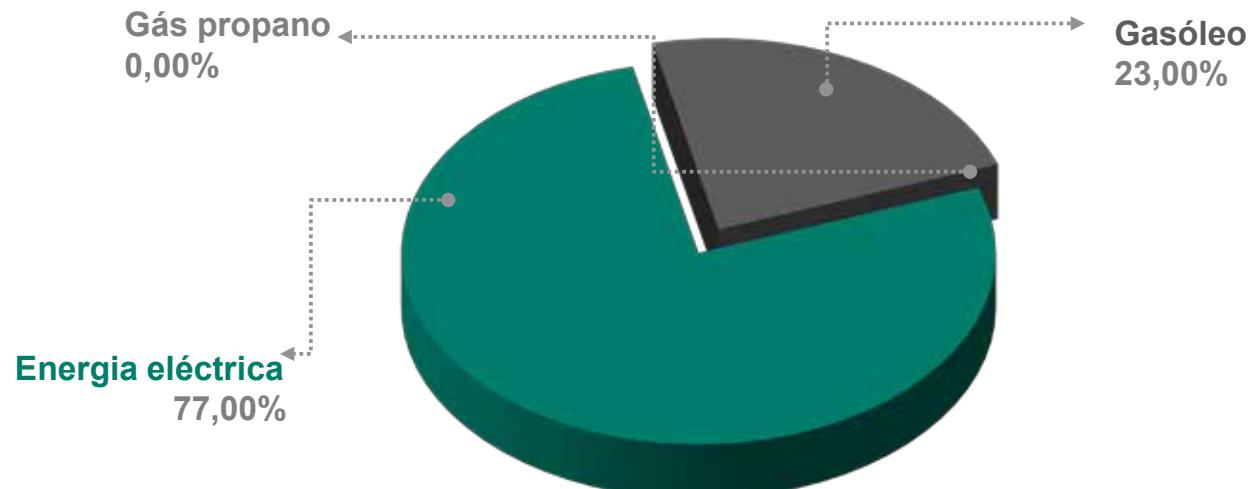
Quanto às instalações do Ecoparque da Abrunheira, o consumo total de energia das mesmas (entenda-se balanço energético entre produção e consumo) em 2016 foi de -33.456,32 GJ, valor que constitui um decréscimo de -19,40% face ao registado no ano anterior (GRI 302-1).

CONSUMOS ENERGÉTICOS ECOPARQUE DA ABRUNHEIRA (GRI 302-1)

ABRUNHEIRA (GRI 302-1)		
	CONSUMO TOTAL DE ENERGIA(GJ)	VARIAÇÃO ANUAL (%)
2014	-43 134,12	89,97%
2015	-41 511,53	-3,76%
2016	-33 456,32	-19,40%

Dos tipos de energia consumidos nas instalações do Ecoparque da Abrunheira – energia eléctrica, gasóleo e gás propano – apenas a energia eléctrica tem origem parcial em fontes renováveis. Neste sentido, através do mix energético do fornecedor apurou-se que em 2016 foram consumidos neste Ecoparque 11.918,23 GJ de energia renovável. (GRI 302-1)

A distribuição das fontes energéticas consumidas em 2016 neste Ecoparque resume-se no gráfico abaixo.



Os consumos individuais destas tipologias de energia foram apurados, quando possível, por facturação e são apresentados nos gráficos seguintes. (GRI 302-1)

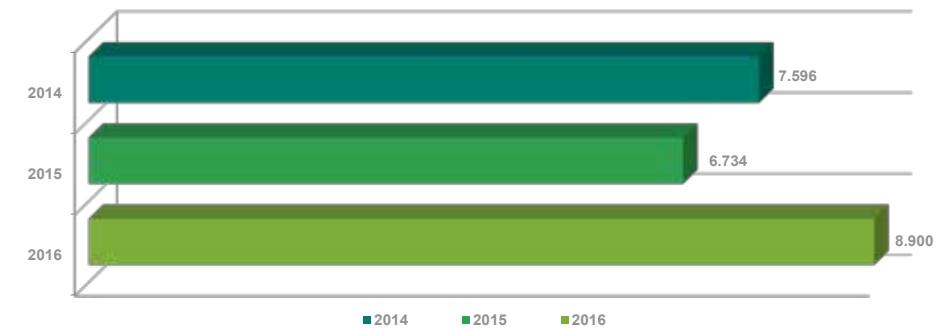
Consumo

de Energia Eléctrica (GJ)



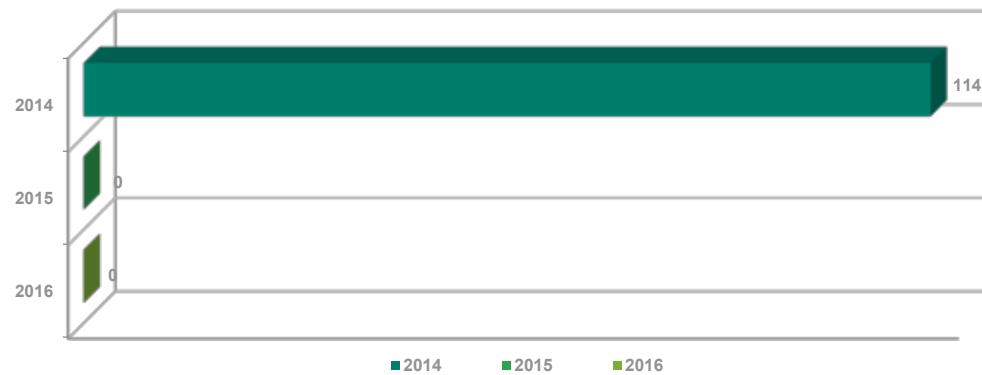
Consumo

de Gasóleo(GJ)



Consumo

de Gás Propano (GJ)



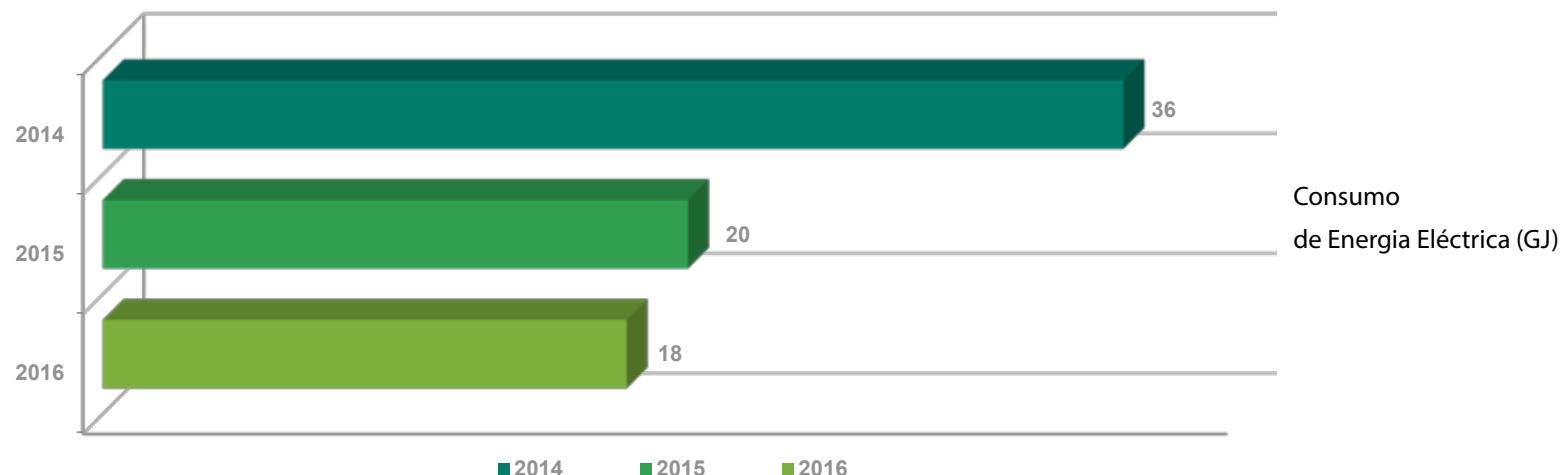
A diminuição do consumo de electricidade na instalação da Abrunheira face a 2015 deve-se ao decréscimo de produção da actividade da CDA.

O aumento do consumo de gasóleo justifica-se com a aquisição de uma pá carregadora adicional e, sobretudo, com a utilização efectuada pelo empreiteiro durante a obra de construção do aterro.

O resultado obtido no consumo de gás propano deve-se ao facto de não ter sido necessário o funcionamento do equipamento que utiliza este tipo de energia – caldeira de metanização.

No Ecocentro da Ericeira, a única fonte energética consumida é a energia eléctrica – que apresentou em 2016 um consumo total de 18,32 GJ, o que corresponde a -10,48% que no ano anterior (**GRI 302-1**). Segundo o mix energético do fornecedor, em 2016 esta instalação consumiu 14,56 GJ de energia renovável. A evolução do consumo total de energia eléctrica no Ecocentro da Ericeira apresenta-se no gráfico seguinte.

CONSUMOS ENERGÉTICOS EOCENTRO DA ERICEIRA (**GRI 302-1**)



A acentuada diminuição verificada em 2015 face a 2014 justifica-se com a redução do horário de funcionamento desta instalação.

Relativamente ao consumo de energia fora da empresa – em termos de recolha de resíduos e em termos de valorização dos materiais transformados que são comercializados – estas actividades não são efectuadas pela TRATOLIXO, pelo que a empresa não dispõe de dados e não controla este indicador, que sai fora do seu âmbito de reporte.

(GRI 302-2)

A taxa de intensidade energética que a empresa utiliza é calculada com base no consumo absoluto de energia por tonelada de resíduos processados, constituindo por isso uma intensidade no produto.

Em Trajouce a taxa de intensidade energética do ano de 2016 foi de 2,72 kgep/t e na Abrunheira a taxa de intensidade energética foi de 25,70 kgep/t. Globalmente, a taxa de intensidade energética da empresa no ano de 2016 foi de 7,08 kgep/t **(GRI 302-3)**.

A optimização dos processos produtivos de modo a realizar o mesmo trabalho com o

menor impacte possível é uma constante preocupação da empresa.

Sempre que possível, são levadas a cabo acções de modernização de equipamentos, são adquiridos equipamentos energeticamente mais eficientes e adquiridos equipamentos de iluminação com baixo consumo energético.

Por outro lado, é feita uma forte aposta no desenvolvimento de acções de sensibilização junto dos funcionários para as práticas de racionalização energética – quer a nível de área administrativa quer a nível de área fabril – o que permite economizar o consumo energético da empresa.

Todas estas práticas de redução de consumo energético são frequentes mas a sua adopção não permite quantificar a redução energética conseguida com a implementação individual de cada uma. **(GRI 302-4)**

Desta forma, apenas se podem enumerar as iniciativas desenvolvidas em cada um dos Ecoparques durante o ano de 2016. **(GRI 302-4)**

Iniciativas desenvolvidas para promover a redução do consumo energético - GRI 302-4	
Trajouce	Abrunheira
Alteração de iluminação instalada no edifício de triagem do papel/cartão para iluminação LED;	Sensibilização de todos os trabalhadores para a necessidade o adoptar procedimentos que visem a redução do consumo de energia: Distribuição de folheto informativo.
Aquisição de novas viaturas para a frota de pesados da empresa com consumos mais eficientes;	-
Sensibilização de todos os trabalhadores para a necessidade o adoptar procedimentos que visem a redução do consumo de energia: Distribuição de folheto informativo.	-

Pode-se, então, confirmar que o serviço prestado pela TRATOLIXO e os produtos da sua actividade têm em linha de conta a crescente redução do consumo energético.

Os próprios produtos recicláveis comercializados pela empresa são, por si só, uma forma de poupança energética para o seu consumidor final – a indústria recicladora – face à utilização de matérias-primas virgens.

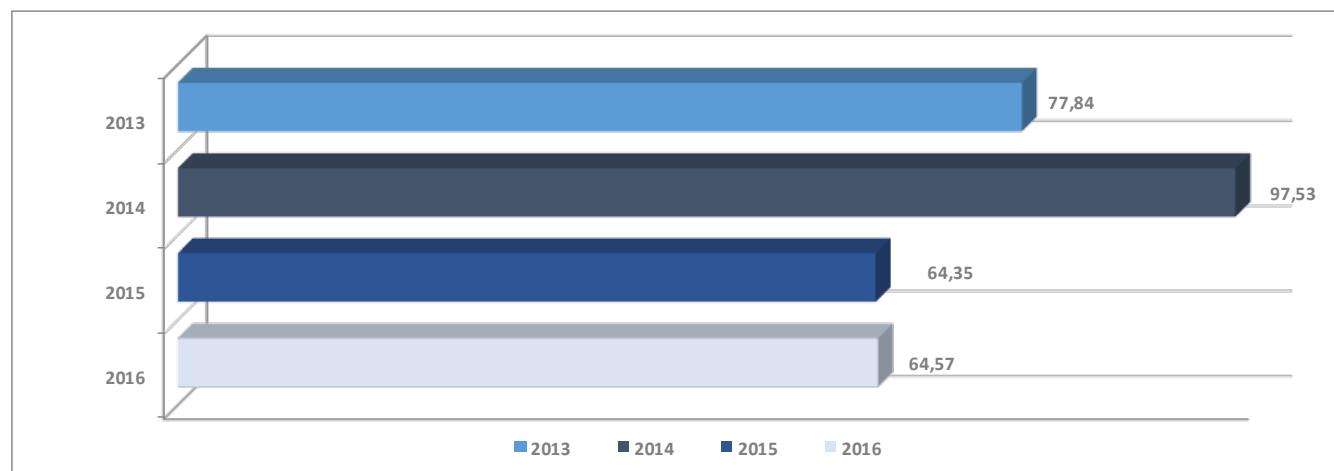
Contudo, a TRATOLIXO não dispõe de informação relativa aos consumos energéticos dos seus clientes na indústria recicladora, pelo que não consegue determinar a respectiva redução de consumo energético associado à utilização da matéria-prima fornecida pela empresa. **(GRI 302-5)**

ÁGUA

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Água” (GRI 103)	
Relevância GRI 103-1	1-Uso industrial da água representa uma das maiores fatias de consumo deste recurso a nível mundial e a TRATOLIXO desenvolve uma actividade industrial;
	2-O recurso é fundamental para o processo de tratamento de resíduos e adequado funcionamento das instalações e equipamentos da empresa;
	3-Enquanto consumidora industrial deste recurso natural, a utilização efectuada neste âmbito pode contribuir para um maior impacte na extracção de recursos hídricos e na escassez de água (impacte negativo);
	4-Devido à configuração das suas instalações da Abrunheira é possível efectuar a recirculação de água (impacte positivo) no processo desenvolvido nas mesmas;
	5-Aspecto identificado no Plano de Monitorização de Processo e Produto Final (PMPPF), onde se inclui o aspecto ambiental relativo aos consumos de água.
Limite GRI 103-1	1- A acção da empresa contribui para os impactes identificados;
	2.Os impactes ocorrem na empresa, pelo que o limite deste tópico é interno;
	3-Os impactes interessam à empresa e aos seguintes <i>stakeholders</i> : accionista, clientes municipais, fornecedores e comunidade.
Gestão GRI 103-2	1-Visa a mitigação do impacte negativo e aumento do impacte positivo;
	2-Aspecto acautelado nos pontos 3, 4, 6, 8 e 10 da Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da empresa, divulgada no capítulo 3.3. deste Relatório;
	3-Compromisso de gestão para o consumo de água dos furos pretende dar cumprimento aos limites máximos definidos nas licenças de captação;
	4-Para o consumo de água da rede, a empresa cinge-se à promoção de um consumo sustentável deste recurso de modo a ir ao encontro dos objectivos da Lei da Água (Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de Junho), que estabelece o enquadramento para a gestão das águas superficiais, designadamente as águas interiores, de transição e costeiras, e das águas subterrâneas.
Mecanismos de Queixas e Reclamações GRI 103-2	1-Qualquer ocorrência negativa relacionada com este tópico pode ser reportada à TRATOLIXO através do mecanismo da reclamação;
	2-A reclamação é um processo integrante do Macroprocesso “Melhoria e Controlo Documental” constituinte do SIG da TRATOLIXO, o qual vem descrito no Manual da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho da empresa;
	3-Todos os stakeholders da empresa podem usar este mecanismo, sendo que este tem como utilizadores pretendidos os clientes municipais, clientes não municipais, fornecedores, trabalhadores e comunidade;
	4-A reclamação pode ser endereçada à TRATOLIXO por carta, e-mail, formalizada no Livro de Reclamações ou entregue nas Caixas de Sugestões existentes nas instalações da empresa
	5-Este mecanismo é gerido no âmbito do SIG da empresa: a reclamação é registada, analisada, é definida a correcção a efectuar (se aplicável), o reclamante é informado, é efectuada a análise de causas (se aplicável), são registadas as acções tomadas, efectua-se o acompanhamento das acções tomadas, regista-se no Mapa de Controlo de Sugestões/Reclamações/Não Conformidades/Observações – documento integrante do SIG – e faz-se o encerramento da reclamação.

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Água” (GRI 103)	
Medidas GRI 103-2	<p>1-Sensibilização dos trabalhadores para o uso racional da água da rede (área administrativa) e dos furos (processo produtivo);</p> <p>2-Redução do consumo de água da rede por via de redutores de fluxo e de torneiras electrónicas com sensores instaladas nos sanitários.</p> <p>3- Reutilização de água tratada no processo do Ecoparque da Abrunheira.</p>
Avaliação GRI 103-3	<p>1-Indicadores do Programa de Gestão da empresa, ferramenta integrante do Sistema Integrado de Gestão (SIG) da TRATOLIXO;</p> <p>2-Controlo dos aspectos ambientais – consumo de água – identificados anualmente no PMPPF da empresa.</p> <p>3- Os objectivos definidos no Programa de Gestão para 2016 – consumo de água por tonelada de resíduos processada – não foram atingidos em ambos os Ecoparques;</p> <p>4-A metodologia de cálculo do indicador afecto ao objectivo de um dos Ecoparques foi reformulada no decorrer do ano, facto que condicionou o cumprimento do resultado previsto. Será, assim, alterado o objectivo para o ano seguinte, prevendo-se ainda a realização de acções de sensibilização para melhorar o desempenho destes objectivos.</p>

No ano de 2016 o consumo de água por tonelada de resíduo tratado na TRATOLIXO foi de 64,57 l/t.



Durante o ano de 2016 o Ecoparque de Trajouce consumiu um total de 7.131,96 m³ de água – valor apurado com base nas leituras dos contadores existentes – o que representa um aumento de +25,05% (+1.428,88 m³) face ao ano anterior, tal como se pode observar no quadro abaixo (GRI 303-1).

CONSUMO DE ÁGUA (GRI 303-1)				
ECOPARQUE DE TRAJOUCE				
	2014	2015	2016	Δ 2015-2016
Rede (m ³)	2 696,81	3 273,06	3 637,61	11,14%
Furos (m ³)	4 629,00	2 430,02	3 494,35	43,80%
Consumo total (m³)	7 325,81	5 703,08	7 131,96	25,05%

CONSUMO DE ÁGUA (GRI 303-1)				
ECOPARQUE DA ABRUNHEIRA				
	2014	2015	2016	Δ 2016-2015
Rede (m ³)	30 757,00	19 966,37	19 723,61	-1,22%

Em termos de consumos individuais por tipologia de fonte, verificou-se um maior consumo quer na água da rede – +11,14% (+364,55 m³) – quer na água dos furos (+43,80%, ou seja, +1.064,33 m³).

No Ecoparque da Abrunheira, o consumo total de água durante o ano de 2016 foi de 19.723,61 m³ – valor apurado com base na leitura do contador – sendo que este valor representa um decréscimo de -1,22% (-242,76 m³) face a 2015, tal como se pode observar no quadro abaixo (**GRI 303-1**).

No respeitante ao consumo de água no Ecocentro da Ericeira, o valor de 2016 foi também apurado com base na leitura do contador e totalizou 819,00 m³, o que constituiu uma redução de -31,75% (-381,00m³), justificada pelo facto de em 2015 ter ocorrido uma fuga no sistema de rega existente nesta instalação (**GRI 303-1**).

Não sendo possível, por motivos estruturais dos respectivos projectos, promover a recirculação de água nas instalações de Tra-

CONSUMO DE ÁGUA (GRI 303-1)				
ECOPARQUE DA ERICEIRA				
	2014	2015	2016	Δ 2016-2015
Rede (m ³)	683,00	1 200,00	819,00	-31,75%

jouce e da Ericeira, esta situação apenas ocorre no Ecoparque da Abrunheira, em consequência do funcionamento da ETARI.

Em 2016, a ETARI reciclag 16.414,81 m³ de água da rede consumida em todo o Ecoparque da Abrunheira, tendo essa quantidade sido totalmente reconduzida para o processo fabril e rede de incêndio.

Este valor foi determinado por estimativa, assumindo a percentagem de água da rede presente no efluente total enviado para tratamento na ETARI, multiplicado pela quantidade de permeado – ou seja, efluente líquido – produzido pelo processo de osmose inversa desta infra-estrutura.

Face ao total de água da rede consumida neste Ecoparque em 2016, a percentagem de água reciclada e recirculada na Abrunheira no ano a que reporta este relatório foi de 83,22% (**GRI 303-3**).

EMISSÕES		Abordagem de Gestão do Tópico Material “Emissões” (GRI 103)
Relevância GRI 103-1	1-Aspecto constitui um resultado incontornável da actividade da empresa;	
	2-Desenvolvendo uma actividade económica industrial no sector dos resíduos e com elevada utilização de frota, a empresa tem responsabilidades cumulativas em matéria de emissões (impacte negativo);	
	3-O cariz peculiar da sua actividade e processos permite igualmente à TRATOLIXO diversificar as medidas a adoptar em matéria de redução de emissões (impacte positivo);	
	4-Produção de energia eléctrica a partir do biogás – rico em metano – gerado no processo de digestão anaeróbia da fracção orgânica dos resíduos tratados na CDA da Abrunheira (impacte positivo);	
	5-Aspecto identificado no Plano de Monitorização Ambiental (PMA) da empresa, que inclui, entre outros, o descritor relativo às emissões.	
Limite GRI 103-1	1- A acção da empresa contribui para os impactes identificados;	
	2.Os impactes ocorrem na empresa, pelo que o limite deste tópico é interno;	
	3-Os impactes interessam à empresa e aos seguintes <i>stakeholders</i> : accionista, clientes municipais, fornecedores e comunidade.	
Gestão GRI 103-2	1-Visa a mitigação do impacte negativo e aumento dos impactes positivos;	
	2-Aspecto acautelado nos pontos 1, 2, 3, 4, 5 e 10 da Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da empresa, divulgada no capítulo 3.3. deste Relatório;	
	3-Compromisso de gestão baseia-se no cumprimento da legislação em matéria de emissões – nomeadamente o Decreto-Lei n.º 78/2004 de 3 de Abril, que estabelece o regime de prevenção e controlo de emissões de poluentes para a atmosfera – e de resíduos, no que respeita à diminuição de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) enviados para aterro – Regime Geral de Gestão de Resíduos e PERSU 2020.	
Mecanismos de Queixas e Reclamações GRI 103-2	1-Qualquer ocorrência negativa relacionada com este tópico pode ser reportada à TRATOLIXO através do mecanismo da reclamação;	
	2-A reclamação é um processo integrante do Macroprocesso “Melhoria e Controlo Documental” constituinte do SIG da TRATOLIXO, o qual vem descrito no Manual da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho da empresa;	
	3-Todos os stakeholders da empresa podem usar este mecanismo, sendo que este tem como utilizadores pretendidos os clientes municipais, clientes não municipais, fornecedores, trabalhadores e comunidade;	
	4-A reclamação pode ser endereçada à TRATOLIXO por carta, e-mail, formalizada no Livro de Reclamações ou entregue nas Caixas de Sugestões existentes nas instalações da empresa	
	5-Este mecanismo é gerido no âmbito do SIG da empresa: a reclamação é registada, analisada, é definida a correção a efectuar (se aplicável), o reclamante é informado, é efectuada a análise de causas (se aplicável), são registadas as acções tomadas, efectua-se o acompanhamento das acções tomadas, regista-se no Mapa de Controlo de Sugestões/Reclamações/Não Conformidades/Observações – documento integrante do SIG – e faz-se o encerramento da reclamação.	

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Emissões” (GRI 103)

Medidas GRI 103-2	1-Aquisição de viaturas de transporte de resíduos mais eficientes em termos de consumo de gasóleo, o que permite obter uma redução directa nas emissões de CO ₂ ;
	2-Utilização de um aditivo nas viaturas de transporte de resíduos que actua como conversor catalítico sobre os gases de escape dos motores para reduzir emissões de óxidos de azoto (NOx) geradas nos processos de combustão;
	3-Gestão dos destinos finais dos resíduos e refugos dos processos da empresa com o enfoque em opções de valorização e reciclagem em detrimento do envio para aterros sanitários externos ao Sistema, o que contribui para a redução de emissões de metano a partir dos mesmos.
Avaliação GRI 103-3	1-Indicador do Programa de Gestão da empresa, ferramenta integrante do Sistema Integrado de Gestão (SIG) da TRATOLIXO, no que diz respeito ao incremento da valorização/minimização da deposição em aterro;
	2-Controlo dos aspectos ambientais – emissões – identificados anualmente no PMA da empresa;
	3-Reporte anual do formulário Prevenção e Controlo Integrado da Poluição (PCIP) à APA – reporte externo obrigatório.
	4-Os objectivos definidos no Programa de Gestão para 2016 – 2016 – intensidade carbónica – foram cumpridos em ambos os Ecoparques da empresa.



Em termos de emissões directas de GEE resultantes da actividade da empresa, o gás considerado para o cálculo da **GRI 305-1** foi o CO₂.

Na actividade da TRATOLIXO não existem emissões biogénicas de CO₂, todas as emissões efectuadas correspondem a emissões antropogénicas.

Pelo facto da sua actividade se encontrar fortemente dependente de equipamentos e veículos para os quais é necessário combustível (gasóleo), é da utilização processual desse combustível da frota de pesados que resultam os impactes ao nível das emissões directas de CO₂ contabilizadas em GRI 305-1.

As emissões directas de CO₂ (**GRI 305-1**) encontram-se reportadas no quadro seguinte, discriminadas individualmente por Ecoparque.

TRAJOUCE (GRI 302-1)				
	2013*	2014	2015	2016
Trajouce (t CO ₂)	1 537,79	2 124,06	1 899,71	1 954,97
Abrunheira (t CO ₂)	84,76	542,27	506,98	214,92
Total (t CO₂)	1 622,54	2 666,33	2 406,69	2 169,89

*Ano de referência

Como ano base para esta análise adoptou-se o ano de 2013, correspondente ao ano de arranque dos últimos digestores da CDA da Abrunheira que permitiram a esta instalação entrar em funcionamento numa velocidade de cruzeiro.

A metodologia de cálculo utilizada consiste na multiplicação dos dados da actividade (consumo de gasóleo reportado em GRI 301-1 sujeito ao valor de equivalência constante na Portaria n.º 228/90 de 27 de Março) pelo factor de emissão.

O factor de emissão considerado tem por base a aplicação do Despacho n.º 17313/2008 de 26 de Junho, o qual estabelece – com base nos dados constantes da Tabela de Conversão do Anexo II da Directiva 2006/32/CE de 27 de Abril de 2006 e do Quadro 4 da Decisão da Comissão n.º 2007/589/CE de 18 de Julho – os factores de conversão para tonelada equivalente petróleo (tep) de teores em energia de combustíveis seleccionados para utilização final, bem como os respectivos factores para cálculo da Intensidade Carbónica pela emissão de GEE, referidos a quilograma de CO₂ equivalente (kgCO₂e).

A abordagem de consolidação efectuada para as emissões prende-se com o controlo operacional – através da utilização de um aditivo nas viaturas de transporte de resíduos que reduz as emissões de NO_x, mas também adoptando um consumo mais racional de combustível nas máquinas – e financeiro da actividade – investimento em viaturas mais eficientes em termos de consumo de combustível.

EFLUENTES E RESÍDUOS

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Efluentes e Resíduos” (GRI 103)	
Relevância GRI 103-1	<p>1-Correcta gestão é essencial para um adequado funcionamento de instalações e equipamentos da empresa;</p> <p>2-Face à actividade industrial desenvolvida e número de pessoas que utilizam as suas instalações (trabalhadores, fornecedores, clientes, etc.), a TRATOLIXO produz quantidades significativas de efluentes e resíduos (impacte negativo), aos quais deve dar um encaminhamento adequado, seguindo as opções de prevenção e gestão definidas no princípio da hierarquia dos resíduos (impacte positivo);</p> <p>3-Respeitando a hierarquia de gestão dos resíduos, potencia-se a poupança de matérias-primas virgens e energia nos processos industriais de outras empresas (impacte positivo) e prolonga-se o tempo de vida útil dos aterros (impacte positivo);</p> <p>4-Separação de resíduos na origem de produção contribui para viabilizar o fornecimento de matéria-prima – resíduos gerados – para criar novos produtos, numa óptica de economia circular (impacte positivo);</p> <p>5-Possibilidade de impulsionar novas tecnologias de tratamento e valorização de resíduos;</p> <p>6-Aspecto identificado no Plano de Monitorização Ambiental (PMA) da empresa – que contém, entre outros, o descritor ambiental dos efluentes – e no Plano de Monitorização de Processo e Produto Final (PMPPF) – onde se inclui o aspecto ambiental relativo aos resíduos produzidos.</p>
Limite GRI 103-1	<p>1- A acção da empresa contribui para os impactes identificados;</p> <p>2.Os impactes ocorrem na empresa, pelo que o limite deste tópico é interno;</p> <p>3-Os impactes interessam à empresa e aos seguintes <i>stakeholders</i>: comunidade e autoridades.</p>
Gestão GRI 103-2	<p>1-Visa a mitigação do impacte negativo (produção de resíduos) e aumento dos impactes positivos (potenciar o encaminhamento de resíduos para opções de gestão que favoreçam a reciclagem e valorização energética);</p> <p>2-Aspecto acautelado nos pontos 1, 2, 3, 4, 5 e 10 da Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da empresa, divulgada no capítulo 3.3. deste Relatório;</p> <p>3-Compromisso de gestão baseia-se no cumprimento do previsto na legislação e instrumentos de planeamento, nomeadamente o Regime Geral de Gestão de Resíduos e o PERSU 2020.</p>
Mecanismos de Queixas e Reclamações GRI 103-2	<p>1-Qualquer ocorrência negativa relacionada com este tópico pode ser reportada à TRATOLIXO através do mecanismo da reclamação;</p> <p>2-A reclamação é um processo integrante do Macroprocesso “Melhoria e Controlo Documental” constituinte do SIG da TRATOLIXO, o qual vem descrito no Manual da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho da empresa;</p> <p>3-Todos os stakeholders da empresa podem usar este mecanismo, sendo que este tem como utilizadores pretendidos os clientes municipais, clientes não municipais, fornecedores, trabalhadores e comunidade;</p> <p>4-A reclamação pode ser endereçada à TRATOLIXO por carta, e-mail, formalizada no Livro de Reclamações ou entregue nas Caixas de Sugestões existentes nas instalações da empresa</p> <p>5-Este mecanismo é gerido no âmbito do SIG da empresa: a reclamação é registada, analisada, é definida a correção a efectuar (se aplicável), o reclamante é informado, é efectuada a análise de causas (se aplicável), são registadas as acções tomadas, efectua-se o acompanhamento das acções tomadas, regista-se no Mapa de Controlo de Sugestões/Reclamações/Não Conformidades/Observações – documento integrante do SIG – e faz-se o encerramento da reclamação.</p>

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Efluentes e Resíduos” (GRI 103)	
Medidas GRI 103-2	<p>1-Sensibilização dos trabalhadores para o uso racional de produtos e materiais e adopção de práticas de prevenção da produção de resíduos (ex.: bons hábitos de impressão) e de efluentes (ex: redutores de fluxo de água e torneiras com sensor nos sanitários);</p> <p>2-Separação de resíduos nos locais de produção e envio dos mesmos para operadores licenciados;</p> <p>3-Encaminhamento dos efluentes para tratamento.</p>
Avaliação GRI 103-3	<p>1-Indicadores do Programa de Gestão da empresa, ferramenta integrante do Sistema Integrado de Gestão (SIG) da TRATOLIXO;</p> <p>2-Controlo da produção de resíduos enquanto aspecto ambiental identificado anualmente no PMPPF da empresa;</p> <p>3-Reporte anual do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (formulário MIRR) à APA, através do Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILIAMB) criado pela APA – reporte externo obrigatório.</p> <p>4-Os objectivos definidos no Programa de Gestão para 2016 – produção interna de resíduos perigosos na Abrunheira e produção interna de resíduos não perigosos na Abrunheira – foram cumpridos.</p>

A TRATOLIXO é, ela própria, uma entidade produtora de resíduos, resíduos esses que são originados nas suas instalações durante o desenrolar da actividade.

Dessa produção resultam inúmeras tipologias de resíduos que podem ser agregadas em duas grandes categorias: os resíduos que são geridos internamente em conjunto com os resíduos recepcionados do Sistema AMTRES (como por exemplo, o papel/cartão e os resíduos indiferenciados) e os resíduos que têm de ser enviados para um operador externo (tais como os óleos minerais e os resíduos do posto médico).

A TRATOLIXO trabalha anualmente com um vasto leque de operadores de gestão de resíduos, devidamente licenciados para poder proporcionar um correcto e adequado encaminhamento aos resíduos da produção interna da empresa.

Esses operadores constituem, assim, o destino final dos resíduos produzidos pela TRATOLIXO.

No ano de 2016, a TRATOLIXO produziu internamente um total de 39,81 t de resíduos, o que representa -52,58% face ao ano anterior – em 2015 tinham sido produzidas 83,94 t – sendo que à semelhança dos anos anteriores, não se enviaram resíduos internos para aterro (**GRI 306-2**).

No Ecoparque, em Trajouce produziram-se 24,41 t de resíduos (-64,00% face a 2015) enquanto que no Ecoparque da Abrunheira produziram-se 15,40 t (-4,68%).

Nas tabelas seguintes reportam-se os resíduos perigosos e não perigosos produzidos em cada um dos Ecoparques da TRATOLIXO por método de deposição, sendo esse método confirmado pelo operador de destino, no momento de validação da Guia de Acompanhamento de Resíduos. (**GRI 306-2**).

TRAJOUCE

Resíduos produzidos e enviados para operador externo (GRI 306-2)

DESTINO – VALORIZAÇÃO EM OPERADOR LICENCIADO

Designação do resíduo	2014(kg)	2015 (kg)	2016 (kg)	Perigosidade
Óleos minerais	2 136	2 031	2 300	Sim
Águas oleosas	0	1 840	0	Não
Solventes	40	40	40	Sim
Embalagens contaminadas	192	117	286	Sim
Materiais absorventes e filtrantes	32	113	99	Não
Materiais absorventes e filtrantes contaminados com substâncias perigosas	293	70	245	Sim
Pastilhas de travões	176	0	250	Não
Filtros de óleo	94	58	196	Sim
Tubos hidráulicos	141	53	151	Sim
Tinteiros e toners	0	15	0	Não
Absorventes higiénicos	0	17	44	Não

DESTINO - ELIMINAÇÃO EM OPERADOR LICENCIADO

Águas oleosas contendo substâncias perigosas	900	2 020	5 880	Sim
Resíduos do posto médico	42	36	39	Sim
Lamas perigosas	123 000	48 280	0	Sim
Absorventes higiénicos	54	42	0	Não

Resíduos produzidos e geridos internamente com os resíduos recebidos do Sistema (GRI 306-2)

DESTINO – VALORIZAÇÃO EM OPERADOR LICENCIADO

Papel e cartão	3 354	3 203	3 489	Não
Plásticos	2 517	2 501	3 386	Não
Sucata	371	0	641	Não
Resíduos Alimentares	4 048	3 786	2 591	Não
Resíduos indiferenciados	3 779	3 550	4 410	Não
REEE	32	18	630	Não
REEE Perigosos	20	0	0	Sim

DESTINO - ELIMINAÇÃO EM OPERADOR LICENCIADO

Telas dos tapetes transportadores	136	0	0	Não
-----------------------------------	-----	---	---	-----

ABRUNHEIRA**Resíduos produzidos e enviados para operador externo (GRI 306-2)****DESTINO – VALORIZAÇÃO EM OPERADOR LICENCIADO**

Designação do resíduo	2014 (kg)	2015 (kg)	2016(kg)	Perigosidade
Óleos minerais	6 847	11 628	10 738	Sim
Embalagens contaminadas	0	0	90	Sim
Materiais absorventes e filtrantes	0	130	200	Não
Materiais absorventes e filtrantes contaminados com substâncias perigosas	0	0	0	Sim
Filtros de óleo	520	520	520	Sim
Tubos hidráulicos	0	168	168	Sim
Absorventes higiénicos	0	22	59	Não

DESTINO - ELIMINAÇÃO EM OPERADOR LICENCIADO

Águas oleosas contendo substâncias perigosas	495	440	0	Sim
Materiais absorventes e filtrantes	400	680	0	Não
Fluidos anticongelantes	173	0	0	Sim
Tubos hidráulicos	0	84	0	Sim
Resíduos do posto médico	42	38	21	Sim
Absorventes higiénicos	0	29	0	Não

Resíduos produzidos e geridos internamente com os resíduos recebidos do Sistema (GRI 306-2)**DESTINO – VALORIZAÇÃO EM OPERADOR LICENCIADO**

Papel e Cartão	77	95	108	Não
Plásticos	286	631	357	Não
Resíduos alimentares	234	247	519	Não
Resíduos indiferenciados	2 897	1 440	2 303	Não
REEE	0	0	315	Não

No que diz respeito a derrames ou espalhamento de resíduos, em 2016 não se registaram ocorrências de grandeza significativa (GRI 306-3).

As instalações da empresa não se encontram localizadas em áreas de valor significativo em termos de biodiversidade e nas suas proximidades não existem corpos de água identificados na Directiva Habitats. Uma vez que a TRATOLIXO não efectua descargas para o meio hídrico, não faz uso intensivo de água nem realiza drenagens, o impacte da empresa relativamente a este indicador é zero. (GRI 306-5)

5.2. Tópico Standard Social
Perfil Organizacional

A TRATOLIXO é uma empresa Intermunicipal de capitais integralmente públicos e não está abrangida por qualquer acordo de contratação colectiva. **(GRI 102-41)** À data de 31 de Dezembro de 2016 o efectivo da TRATOLIXO era composto por um total de 266 trabalhadores a tempo integral, dos quais 263 trabalhadores directos e 3 trabalhadores temporários, conforme a modalidade de vinculação seguinte abaixo **(GRI 102-8)**.

Em 2016 verificou-se que a taxa de precariedade (rácio entre os contratos de trabalho a termo e a totalidade dos contratos de trabalho) registou 15,2%, valor superior ao registado em 2015 (5,4%). Esta diferença deve-se ao facto de a 31 de Dezembro de 2015, dos 240 trabalhadores directos ao serviço, 13 encontravam-se na modalidade de contrato a termo e na mesma data em

2016, dos 263 trabalhadores directos ao serviço, 40 encontravam-se nesta modalidade. **(GRI 102-8)**

O efectivo da empresa – trabalhadores directos – era composto por 194 trabalhadores do género masculino e 69 do género feminino.

Em termos de escalões etários, verificou-se uma maior concentração de trabalhadores nas faixas etárias entre os 40 e os 44 anos, correspondente a 22,1% do total, conforme se pode constatar no gráfico da página seguinte. **(GRI 405-1)**

A estrutura etária dos trabalhadores da empresa registava, em 31 de Dezembro de 2016, mais de 70% do efectivo (70,3%, ou seja, 185 trabalhadores) com idade superior a 40 anos.

A faixa etária inferior a 40 anos abrangia 78 colaboradores (29,7%).

GRI 102-8											
Tipo de Ligação	Tipo de Contrato	2014			2015			2016			
		H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	
Colaboradores Directos	Contrato Sem Termo	172	66	238	159	68	227	155	68	223	
	Contrato a Termo	2	1	3	13	0	13	39	1	40	
Trabalhadores Ocasionais (Independentes)	Trabalho Temporário	11	0	11	6	0	6	3	0	3	
TOTAL		185	67	252	178	68	246	197	69	266	

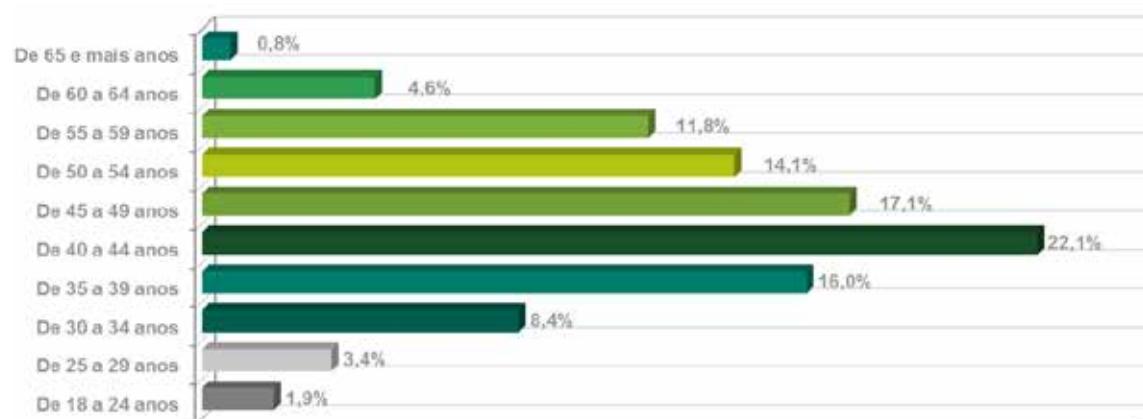
Em 2016 o efectivo era composto por 266 trabalhadores a tempo integral

Observando os escalões etários sob a perspectiva do género eram maioritários os trabalhadores do sexo masculino entre os 40 e os 44 anos (47 no total, representando 24,2% destes trabalhadores). No sexo feminino, eram maioritárias as trabalhadoras nas faixas etárias entre os 45 e 49 anos e entre os 50 e 54 anos, ambas com o mesmo total e mesma percentagem (18 em cada um, representado 18,8% destas trabalhadoras).

Com 60 anos ou mais existiam 12 trabalhadores do sexo masculino e duas do sexo feminino. **(GRI 405-1)**

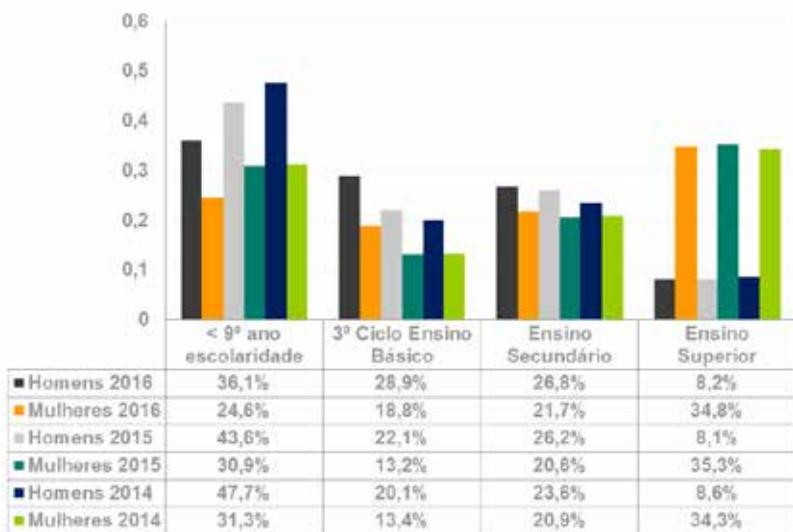
Relativamente à Administração da TRATOLIXO, esta era

(GRI 405-1) - Caracterização dos Membros do CA da TRATOLIXO								
Faixa Etária	40 - 44		45 - 49		50 - 54		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	H
Administradores	0	1	1	0	1	0	2	1



Equipa
dos Recursos Humanos
Joana Fuertes | Mónica Oliveira | Ana Cruz | Vanessa Santos





O índice de tecnicidade (1) da empresa passou de 18,8% em 2015 para 18,3% em 2016. Isto ficou a dever-se ao facto de as entradas e saídas de trabalhadores da empresa terem tido maior incidência no pessoal qualificado, semi-qualificado e não qualificado (**GRI 405-1**).

Em 2016 continuou-se a registar a maior percentagem de trabalhadores da empresa com habilitações literárias inferiores ao 9º ano, 32,3%, tendo embora ocorrido um decréscimo de -7,68% face ao ano anterior,

verificando-se, por sua vez, um aumento de 7,41% na categoria habilitacional ao nível do 3º ciclo do ensino básico.

A evolução do peso relativo dos níveis habilitacionais pode ser analisada segundo o género, como se constata no gráfico ao lado (**GRI 405-1**).

A TRATOLIXO desenvolve uma política de integração de pessoas com capacidade de trabalho reduzida, promovendo a empregabilidade de trabalhadores portadores de deficiência.

(1) O índice de tecnicidade é obtido através da fórmula (Coordenadores + Técnicos Superiores + Técnicos)/Efectivo global * 100.



REPARTIÇÃO DO EFEITIVO - GRI 405-1														
	Coordenadores		Técnicos Superiores		Técnicos		Profissional Qualificado		Profissional Semiqualificado		Profissional Não Qualificado		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
2014	9	12	6	8	4	6	101	11	4	0	50	30	174	67
2015	8	13	5	9	3	7	109	9	2	0	45	30	172	68
2016	10	13	5	9	3	8	120	9	2	0	54	30	194	69

A 31 de Dezembro de 2016 a empresa contava com três trabalhadores portadores de deficiência nos seus quadros de pessoal. (**GRI 405-1**) À mesma data, a empresa tinha também ao seu serviço 14 trabalhadores estrangeiros (11 do sexo masculino e 3 do sexo feminino), representando 5,3% do efectivo total. (**GRI 405-1**)



EMPREGO

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Emprego” (GRI 103)	
Relevância GRI 103-1	1-A TRATOLIXO tem uma actividade maioritariamente fabril que, apesar de conter uma componente mecanizada, só funciona com a presença de pessoas;
	2-A criação de condições de trabalho adequadas e estáveis é essencial à empresa como forma de geração de bem-estar e motivação junto dos seus trabalhadores, contribuindo para a sua satisfação e consequentemente para o aumento da produtividade laboral;
	3-Trabalhadores satisfeitos causam os seguintes impactes positivos: bom ambiente no local de trabalho; formação de uma equipa mais coesa; maior disponibilidade e produtividade;
	4-Instabilidade nas condições de trabalho geram um clima de incerteza, desmotivação e stress nos trabalhadores (impacte negativo) e é uma perda de credibilidade para a empresa (impacte negativo);
	5-A empresa aposta em relações laborais estáveis ao invés de relações temporárias que se cinjam ao mínimo indispensável.
Limite GRI 103-1	1- A acção da empresa contribui para os impactes identificados;
	2.Os impactes ocorrem na empresa, pelo que o limite deste tópico é interno;
	3-Os impactes interessam à empresa e aos seguintes <i>stakeholders</i> : trabalhadores e comunidade.
Gestão GRI 103-2	1-Visa evitar os impactes negativos e aumentar os impactes positivos;
	2-Aspecto acautelado nos pontos 2, 3, 5 e 10 da Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da empresa, divulgada no capítulo 3.3. deste Relatório;
	3-A empresa assume o compromisso de dar cumprimento ao Código do Trabalho (Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro com a redacção introduzida pela Lei n.º 27/2014 de 8 de Maio), legislação pela qual a TRATOLIXO se rege no domínio das questões laborais;
	4- A gestão deste aspecto é efectuada designadamente através do controlo do indicador de gestão da área responsável, relativo às entradas e saídas de trabalhadores da empresa.
Mecanismos de Queixas e Reclamações GRI 103-2	1-Qualquer ocorrência negativa relacionada com este tópico pode ser reportada à TRATOLIXO através do mecanismo da reclamação;
	2-A reclamação é um processo integrante do Macroprocesso “Melhoria e Controlo Documental” constituinte do SIG da TRATOLIXO, o qual vem descrito no Manual da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho da empresa;
	3-Todos os stakeholders da empresa podem usar este mecanismo, sendo que este tem como utilizadores pretendidos os clientes municipais, clientes não municipais, fornecedores, trabalhadores e comunidade;
	4-A reclamação pode ser endereçada à TRATOLIXO por carta, e-mail, formalizada no Livro de Reclamações ou entregue nas Caixas de Sugestões existentes nas instalações da empresa
	5-Este mecanismo é gerido no âmbito do SIG da empresa: a reclamação é registada, analisada, é definida a correção a efectuar (se aplicável), o reclamante é informado, é efectuada a análise de causas (se aplicável), são registadas as acções tomadas, efectua-se o acompanhamento das acções tomadas, regista-se no Mapa de Controlo de Sugestões/Reclamações/Não Conformidades/Observações – documento integrante do SIG – e faz-se o encerramento da reclamação.

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Emprego” (GRI 103)	
Medidas GRI 103-2	<p>1-Para dar resposta às necessidades de recrutamento da TRATOLIXO, estabeleceram-se contactos com diversas entidades formadoras e escolas profissionais na área da manutenção industrial, no sentido de serem estabelecidas parcerias informais que permitissem o preenchimento dos postos de trabalho necessários;</p> <p>2-Para incentivar os trabalhadores, são proporcionados os benefícios reportados neste relatório em GRI 401-2.</p>
Avaliação GRI 103-3	<p>1-Indicadores de gestão e desempenho da área responsável;</p> <p>2-Indicadores do Programa de Gestão da empresa, ferramenta integrante do Sistema Integrado de Gestão (SIG) da TRATOLIXO;</p> <p>3-É efectuado anualmente o preenchimento de dados relativos ao número de funcionários no Relatório Único, através de um formulário electrónico para reporte ao Gabinete Estratégico e Planeamento, uma entidade oficial da Administração Central (reporte externo obrigatório);</p> <p>4-Efectua-se também o reporte trimestral de informação à Direcção Geral das Autarquias Locais – DGAL – que constitui também um reporte externo igualmente obrigatório.</p> <p>5-Na generalidade, todas as necessidades de contratação de novos trabalhadores levantadas pelas áreas e aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa durante o ano de 2016 forma supridas.</p>



Face ao ano anterior, o número de colaboradores directos teve um aumento líquido de 8,75% (mais 23 pessoas) resultante de 9 saídas e 32 admissões na empresa, pelo que a taxa de rotatividade em 2016 foi de 3,4% e a taxa de contratação foi de 12,2%. (**GRI 401-1**)

GRI 401-1													
	Estrutura Etária										Sexo		
	18 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	60 - 64	> 65	Total	H	M
Trabalhadores	5	9	22	42	58	45	37	31	12	2	263	172	68
Saídas	0	2	1	3	1	0	0	0	1	1	9	14	1
Entradas	4	4	1	5	5	3	8	2	0	0	32	12	2
Taxa de Contratações	80,00%	44,44%	4,55%	11,90%	8,62%	6,67%	21,62%	6,45%	0,00%	0,00%	12,17%	6,98%	2,94%
Taxa Rotatividade	0,00%	22,22%	4,55%	7,14%	1,72%	0,00%	0,00%	0,00%	8,33%	50,00%	3,42%	-1,16%	1,47%

Apesar das circunstâncias económicas adversas, como forma de investimento nos seus recursos humanos e no seu respectivo bem-estar, a TRATOLIXO continuou em 2016 a disponibilizar um conjunto de benefícios aos seus trabalhadores, tais como consultas de medicina curativa, refeitório, seguro de saúde e de vida.

A empresa assume como prática normal o alinhamento dos benefícios e das condições de trabalho a todos os trabalhadores, independentemente da tipologia de contrato que estes possuem com a TRATOLIXO, com a excepção dos trabalhadores temporários que, tendo acesso a todos os outros benefícios, apenas não têm acesso ao seguro de saúde e de vida.

Relativamente à diferenciação dos benefícios concedidos a trabalhadores que prestam serviço a tempo integral e trabalhadores que prestam serviço a tempo parcial, a mesma não se verifica, uma vez que não existem trabalhadores a tempo parcial na empresa, tal como

referido anteriormente. (**GRI 401-2**)

A protecção social na parentalidade está garantida pela legislação portuguesa, pela qual a TRATOLIXO se rege. Neste seguimento, todos os trabalhadores da empresa encontram-se protegidos em termos de direitos, perante uma situação eventual de maternidade, paternidade e adopção. (**GRI 401-3**)

Em 2016, 3 trabalhadoras e 6 trabalhadores, usufruíram da licença de maternidade e paternidade. A 31 de Dezembro, do total dos 9 trabalhadores que se encontravam em situação de gozo das respectivas licenças, 5 regressaram ao serviço durante o ano de 2016, sendo que os restantes 4 trabalhadores continuaram o período de gozo das licenças até 2017. Prevê-se que todos estes trabalhadores continuem ao serviço 12 meses após o seu regresso. (**GRI 401-3**)

FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Formação e Educação” (GRI 103)	
Relevância GRI 103-1	<p>1-Fundamental para a capacitação profissional dos trabalhadores da empresa e adequado desempenho das suas funções;</p> <p>2-Aspecto contribui para a motivação dos trabalhadores (impacte positivo) pelo facto destes melhorarem a sua capacidade de trabalho mas também pelo facto de enriquecerem o seu currículo profissional;</p> <p>3-A formação contribui para tornar os trabalhadores mais polivalentes (impacte positivo), facto que promove uma maior produtividade da empresa mas também uma maior integração no mercado de trabalho.</p>
Limite GRI 103-1	<p>1-A acção da empresa contribui para os impactes identificados;</p> <p>2-Os impactes ocorrem na empresa, pelo que o limite deste tópico é interno;</p> <p>3-Os impactes interessam à empresa e aos seus trabalhadores.</p>
Gestão GRI 103-2	<p>1-Visa o aumento dos impactes positivos;</p> <p>2-Aspecto acautelado nos pontos 2, 3, 5, 6, 8 e 10 da Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da empresa, divulgada no capítulo 3.3. deste Relatório;</p> <p>3-A empresa vai além do previsto no Código do Trabalho (Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro com a redacção introduzida pela Lei n.º 27/2014 de 8 de Maio) relativamente ao número mínimo de horas de formação concedidas aos trabalhadores.</p>
Mecanismos de Queixas e Reclamações GRI 103-2	<p>1-Qualquer ocorrência negativa relacionada com este tópico pode ser reportada à TRATOLIXO através do mecanismo da reclamação;</p> <p>2-A reclamação é um processo integrante do Macroprocesso “Melhoria e Controlo Documental” constituinte do SIG da TRATOLIXO, o qual vem descrito no Manual da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho da empresa;</p> <p>3-Todos os stakeholders da empresa podem usar este mecanismo, sendo que este tem como utilizadores pretendidos os clientes municipais, clientes não municipais, fornecedores, trabalhadores e comunidade;</p> <p>4-A reclamação pode ser endereçada à TRATOLIXO por carta, e-mail, formalizada no Livro de Reclamações ou entregue nas Caixas de Sugestões existentes nas instalações da empresa</p> <p>5-Este mecanismo é gerido no âmbito do SIG da empresa: a reclamação é registada, analisada, é definida a correção a efectuar (se aplicável), o reclamante é informado, é efectuada a análise de causas (se aplicável), são registadas as acções tomadas, efectua-se o acompanhamento das acções tomadas, regista-se no Mapa de Controlo de Sugestões/Reclamações/Não Conformidades/Observações – documento integrante do SIG – e faz-se o encerramento da reclamação.</p>
Medidas GRI 103-2	<p>1-Elaboração de um Plano de Formação anual, no qual são levantadas as necessidades suscitadas pelas diversas áreas da empresa, avaliada a sua pertinência – através de definição de áreas críticas para a gestão e funcionamento da empresa – e estabelecidos os contactos necessários com as respectivas entidades formadoras para a ministração de acções de formação.</p>
Avaliação GRI 103-3	<p>1-Através dos Indicadores de gestão da área responsável, nomeadamente o número de horas de formação, o número de acções de formação e taxa de execução das acções;</p> <p>2-É efectuada a gestão da execução do Plano de Formação;</p> <p>3-Preenchimento anual de dados relativos à formação no Relatório Único, através de um formulário electrónico para reporte ao Gabinete Estratégico e Planeamento, uma entidade oficial da Administração Central (reporte externo obrigatório);</p> <p>4-Em 2016 o objectivo de execução do Plano de Formação da empresa foi cumprido com um desvio positivo, pois o número de horas de formação realizada foi superior ao número de horas de formação planeada.</p>

Em 2016, houve 1.406 participações em 202 acções de formação interna e externa, num total de 5.006 horas, o que equivaleu a uma média de 24,8 horas de formação por acção. **(GRI 404-1)**

Nestes totais encontram-se, para além de formação proporcionada aos trabalhadores directos, acções de formação ministradas a trabalhadores temporários. Os trabalhadores

directos contribuíram com 1.348 participações, num total de 4.820 horas e os trabalhadores temporários, com 58 participações, num total de 186 horas.

Formação Certificada – (GRI 404-1)	2014	2015	2016
Total de Participações	462	397	1.406
Total de Acções de Formação	87	151	202
Total de Horas de Formação	2.337	3.376	5.006

GRI 404-1

Média de horas de formação por trabalhador	18,3
Média de horas de formação por trabalhador do sexo masculino	18
Média de horas de formação por trabalhador do sexo feminino	19,4



5.006

2016

3.376

2015

2.337

2014



O aumento substancial verificado no total de acções realizadas em 2015 e 2016, comparativamente com 2014, deve-se ao facto de, em 2014 e 2015, terem sido contabilizadas também as acções de formação ministradas internamente e ter havido uma clara aposta no aumento deste tema.

Cada colaborador directo da empresa recebeu uma

média de 18,3 horas de formação, distribuídos por uma média de 18 horas por trabalhador do sexo masculino e de 19,4 horas por trabalhador do sexo feminino. **(GRI 404-1).**

O número médio de horas de formação por categoria encontra-se resumido no quadro seguinte **(GRI 404-1).**

GRI 404-1

Categoria	Trabalhadores			Horas de Formação	Horas de Formação/Participantes
	Homens	Mulheres	Total		
Coordenador	10	13	23	614,5	26,7
Técnico Superior	5	9	14	1.088,5	77,8
Técnico	3	8	11	2.392,0	217,5
Profissional Qualificado	120	9	129	146,0	1,1
Profissional Semiqualificado	2	0	2	191,0	95,5
Profissional Não Qualificado	54	30	84	387,5	4,6
TOTAL	194	69	263	4.819,5	18,3



SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Saúde e Segurança no Trabalho” (GRI 103)	
Relevância GRI 103-1	1-Laborando em ambiente fabril e, em concreto, no domínio do tratamento de resíduos urbanos, os trabalhadores da TRATOLIXO encontram-se expostos a riscos de saúde e segurança no trabalho muito específicos, pelo que o aspecto é intrínseco à estratégia da empresa; 2-Implementação de práticas seguras no trabalho permite reduzir os riscos profissionais, físicos e emocionais do trabalhador (impacte positivo) e obter uma redução da sinistralidade laboral (impacte positivo); 3-A ocorrência de incidentes de trabalho tem impactes na perda de produtividade da empresa e no bem-estar dos trabalhadores (impacte negativo); 4-Aspecto identificado no Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, que descreve a organização da empresa no que diz respeito ao seu Sistema Integrado de Gestão (SIG) e respectivos macroprocessos (processos realizados em cada área funcional).
Limite GRI 103-1	1-A acção da empresa contribui para os impactes identificados; 2-Os referidos impactes ocorrem na empresa, pelo que o limite deste tópico é interno; 3-Os impactes interessam à empresa e seus trabalhadores.
Gestão GRI 103-2	1-Visa a mitigação do impacte negativo e o aumento dos impactes positivos; 2-Aspecto acautelado nos pontos 2, 3, 4, 6 e 10 da Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da empresa, divulgada no capítulo 3.3. deste Relatório; 3- Compromisso de gestão baseia-se no cumprimento do Código do Trabalho (Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro com a redacção introduzida pela Lei nº 27/2014 de 8 de Maio) em matéria de saúde e segurança no trabalho e do Decreto-Lei n.º 50/2005 de 25 de Fevereiro, relativo às prescrições mínimas de saúde e segurança dos trabalhadores na utilização de equipamentos de trabalho ; 4-Elaboração e acompanhamento do Plano de Avaliação Anual de Agentes Físicos, Químicos e Biológicos, instrumento utilizado na TRATOLIXO para a monitorização das condições de saúde e segurança laborais; 5 -As avaliações no terreno dessas condições são transpostas para a Matriz de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos (IPAR) da empresa, com as medidas de acção, prazos de execução e responsáveis de implementação.
Mecanismos de Queixas e Reclamações GRI 103-2	1-Qualquer ocorrência negativa relacionada com este tópico pode ser reportada à TRATOLIXO através do mecanismo da reclamação; 2-A reclamação é um processo integrante do Macroprocesso “Melhoria e Controlo Documental” constituinte do SIG da TRATOLIXO, o qual vem descrito no Manual da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho da empresa; 3-Todos os stakeholders da empresa podem usar este mecanismo, sendo que este tem como utilizadores pretendidos os clientes municipais, clientes não municipais, fornecedores, trabalhadores e comunidade; 4-A reclamação pode ser endereçada à TRATOLIXO por carta, e-mail, formalizada no Livro de Reclamações ou entregue nas Caixas de Sugestões existentes nas instalações da empresa 5-Este mecanismo é gerido no âmbito do SIG da empresa: a reclamação é registada, analisada, é definida a correção a efectuar (se aplicável), o reclamante é informado, é efectuada a análise de causas (se aplicável), são registadas as acções tomadas, efectua-se o acompanhamento das acções tomadas, regista-se no Mapa de Controlo de Sugestões/Reclamações/Não Conformidades/Observações – documento integrante do SIG – e faz-se o encerramento da reclamação.

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Saúde e Segurança no Trabalho” (GRI 103)

Medidas GRI 103-2	1-Preparação e melhoria da resposta a emergências através da realização de simulacros; 2- Realização de sessões de treino mensais com as equipas de Resposta a Emergência; 3-Formação Inicial a novos trabalhadores admitidos na empresa sobre princípios gerais de segurança aplicados à realidade da TRATOLIXO (riscos, sinalização, equipamentos de protecção individual, procedimentos em caso de incidentes e emergência); 4-Formação ministrada aos trabalhadores no domínio de SST, ao abrigo do Plano Anual de Formação da TRATOLIXO; 5-Distribuição de folhetos informativos sobre a temática de SST.
Avaliação GRI 103-2	1-Indicadores de gestão e desempenho da área responsável, dos quais se destaca a sinistralidade laboral; 2-Indicadores do Programa de Gestão da empresa, ferramenta integrante do Sistema Integrado de Gestão (SIG) da TRATOLIXO; 3-Reporte da sinistralidade laboral à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), através do Relatório Único disponibilizado electronicamente – reporte externo obrigatório. 4-Reporte da sinistralidade laboral à Administração da TRATOLIXO através de relatórios internos; 5-Em 2016 conseguiu-se cumprir o objectivo previsto de redução da sinistralidade laboral da TRATOLIXO.

No quadro seguinte apresenta-se a informação sobre a sinistralidade laboral da TRATOLIXO em 2016, explicitando a situação dos incidentes de trabalho, incluindo a sua classificação segundo a forma da respectiva ocorrência e o número de dias perdidos – relativamente a acidentes efectivamente ocorridos em cada ano – resultantes de ausência ao trabalho por baixa médica. **(GRI 403-2)**

GRI 403-2	2014		2015		2016	
	Número	N.º dias perdidos	Número	N.º dias perdidos	Número	N.º dias perdidos
Acidentes de Trabalho	30	-	32	-	22	-
com Baixa	21	810	19	794	15	343
sem Baixa	9	-	13	-	7	-
Quase-Accidentes de Trabalho	14	-	4	-	3	-

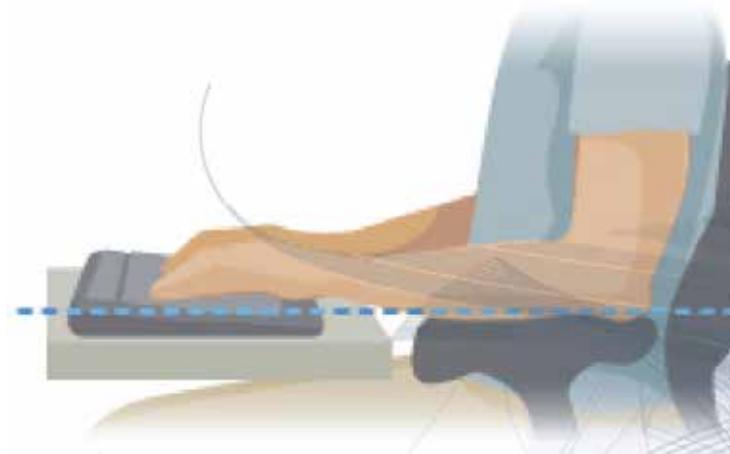
De acordo com a NP 4397/2008, incluem-se nos "Acidentes de Trabalho" os que provoquem lesões físicas nos intervenientes, mesmo que não tenham dado origem a baixa. Nos "Quase-Accidentes" incluem-se os que provocam danos materiais, e sem lesões nos intervenientes.

Para o cálculo dos dias perdidos considera-se os dias seguidos, sendo a contagem dos mesmos efectuada a partir do dia seguinte ao dia do acidente.

Salientamos também que não ocorreram óbitos durante o ano de 2016. **(GRI 403-2)**

Discriminando os acidentes de trabalho por género, verificou-se que as ausências ao trabalho devido a baixa (número e número de dias perdidos) incidiram exclusivamente em trabalhadores do sexo masculino, conforme quadro abaixo. **(GRI 403-2)**

Acidentes de Trabalho por Género (GRI 403-2)			
	2014	2015	2016
Nº Acidentes por Género	21	19	15
Homens	21	18	12
Mulheres	0	1	3
Nº Dias Perdidos por Género	810	794	343
Homens	810	765	288
Mulheres	0	29	55



De referir que a TRATOLIXO possui um procedimento implementado para proceder à respectiva investigação dos incidentes e que consta do SIG da empresa. Este procedimento é aplicado quer para os trabalhadores da empresa quer para trabalhadores externos à empresa. No entanto, os cálculos da sinistralidade são apenas efectuados para trabalhadores da empresa, uma vez que a sinistralidade dos trabalhadores externos tem de ser calculada pela respectiva entidade patronal desse mesmo trabalhador.

(GRI 403-2)

No que se refere à comunicação oficial relativa aos acidentes e dias perdidos por baixa decorrentes dos acidentes de trabalho, em Portugal o reporte é efectuado através do Relatório Único disponibilizado pela ACT e Ministério da Saúde, no Sistema de Gestão de Unidades Locais através do seguinte site: <http://www.relatoriounico.pt/ru/login.seam> **(GRI 403-2)**

A TRATOLIXO não dispõe de comissões formais de segurança e saúde. **(GRI 403-1)**

No entanto, ao abrigo da Lei nº 3/2014 de 28 de Janeiro, que procede à alteração da Lei nº 102/2009 de 10 de Setembro, que aprova o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, nomeadamente Capítulo IV – Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho, a TRATOLIXO possui Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho, eleitos pelos trabalhadores por voto directo e secreto.

Os Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho no mandato em curso no ano 2016, eram constituídos por 3 representantes efectivos e 3 representantes suplentes. **(GRI 403-1)**

De acordo com a Lei nº 3/2014 de 28 de Janeiro, a consulta aos trabalhadores passa

a ser efectuada 1 vez ao ano, no entanto, na TRATOLIXO, no decorrer do ano de 2016, realizaram-se duas reuniões com os Representantes Eleitos no domínio da Segurança e Saúde no Trabalho, nas quais a empresa disponibilizou um conjunto alargado de informação na área da segurança.

Esta prática é complementada pela disponibilização electrónica em pasta específica de documentos sobre os quais se solicitam pareceres por escrito acerca de matérias respeitantes à prevenção da segurança e saúde no trabalho.

A TRATOLIXO não possui acordos formais com sindicatos. **(GRI 403-4)**

No entanto, no Ecoparque de Trajouce, no decorrer do ano de 2016, verificaram-se reuniões gerais de trabalhadores da TRATOLIXO, promovidas pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins – Direcção Geral de Lisboa.





Em 2016 conseguiu-se cumprir o objectivo previsto de redução da sinistralidade laboral da TRATOLIXO.



Equipa de SST



Comunidades Locais

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Comunidades Locais” (GRI 103)	
Relevância GRI 103-1	<p>1-Tendo identificado a comunidade como um dos seus stakeholders, a TRATOLIXO considera, na sua dinâmica empresarial, que a comunidade local é constituída, em primeiro lugar, pelos habitantes do Sistema AMTRES;</p> <p>2-Prestando um serviço público a cerca de 800.000 habitantes deste Sistema, a população abrangida pelo mesmo assume, pela sua dimensão de 8% face ao total do País, uma relevância muito importante para a empresa;</p> <p>3-Os postos de trabalho gerados pela empresa são maioritariamente ocupados por cidadãos residentes na sua área geográfica de actuação (impacte positivo);</p> <p>4-A presença da empresa nas localidades onde a mesma se encontra fisicamente instalada promove a dinamização da economia local, por intermédio do consumo de bens e serviços que os seus trabalhadores efectuam nessas comunidades (impacte positivo);</p> <p>5-Desenvolvendo uma actividade no domínio da gestão de resíduos, a empresa tem a oportunidade de assumir um papel educativo e participar na melhoria cívica dos cidadãos relativamente a esta temática (impacte positivo);</p> <p>6-Em virtude das dificuldades vividas pelos cidadãos dos seus municípios, a empresa tem a preocupação de investir em causas sociais (impacte positivo) para atenuar as desigualdades e retribuir à sociedade algo mais do que um serviço ambiental;</p> <p>7-No desenrolar da actividade de gestão de resíduos, é importante para a empresa que a mesma seja realizada de modo a acautelar danos ambientais e de saúde pública junto da população (impacte negativo);</p> <p>8-A gestão de resíduos efectuada nas instalações da empresa pode provocar ocasionalmente alguns constrangimentos ambientais nas populações envolventes, associados nomeadamente a ruído, tráfego rodoviário e odores (impacte negativo).</p>
Limite GRI 103-1	<p>1-A acção da empresa contribui para os impactes identificados;</p> <p>2-Os impactes ocorrem fora da empresa, ou seja, o limite é externo;</p> <p>3-Os impactes interessam à empresa e comunidade.</p>
Gestão GRI 103-2	<p>1-Visa evitar os impactes negativos e aumentar os impactes positivos;</p> <p>2-Aspecto acautelado nos pontos 2, 4, 8, 9 e 10 da Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da empresa, divulgada no capítulo 3.3. deste Relatório;</p> <p>3- A postura da empresa relativamente a este aspecto é analisar e dar resposta a todas as solicitações que chegam por parte da comunidade, regendo-se a TRATOLIXO no que concerne à sua participação em acções sociais pelas Normas de Atribuição de Apoio a Entidades Externas – documento interno da empresa;</p> <p>4-No respeitante às reclamações recebidas, o objectivo prende-se igualmente com a análise e resposta de todas as reclamações entradas e registadas no SIG da empresa.</p>

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Comunidades Locais” (GRI 103)

Mecanismos de Queixas e Reclamações GRI 103-2	1-Qualquer ocorrência negativa relacionada com este tópico pode ser reportada à TRATOLIXO através do mecanismo da reclamação;
	2-A reclamação é um processo integrante do Macroprocesso “Melhoria e Controlo Documental” constituinte do SIG da TRATOLIXO, o qual vem descrito no Manual da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho da empresa;
	3-Todos os stakeholders da empresa podem usar este mecanismo, sendo que este tem como utilizadores pretendidos os clientes municipais, clientes não municipais, fornecedores, trabalhadores e comunidade;
	4-A reclamação pode ser endereçada à TRATOLIXO por carta, e-mail, formalizada no Livro de Reclamações ou entregue nas Caixas de Sugestões existentes nas instalações da empresa;
	5-Este mecanismo é gerido no âmbito do SIG da empresa: a reclamação é registada, analisada, é definida a correção a efectuar (se aplicável), o reclamante é informado, é efectuada a análise de causas (se aplicável), são registadas as acções tomadas, efectua-se o acompanhamento das acções tomadas, regista-se no Mapa de Controlo de Sugestões/Reclamações/Não Conformidades/Observações – documento integrante do SIG – e faz-se o encerramento da reclamação.
Medidas GRI 103-2	1-Desenvolvimento e participação em iniciativas de sensibilização e consciencialização ambiental de grupos de interesse tais como a Feira de Sustentabilidade Ambiental Greenfest, a Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (SEPR) e a Fexpomalveira;
	2-Prestação de apoio financeiro e material a instituições;
	3-Realização de iniciativas de cariz social, tais como a Mesa Solidária e a Campanha das Tampinhas.
Avaliação GRI 103-2	1-Reporte periódico das iniciativas desenvolvidas no Relatório de Actividade da área responsável;
	2-Indicador de gestão e desempenho da área responsável relativo ao número de sugestões/reclamações de munícipes.
	3-Indicador de controlo relativo ao número de pedidos de apoio solicitados à empresa;
	4-Avaliação de desempenho externa por parte da ERSAR com base no reporte anual a esta entidade do indicador de qualidade do serviço prestado aos utilizadores “Resposta a reclamações e sugestões” (reporte externo obrigatório);
	5-Todas as sugestões/reclamações e pedidos de apoio recebidos na empresa em 2016 foram devidamente respondidos.

Tal como já foi referido na apresentação da empresa efectuada no capítulo 2.1., a TRATOLIXO é certificada pelas normas da Qualidade, Ambiente e Segurança e dispõe de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) que abrange todas as unidades e processos da empresa.

Assim sendo, considera-se que 100% das operações da empresa são abrangidas por procedimentos de monitorização periódica de impactes – ambientais e sociais – estando igualmente sujeitas ao escrutínio da comunidade e envolvimento por parte desta. **(GRI 413-1)**

Esse envolvimento é feito com recurso a vários mecanismos de comunicação, já abordados no capítulo 3.4. referente às Partes Interessadas.

Nesses mecanismos incluem-se as Reuniões dos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho, onde os trabalhadores discutem os impactos relativos a esta temática. **(GRI 413-1)**



Encontra-se igualmente disponível para a comunidade o mecanismo de comunicação associado à reclamação – mecanismo que é igualmente disponibilizado e utilizado por outros *stakeholders* da empresa tais como os clientes não municipais e os fornecedores da TRATOLIXO. (**GRI 413-1**)

De referir ainda que de acordo com as normas da Qualidade, Ambiente e Segurança pelas quais a TRATOLIXO se rege, para dar cumprimento ao requisito comum associado à Comunicação, a empresa tem materializado o procedimento de Comunicações Oficiais, pelo que reporta às entidades oficiais os resultados das suas monitorizações ambientais periódicas. **(GRI 413-1)**



CONFORMIDADE SÓCIO-ECONÓMICA E CONFORMIDADE AMBIENTAL

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Conformidade Sócio-Económica” (GRI 103)	
Abordagem de Gestão do Tópico Material “Conformidade Ambiental” (GRI 103)	
Relevância GRI 103-1	<p>1-Laborar em conformidade com parâmetros, normas, regulamentos e legislação associados às várias componentes da sustentabilidade é um dos principais objectivos de gestão da TRATOLIXO;</p> <p>2-Cumprimento de requisitos legais – uma das formas da empresa garantir a conformidade da sua actividade, da sua interacção com terceiros e dos seus produtos e serviço – é um princípio instituído internamente e encontra-se formalmente identificado e assumido na Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da TRATOLIXO;</p> <p>3-Estar perante situações de não conformidade pode implicar consequências para a empresa com gravidade variável, que vão desde reclamações, processos de Não Conformidade em auditorias, sanções, coimas, multas ou acções judiciais (impacte negativo).</p>
Limite GRI 103-1	<p>1-A empresa causa os impactes identificados;</p> <p>2-Os impactes ocorrem na empresa, pelo que o limite é interno;</p> <p>3-Os impactes relativos ao tópico Conformidade Ambiental interessam à empresa e aos seguintes stakeholders: accionista e autoridades;</p> <p>4-Os impactes relativos ao tópico Conformidade Sócio-Económica interessam à empresa e aos seguintes stakeholders: accionista e comunidade.</p>
Gestão GRI 103-2	<p>1-Visa evitar o impacte negativo;</p> <p>2-Aspecto acautelado nos pontos 1, 3, 4, 5 e 10 da Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da empresa, divulgada no capítulo 3.3. deste Relatório;</p> <p>3-Compromisso de gestão baseia-se no cumprimento da legislação geral e específica aplicável à empresa, bem como das Especificações Técnicas (ET) definidas para os produtos.</p>

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Conformidade Sócio-Económica” (GRI 103)	
Abordagem de Gestão do Tópico Material “Conformidade Ambiental” (GRI 103)	
Mecanismos de Queixas e Reclamações GRI 103-2	<p>1-Qualquer ocorrência negativa relacionada com este tópico pode ser reportada à TRATOLIXO através do mecanismo da reclamação;</p> <p>2-A reclamação é um processo integrante do Macroprocesso “Melhoria e Controlo Documental” constituinte do SIG da TRATOLIXO, o qual vem descrito no Manual da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho da empresa;</p> <p>3-Todos os <i>stakeholders</i> da empresa podem usar este mecanismo, sendo que este tem como utilizadores pretendidos os clientes municipais, clientes não municipais, fornecedores, trabalhadores e comunidade;</p> <p>4-A reclamação pode ser endereçada à TRATOLIXO por carta, e-mail, formalizada no Livro de Reclamações ou entregue nas Caixas de Sugestões existentes nas instalações da empresa</p> <p>5-Este mecanismo é gerido no âmbito do SIG da empresa: a reclamação é registada, analisada, é definida a correcção a efectuar (se aplicável), o reclamante é informado, é efectuada a análise de causas (se aplicável), são registadas as acções tomadas, efectua-se o acompanhamento das acções tomadas, regista-se no Mapa de Controlo de Sugestões/Reclamações/Não Conformidades/Observações – documento integrante do SIG – e faz-se o encerramento da reclamação.</p>
Medidas GRI 103-2	<p>1-Instrução de pedidos de licenciamento da empresa, de modo a desenvolver uma actividade legitimada por parte da administração pública para a gestão de resíduos;</p> <p>2-Identificação, análise e aplicação da legislação à realidade da TRATOLIXO, garantindo a conformidade com os requisitos legais e evitando o desrespeito pela mesma e a aplicação de sanções à empresa;</p> <p>3-Execução do Plano de Monitorização Ambiental (PMA) da empresa, documento que define os descriptores ambientais e os respectivos parâmetros a avaliar periodicamente, permitindo introduzir atempadamente as melhorias necessárias para evitar o incumprimento de legislação, acautelar impactes e atingir os requisitos estabelecidos pelos seus <i>stakeholders</i> ao nível da actividade;</p> <p>4-Execução do Plano de Monitorização de Processo e Produto Final (PMPPF) da empresa, em que um dos seus objectivos é realizar o controlo periódico da qualidade dos produtos finais e verificar o cumprimento das ET dos mesmos, permitindo controlar o desempenho processual da empresa e atingir os requisitos estabelecidos pelos seus <i>stakeholders</i> ao nível do produto;</p> <p>5-Acompanhamento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas (PGRCIC) da empresa, de modo a optimizar de gestão e de observar a lei.</p>
Avaliação GRI 103-3	<p>1-Indicadores de gestão e desempenho da área responsável;</p> <p>2-Indicadores do Programa de Gestão da empresa, ferramenta integrante do Sistema Integrado de Gestão (SIG) da TRATOLIXO;</p> <p>3-Os objectivos previstos no Programa de Gestão de 2016 – taxa de cumprimento do PMA e taxa de cumprimento do PMPPF – foram atingidos em ambos os Ecoparques.</p>



No âmbito da sua actividade, a TRATOLIXO tem responsabilidades a nível ambiental, económico, social, mas também em termos de saúde e segurança e no que concerne à qualidade dos seus produtos e serviço.

A empresa manifesta uma grande preocupação em dar cumprimento à legislação aplicável às suas diferentes áreas de trabalho, tendo assumido essa preocupação como princípio basilar da sua gestão.

Sendo uma empresa pública, esforça-se igualmente em garantir a integridade da informação que divulga e a transparéncia da sua actuação.

Neste sentido labora com base nos rigorosos procedimentos instituídos no âmbito do seu Sistema Integrado de Gestão (SIG).

A certificação do SIG nas unidades da TRATOLIXO é um reflexo da apostila constante da empresa na melhoria contínua da qualidade dos seus produtos, do serviço prestado, no seu comprometimento em manter uma co-

municação eficaz entre todos os seus stakeholders e no empenho em tomar as medidas preventivas e correctivas para eliminar ou minimizar os Aspectos Ambientais e Riscos Ocupacionais associados à actividade da empresa, que proporcionem um Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável para os trabalhadores e parceiros externos, com enfoque na prevenção da poluição e das lesões e afecções da saúde.

Por um lado, a TRATOLIXO tem implementado métodos de trabalho que permitam às suas áreas produtivas recorrer a materiais, processos e técnicas – dentro do possível – ambientalmente inócuas, de modo a que a utilização dos produtos finais obtidos não cause danos no ambiente.

A empresa tem também que garantir que o manuseamento dos seus produtos por parte de todos os intervenientes no seu trajecto até ao cliente – inclusivamente os próprios trabalhadores da TRATOLIXO – não acarreta

riscos para a saúde e segurança dos mesmos.

Há também que dar cumprimento às Especificações Técnicas (ET) que são estabelecidas pelos seus clientes entidades gestoras – nos casos dos produtos dos CT, dos REEE's, da madeira embalagem, dos pneus, das pilhas e acumuladores e das baterias – e de outros clientes – no caso da estilha ou do composto – mas também às ET que a própria empresa determina para os produtos recicláveis provenientes da compostagem e para alguns materiais provenientes dos ecocentros, como a sucata e os plásticos rígidos.

O cumprimento dos requisitos qualitativos do produto evita situações de reclamações por parte do cliente e a abertura de Não Conformidades.

As ET definidas pelos clientes da empresa abrangem sobretudo aspectos associados à composição física dos produtos, à sua forma de acondicionamento e à quantidade mínima de retoma.

No que diz respeito às ET definidas internamente pela TRATOLIXO, estas consideram, dependendo do produto, o teor de humidade, teor de contaminantes e quantidade mínima para carga.

E porque uma das grandes preocupações da empresa no respeitante aos seus produtos reside no facto de eliminar a existência de contaminantes nos mesmos, está também implícita a questão dos potenciais impactes que os produtos possam ter na saúde e segurança de quem os manuseia e utiliza.

No caso dos materiais recicláveis, esta questão coloca-se ao nível da eventual presença de objectos cortantes ou perfurantes.

Quanto ao composto, de modo a garantir as adequadas condições para a sua comercialização e isenção de perigos para a saúde pública e ambiente, o mesmo é submetido a um vasto leque de análises periódicas a parâmetros físicos, químicos, microbiológicos e antropogénicos. No total, cerca de 45% dos produtos da TRATOLIXO são submetidos a procedimentos de monitorização que contêm parâmetros de avaliação que podem influenciar eventuais impactes na saúde e segurança do utilizador final. (**GRI 416-1**)

Não fazendo parte de nenhum código voluntário no domínio da Comunicação e Marketing, a TRATOLIXO desenvolve, sempre que necessário, campanhas de divulgação do seu composto em feiras ou através de suportes de comunicação escrita, tais como folhetos e revistas da especialidade.

Os restantes produtos são comercializados através de contacto directo com o cliente via pedidos de retoma ou em hasta pública.

Não havendo rotulagem dos produtos da empresa, apenas o composto é acompanhado de um folheto informativo disponibilizado ao cliente e que contém um conjunto de informação sobre o mesmo, tal como reportado em GRI 417-1.

Refere-se, assim, que não houve em 2016 qualquer registo de incidentes ou não conformidades associadas à informação disponibilizada no folheto informativo do composto da TRATOLIXO. (**GRI 417-2**)

Como já foi referido, a obediência dos requisitos legais e normas bem como o cumprimento de parâmetros e especificações diversas é assumido como um princípio intrínseco da empresa.

Segundo a Recomendação n.º 1/2009 de 1 de Julho do Conselho de Prevenção da Corrupção, a actividade de gestão e administração de dinheiros, valores e património públicos, deve, nos termos da Constituição da República Portuguesa e da lei, pautar-se por princípios de interesse geral, nomeadamente, da prossecução do interesse público, da igualdade, da proporcionalidade, da transparência, da justiça, da imparcialidade, da boa-fé e da boa administração.

Sendo uma empresa pública, a TRATOLIXO elaborou um Plano de Gestão de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas para acautelar o fenómeno da corrupção.

Decorrente de todas estas preocupações e em resultado do esforço e trabalho desenvolvido no sentido de estar em conformidade com a inúmera legislação que lhe é aplicável, em 2016 a empresa não foi objecto de aplicação de multas significativas ou sanções não monetárias pelo incumprimento de legislação ou regulamentos nas áreas económica e social (**GRI 419-1**) ou na área ambiental (**GRI 307-1**).

Salienta-se igualmente que no ano coberto pelo presente relatório não existiu qualquer acção ou contencioso quanto a concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio. (**GRI 206-1**)

5.3. Tópico Standard Económico

Desempenho Económico

É natural assumir que o desempenho económico é uma das componentes mais importantes para qualquer organização empresarial – se não a mais importante – quer em termos de crescimento e desenvolvimento, quer em termos de posicionamento de mercado.

O caso da TRATOLIXO não é excepção, mas apresenta algumas particularidades neste domínio.

Por um lado, sendo a TRATOLIXO uma empresa privada de capitais públicos, o exercício da sua actividade deverá incidir numa gestão muito rigorosa do serviço público que presta. Por outro lado, de modo a não onerar a tarifa que lhe é paga pela retribuição do serviço público que presta aos municípios que compõem o Sistema AMTRES, a TRATOLIXO aponta para um resultado económico nulo.

Tem-se, pois, como objectivo efectuar uma correcta e adequada gestão económico-financiera tentando optimizar os gastos, garantindo, no entanto, a manutenção da excelência da prestação do serviço público de gestão de resíduos, processo que poderá conduzir a uma redução da tarifa suportada pelos municípios e, consequentemente, pelo utilizador final – o cidadão.

A abordagem pela gestão que a empresa efectua relativamente ao Tópico “Desempenho Económico” resume-se da seguinte forma:

Abordagem de Gestão do Tópico Material “Desempenho Económico” (GRI 103)	
Relevância GRI 103-1	1-Aspecto fundamental para o accionista da TRATOLIXO – a AMTRES – e para a própria empresa, uma vez que em função da performance da gestão depende a tarifa a suportar pelos municípios;
	2-Um mau desempenho económico tem um impacte muito negativo na tarifa, uma vez que a mesma deverá suportar todos os gastos após dedução dos rendimentos permitidos (impacte negativo);
	3-Uma rigorosa gestão do desempenho económico poderá trazer um impacte muito positivo, uma vez que poderá possibilitar a redução da tarifa que é suportada pelos municípios (impacte positivo).
Limite GRI 103-1	1-A acção da empresa contribui para os impactes identificados;
	2-Os referidos impactes ocorrem na empresa, pelo que o limite deste tópico é interno;
	3- Os impactes interessam à empresa e aos seguintes stakeholders: accionista e autoridades.
Gestão GRI 103-2	1-Visa evitar o impacte negativo (o aumento da tarifa) e aumentar o impacte positivo (a redução da tarifa);
	2-Aspecto acautelado nos pontos 2, 3, 5 e 10 da Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da empresa, divulgada no capítulo 3.3. deste Relatório;
	3-Compromisso de gestão baseia-se no cumprimento do previsto no Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais, bem como no Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos.
Mecanismos de Queixas e Reclamações GRI 103-2	1-Qualquer ocorrência negativa relacionada com este tópico pode ser reportada à TRATOLIXO através do mecanismo da reclamação;
	2-A reclamação é um processo integrante do Macroprocesso “Melhoria e Controlo Documental” constituinte do SIG da TRATOLIXO, o qual vem descrito no Manual da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho da empresa;
	3-Todos os stakeholders da empresa podem usar este mecanismo, sendo que este tem como utilizadores pretendidos os clientes municipais, clientes não municipais, fornecedores, trabalhadores e comunidade;
	4-A reclamação pode ser endereçada à TRATOLIXO por carta, e-mail, formalizada no Livro de Reclamações ou entregue nas Caixas de Sugestões existentes nas instalações da empresa
	5-Este mecanismo é gerido no âmbito do SIG da empresa: a reclamação é registada, analisada, é definida a correção a efectuar (se aplicável), o reclamante é informado, é efectuada a análise de causas (se aplicável), são registadas as acções tomadas, efectua-se o acompanhamento das acções tomadas, regista-se no Mapa de Controlo de Sugestões/Reclamações/Não Conformidades/Observações – documento integrante do SIG – e faz-se o encerramento da reclamação.
Medidas GRI 103-2	1-Internalização de serviços;
	2-Renegociação de contratos com fornecedores e com a Banca.
Avaliação GRI 103-3	1-Realizada mensalmente através da execução orçamental;
	2-Auditória financeira externa realizada por um profissional independente;
	3-Controlo de Indicadores de gestão e desempenho económico-financeiro;
	4-Avaliação de indicadores de desempenho económico pela ERSAR (Avaliação de desempenho externa).
	5-Os objectivos definidos no Programa de Gestão relativos a controlo de custos de tratamento, processamento, exploração e transporte – €/t – em 2016 foram, na sua generalidade, cumpridos.

INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO

São de seguida reportados, segundo as Directrizes GRI Standards, os indicadores de desempenho económico que dão resposta às questões materiais identificadas na análise de materialidade da TRATOLIXO.

GRI 201-1 – Valor económico directo gerado e distribuído

Na tabela seguinte é apresentado o resumo das receitas e gastos da TRATOLIXO dos últimos três anos, incluindo os pagamentos efectuados a fornecedores de capital e governo, bem como os donativos efectuados.

Valor Económico Directo Gerado	2014	2015	2016	\$	\$	\$
				Δ 2016/2015%	Δ 2016/2015%	Δ 2016/2015%
Vendas	7.694.581	8.403.031	7.323.320	-12,8%		
Prestações de Serviços	25.343.199	24.053.902	27.128.697	12,8%		
Juros Obtidos de Depósitos e Outros	128.492	607	279	-54,1%		
Descontos de PP Obtidos	0	5.663	3.291	-41,9%		
Ganhos em Alienações	2	1.242	21.738	1650,5%		
Total	33.166.274	32.464.445	34.477.325	6,2%		
Valor Económico Distribuído						
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1.058.502	909.175	850.714	-6,4%		
Fornecimento e Serviços Externos	18.454.303	17.172.386	19.355.795	12,7%		
Salários e Benefícios de Empregados *	5.705.620	5.392.432	5.684.344	5,4%		
Pagamentos para Fornecedores de Capital	0	2.068.467	2.061.288	-0,3%		
Pagamentos ao Governo	52.463	71.311	53.474	-25,0%		
Donativos	48.368	17.234	28.117	63,1%		
Total	25 319 256	25 631 005	28 033 732	9,4%		

* Exclui-se Formação e EPI'S.

Face à natureza do serviço prestado pela TRATOLIXO, os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos representam a maior fatia dos gastos da empresa, representando cerca de 60% dos gastos operacionais.



Equipa
de Projectos e Obras
Teresa Hilário | João Frederico



Equipa
da Direcção Financeira
Rosária Correia | João Gonçalves | Sara
Carvalho | Filipa Lanternas | Teresa Mateus

GRI 201-2 – Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização devido às alterações climáticas

A temática das alterações climáticas não emergiu da análise de materialidade efectuada para a redacção deste relatório.

No entanto, esta é uma questão preocupante a nível mundial e a TRATOLIXO não se mantém alheia a este assunto.

Devido à sua actividade, a empresa tem a responsabilidade e o dever de acautelar impactes no ambiente, pelo que tem vindo a implementar várias medidas e a desenvolver iniciativas no sentido de mitigar esses mesmos impactes, bem como contribuir para a protecção ambiental.

A solução técnica que foi escolhida aquando da construção da instalação da Abrunheira para o tratamento efectuado à fracção orgânica dos resíduos urbanos do Sistema AMTRES – digestão anaeróbia – veio permitir o aproveitamento de um importante gás de efeito de estufa (metano) e a sua conversão em energia eléctrica.

A venda dessa energia à Rede Eléctrica Nacional permitiu diversificar o leque de produtos da TRATOLIXO, contribuir para a auto-suficiência do País em termos energéticos, elevar a produção de energia a partir de fontes renováveis e, devido à fonte energética em causa, atenuar os efeitos das alterações climáticas a nível local.

A produção de energia a partir do biogás do processo em causa traduz-se, em primeiro lugar, numa oportuni-

dade financeira para a empresa, dado o peso que representa para as suas receitas. Durante o ano de 2016, a venda da energia eléctrica produzida na CDA da Abrunheira resultou num proveito para a TRATOLIXO de 2.370.425 €, o que constitui cerca de 32% da rúbrica de venda de produtos.

Por outro lado, a venda dessa energia constitui uma oportunidade da TRATOLIXO se destacar das restantes empresas congénères do sector pelo know how técnico adquirido, mas também representa uma oportunidade de causar um impacte positivo na sustentabilidade.

GRI 201-4 – Apoio financeiro significativo recebido do governo

A TRATOLIXO candidatou, em Janeiro de 2016, a construção da sua nova Central de Triagem (CT) de Resíduos de Embalagem (RE) do Ecoparque de Trajouce a financiamento do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

O POSEUR é um dos programas criados para a operacionalização da Estratégia Portugal 2020, um acordo de parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia que reúne a actuação de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) tais como o Fundo de Coesão (FC).

Esta candidatura foi aprovada em Junho de 2016 com a taxa máxima de co-financiamento de 85% prevista pelo FC para as operações aprovadas, no montante total financiado de 8.925.000 €.

O financiamento do POSEUR durará pelo tempo de execução da empreitada de construção da nova CT de Trajouce, que se estima até 2019.

No período a que reporta este relatório não houve lugar ao recebimento de qualquer montante decorrente deste financiamento.

OUTROS INDICADORES DA CATEGORIA ECONÓMICA**GRI 202-1 – Rácio entre o salário mais baixo, discriminado por género, comparado com o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes**

Para a presente análise, entender-se-á “salário mínimo local” como o salário mínimo nacional, legalmente consagrado com a designação de “remuneração mensal mínima garantida”.

O Código de Trabalho garante “...aos trabalhadores uma retribuição mínima mensal, seja qual for a modalidade praticada, cujo valor é determinado anualmente por legislação específica, ouvida a Comissão Permanente de Concertação Social.” (artigo 273º).

Em 2016, o salário mensal mais baixo do pessoal da TRATOLIXO a tempo inteiro, excluindo estagiários e aprendizes, era de 545,00 € (quinhentos e quarenta e cinco Euros). A 1 de Janeiro de 2016, o valor da retribuição mínima mensal garantida alterou de 505,00 € para 530,00 €. Neste contexto, a TRATOLIXO passou a praticar um salário mínimo de 3% mais elevado que a retribuição mensal mínima garantida.

GRI 202-2 – Proporção de membros da gestão de topo recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes

A TRATOLIXO procura, sempre que possível, contratar mão-de-obra local, contribuindo deste modo, para o desenvolvimento social e económico da região em que se integra. Assim, a distância casa-trabalho acaba por determinar uma maior incidência na contratação de mão-de-obra local.

Os cargos de gestão de topo (Administração da empresa) são ocupados por personalidades oriundas de nomeações dos Municípios utilizadores do Sistema, não estando a respectiva designação dependente de critérios relacionados com a pertença à comunidade local, embora, os Administradores em exercício no ano de 2016 residissem num dos Municípios utilizadores.

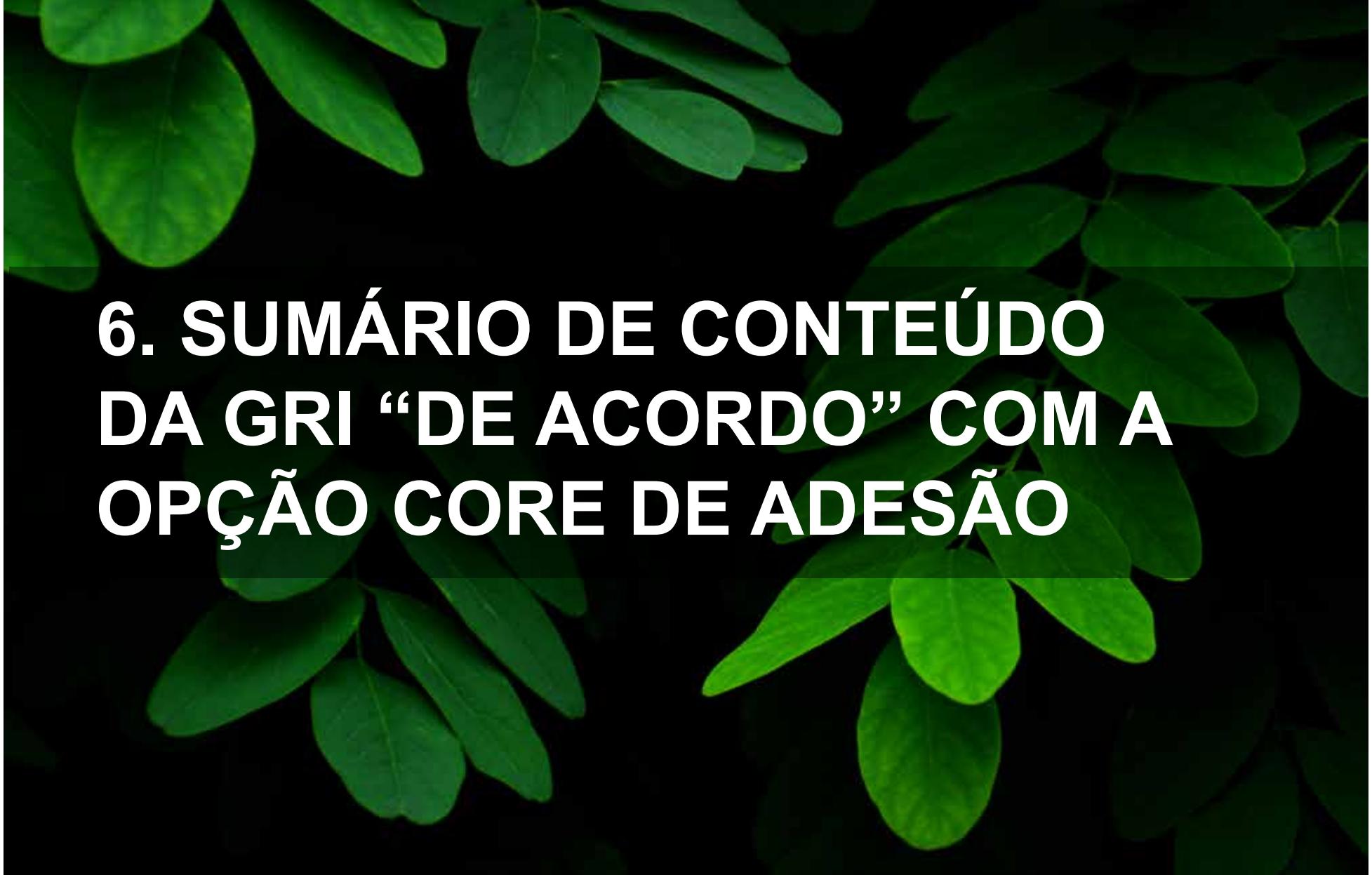
rência e imparcialidade entre fornecedores, a TRATOLIXO rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP) - Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, para a aquisição de bens e serviços e empreitadas.

Sendo uma empresa de âmbito regional, os seus fornecedores são, na sua maioria, nacionais. Assim, em 2016, cerca de 93% dos gastos com fornecedores referem-se a fornecedores nacionais.

GRI 204-1 – Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes

Para garantir a total transparência, igualdade, concor-

Gastos com Fornecedores					Δ% 2016/2015
	2014	2015	2016	\$	
(euros)					
Internacionais	744.650	1.420.348	1.441.376		1,5%
Nacionais	20.064.916	18.889.326	19.603.303		3,8%
Total	20.809.566	20.309.674	21.044.679		3,6%



6. SUMÁRIO DE CONTEÚDO DA GRI “DE ACORDO” COM A OPÇÃO CORE DE ADESÃO

6. SUMÁRIO DE CONTEÚDO DA GRI “DE ACORDO” COM A OPÇÃO - CORE - DE ADESÃO

GRI 102-55

Este relatório foi elaborado de acordo com as GRI Standards: Opção Core.



CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS					
GRI Standards	Disclosure	Página	Omissões identificadas	Razão para a omissão	Explicação para a omissão
GRI 101: Foundation 2016					
Disclosures Gerais					
GRI 102: Disclosures Gerais 2016	PERFIL ORGANIZACIONAL				
	102-1: Nome da organização	19			
	102-2: Actividades, marcas, produtos e serviços	23, 24			
	102-3: Localização da sede da organização	16, 21			
	102-4: Localização das operações	21			
	102-5: Natureza da propriedade e forma jurídica da organização	19			
	102-6: Mercados abrangidos	19, 21, 22			
	102-7: Dimensão da organização	23			
	102-8: Informações sobre funcionários e outros trabalhadores	103			
	102-9: Cadeia de fornecedores	26, 27			
	102-10: Alterações significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores	16			
	102-11: Abordagem ou Princípio da Precaução	50			
	102-12: Iniciativas externas	22			
	102-13: Participação em associações	22			
	ESTRATÉGIA				
	102-14: Mensagem do Presidente	7, 8, 10 e 11			
	102-15: Principais Impactes, Riscos e Oportunidades	44, 46, 47, 49 a 51			
	ÉTICA E INTEGRIDADE				
	102-16: Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização	34, 38			

GRI 102: Disclosures Gerais 2016	GOVERNAÇÃO	
	102-18: Estrutura de governação da organização	31, 32
	Envolvimento de stakeholders	
	102-40: Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	36
	102-41: Acordos de negociação colectiva	103
	102-42: Identificação e selecção de stakeholders	35, 36
	102-43: Abordagem utilizada para envolvimento de <i>stakeholders</i>	38, 39
	102-44: Principais assuntos e preocupações levantados durante o envolvimento de <i>stakeholders</i>	41, 42
	PERFIL DE RELATÓRIO	
	102-45: Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	A Tratolixo não consolida
	102-46: Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	15
	102-47: Lista de tópicos materiais	40
	102-48: Reformulações de informações prestadas	16
	102-49: Alterações significativas no reporte da lista de tópicos materiais e seus limites	16
	102-50: Período coberto pelo relatório	15
102-51: Data do relatório anterior mais recente	15	
102-52: Ciclo de emissão de relatórios	15	
102-53: Ponto de contacto para perguntas sobre o relatório	16	
102-54: Declaração de reporte de acordo com as Normas GRI Standards	15	
102-55: Sumário de conteúdo da GRI	134 a 138	
102-56: Verificação externa	15	

TÓPICOS MATERIAIS		
ECONÓMICO		
Desempenho Económico		
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1: Explicação sobre o tópico material e seus limites	128
	103-2: Abordagem de gestão e suas componentes	128
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	128
GRI 201: Desempenho Económico 2016	201-1: Valor económico directo gerado e distribuído	129
	201-2: Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização devido às alterações climáticas	130
	201-4: Apoio financeiro significativo recebido do governo	131
AMBIENTAL		
Materiais		
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1: Explicação sobre o tópico material e seus limites	80
	103-2: Abordagem de gestão e suas componentes	80, 81
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	81
GRI 301: Materiais 2016	301-1: Materiais utilizados, por peso ou por volume	81
	301-2: Materiais utilizados que são provenientes de reciclagem	82, 83
	301-3: Produtos recuperados e seus materiais de embalagem	24
Energia		
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1: Explicação sobre o tópico material e seus limites	84
	103-2: Abordagem de gestão e suas componentes	84, 85
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	85
GRI 302: Energia 2016	302-1: Consumo de energia dentro da organização	86 a 91
	302-2: Consumo de energia fora da organização	92
	302-3: Intensidade energética	92
	302-4: Redução do consumo de energia	92
	302-5: Redução das necessidades energéticas de produtos e serviços	92
Água		
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1: Explicação sobre o tópico material e seus limites	93
	103-2: Abordagem de gestão e suas componentes	93, 94
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	94

GRI 303: Água 2016	303-1: Consumo de água por fonte	94, 95
	303-3: Água reciclada e reutilizada	95
Emissões		
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1: Explicação sobre o tópico material e seus limites	96
	103-2: Abordagem de gestão e suas componentes	96, 97
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	97
GRI 305: Emissões 2016	305-1: Emissões directas de GEE	98
Efluentes e Resíduos		
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1: Explicação sobre o tópico material e seus limites	99
	103-2: Abordagem de gestão e suas componentes	99, 100
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	100
GRI 306: Efluentes e Resíduos 2016	306-2: Quantidade total de resíduos, por tipo e método de tratamento	100 a 102
	306-3: Derrames significativos	102
	306-5: Corpos de água afetados por descargas de água e/ou escoamento superficial	102
Conformidade Ambiental		
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1: Explicação sobre o tópico material e seus limites	123
	103-2: Abordagem de gestão e suas componentes	123, 124
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	124
GRI 307: Conformidade Ambiental 2016	307-1: Incumprimento com leis e regulamentos ambientais	126
SOCIAL		
Emprego		
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1: Explicação sobre o tópico material e seus limites	108
	103-2: Abordagem de gestão e suas componentes	108, 109
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	109
GRI 401: Emprego 2016	401-1: Contratação de novos empregados e taxa de rotatividade	110
	401-2: Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial	110
	401-3: Licença parental	110

Formação e Educação		
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1: Explicação sobre o tópico material e seus limites	111
	103-2: Abordagem de gestão e suas componentes	111
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	111
GRI 404: Formação e Educação 2016	404-1: Média de horas de formação por ano por empregado	112, 114
Saúde e Segurança no Trabalho		
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1: Explicação sobre o tópico material e seus limites	115
	103-2: Abordagem de gestão e suas componentes	115, 116
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	116
GRI 403: Saúde e Segurança no Trabalho 2016	403-1: Representação de trabalhadores em comissões formais de segurança e saúde	118
	403-2: Tipos e taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho	116 a 118
	403-4: Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos	118
Comunidades Locais		
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1: Explicação sobre o tópico material e seus limites	120
	103-2: Abordagem de gestão e suas componentes	120 e 121
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	121
GRI 413: Comunidades Locais 2016	413-1: Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	121, 122
Conformidade Sócio-Económica		
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1: Explicação sobre o tópico material e seus limites	123
	103-2: Abordagem de gestão e suas componentes	123 e 124
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	124
GRI 419: Conformidade Sócio-Económica 2016	419-1: Incumprimento com leis e regulamentos das áreas social e económica	126

7. DISCLOSURES ADICIONAIS

7. DISCLOSURES ADICIONAIS

GRI StandardS	GRI	Página	Omissões identificadas	Razão para a omissão	Explicação para a omissão
TÓPICO ECONÓMICO					
Presença de Mercado					
GRI 202: Presença de Mercado 2016	202-1: Rácio entre o salário mais baixo, discriminado por género, comparado com o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes	131			
	202-2: Proporção de membros da gestão de topo recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes	131			
Práticas de Compras					
GRI 204: Práticas de Compras 2016	204-1: Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais Importantes	132			
Combate à Corrupção					
GRI 205: Combate à Corrupção 2016	205-1: Operações avaliadas quanto a riscos relacionados com a corrupção	50			
	205-2: Comunicação e formação sobre políticas anticorrupção e procedimentos adoptados	50			
	205-3: Incidentes confirmados de corrupção e acções tomadas	50			
Concorrência Desleal					
GRI 206: Concorrência Desleal 2016	206-1: Acções judiciais por concorrência desleal, <i>antitrust</i> e práticas de monopólio	126			
TÓPICO SOCIAL					
Diversidade e Igualdade de Oportunidades					
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016	405-1: Diversidade de órgãos de governação e funcionários	103, 104, 106, 107			
Políticas Públicas					
GRI 415: Políticas Públicas 2016	415-1: Contribuições políticas	51			

Saúde e Segurança do Cliente		
GRI 416: Segurança do Cliente 2016	416-1: Categorias de produtos e serviços para as quais são avaliados impactes na saúde e segurança	126
Marketing e Rotulagem		
GRI 417: Marketing e Rotulagem 2016	417-1: Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	24 e 25
	417-2: Incidentes de não-conformidade relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços	126

FICHA TÉCNICA

Elaboração

Patrícia Gomes

DPE- Direcção de Planeamento Estratégico

Design e paginação

Cláudia Quadros

GC- Gabinete de Comunicação

Créditos Fotográficos

Arquivo TRATOLIXO, CMC, CMM, CMO e CMS





CASCAIS MAFRA OEIRAS SINTRA

4 Municípios 31 Freguesias 848.182 Habitantes 411.697t RU/Ano



CASCAIS



SILVER MEMBER OF
ISWA
International Solid Waste Association



QUASE 30 ANOS A CUIDAR DE SI WWW.TRATOLIXO.PT

TRATOLIXO-Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.
Estrada 5 de Junho, nº1
Trajouce . 2785-155 São Domingos de Rana
Tel. 21 445 95 00 . Fax 21 444 40 30



Central de Digestão Anaeróbia
Ecocentro da Ericeira